



Sociologia das contradições sociais

Sociologia das contradições sociais

Elaine Regina Aguiar Amorim

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Cristiane Lisandra Danna

Danielly Nunes Andrade Noé

Emanuel Santana

Grasiele Aparecida Lourenço

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Paulo Heraldo Costa do Valle

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Nathalia Cristina Oliveira

Editorial

Adilson Braga Fontes

André Augusto de Andrade Ramos

Cristiane Lisandra Danna

Diogo Ribeiro Garcia

Emanuel Santana

Erick Silva Griep

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A524s Amorim, Elaine Regina Aguiar
Sociologia das contradições sociais / Elaine Regina Aguiar
Amorim. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A.
2017.
248 p.

ISBN 978-85-522-0281-3

1. Sociologia educacional. I. Título.

CDD 370.19

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Karl Marx e a sociologia das contradições sociais	7
Seção 1.1 - Introdução ao debate: conflitos e contradições sociais	9
Seção 1.2 - Por que Marx?	24
Seção 1.3 - O método de Marx	42
Unidade 2 A crítica da economia política: a contradição capital e trabalho	63
Seção 2.1 - Modo de produção capitalista	65
Seção 2.2 - Organização capitalista do processo de trabalho	82
Seção 2.3 - A contradição capital-trabalho e acumulação capitalista	101
Unidade 3 A sociedade de classes sociais	123
Seção 3.1 - Classes sociais	125
Seção 3.2 - Relações de classes	145
Seção 3.3 - Lutas, conflitos e interesses de classes	165
Unidade 4 Superação da sociedade de classes	189
Seção 4.1 - Revolução e o marxismo	191
Seção 4.2 - Transição e comunismo	207
Seção 4.3 - Superação da sociedade de classes: fim das contradições sociais?	225

Palavras do autor

“O aprendizado real sempre implica uma luta para compreender o desconhecido.”

(David Harvey. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013)

Cara aluna, caro aluno!

O livro que você tem em mãos será um dos seus suportes na realização da disciplina Sociologia das Contradições Sociais, dedicada ao estudo de temas e conceitos fundamentais da teoria social elaborada por Karl Marx (1818-1883). Embora esse autor tenha vivido em um contexto no qual a Sociologia ainda estivesse em processo de constituição, a sua obra teórica tornou-se uma referência obrigatória para essa área do conhecimento, devido à riqueza e relevância das suas interpretações para a compreensão da realidade social. Marx captou com acuidade as contradições sociais, explícitas e veladas, presentes na sociedade capitalista e nas relações sociais de produção introduzidas pelo modo de produção capitalista. Por isso, a noção de contradição tem uma força explicativa crucial nas suas análises, assim como conflito, antagonismo social e luta de classes.

Essa disciplina tem uma grande importância no seu processo de formação. Em primeiro lugar, por consistir no estudo do marxismo, uma das principais teorias clássicas da Sociologia, que inaugurou uma nova maneira de interpretar e compreender a história da humanidade e, sobretudo, a sociedade capitalista. Essa será uma oportunidade para você conhecer e aprofundar os seus conhecimentos a respeito de uma corrente teórica sobre a qual muitos já escutaram ou têm algo a opinar, mas poucos se dedicaram realmente a estudá-la com afinco. Em segundo lugar, porque ela irá lhe oferecer subsídios para compreender a sociedade contemporânea por meio de alguns conceitos próprios da teoria marxista, cuja capacidade explicativa mantém o seu vigor na atualidade. Por último, porque essa disciplina procura, com base no pensamento marxista, incentivá-lo(a) a indagar-se, a problematizar, a pôr em dúvida aquilo que é colocado como dado, normal ou natural na sociedade, desenvolvendo, desse modo, uma postura reflexiva. Assim como Marx que, ao longo do seu percurso intelectual, não

temia colocar em dúvida o conhecimento estabelecido e demonstrar os seus limites ou potencialidades, instigamos você a empreender os seus estudos não só de modo sistematizado, mas também de maneira crítica e questionadora.

O livro está organizado em doze seções, divididas em quatro unidades de ensino, intituladas, respectivamente, como: *"Karl Marx e a sociologia das contradições sociais"*, *"A crítica da economia política: a contradição capital e trabalho"*, *"A sociedade de classes sociais"* e, por último, *"Superação da sociedade de classes"*. As discussões realizadas em cada unidade procuram abarcar os conceitos fundamentais desenvolvidos por Marx no conjunto da sua obra.

Desse modo, a primeira unidade é uma introdução aos aspectos mais importantes relacionados à formação da teoria social marxista, à trajetória de vida e intelectual de Marx e à formulação do materialismo histórico. A segunda unidade se debruça sobre um tema central na obra desse autor: o modo de produção capitalista. Nela são discutidas as especificidades da organização do trabalho e das relações sociais de produção que possibilitam a existência e a reprodução do capitalismo. Na sequência, a terceira unidade discute as classes sociais, conceito fundamental para a compreensão da contradição estrutural e, por conseguinte, do conflito que caracteriza a sociedade capitalista. Por último, a quarta unidade discute como o marxismo entende o fim da sociedade de classes e a conformação do comunismo.

Para finalizar, a nossa expectativa é que você não limite o seu estudo à leitura desse livro, mas sim o considere como um dos primeiros passos no seu processo de aprendizagem do pensamento marxista, a ser dado em conjunto com a leitura dos escritos do próprio Marx, indicados ao final de cada unidade. A importância de ler os textos originais está inteiramente relacionada com o seu processo de aprendizagem. Por meio dessa prática, você tomará contato direto com a linguagem do autor e poderá apropriar-se de aspectos cuja riqueza este livro não esgota; ademais, poderá ser surpreendido(a) com a descoberta de elementos inesperados ou impensados, possibilitados pela sua leitura. Por isso o(a) incentivamos a ler os textos de Marx, para que você possa percorrer o seu próprio caminho, o seu "aprendizado real" (HARVEY, 2013), em direção ao conhecimento produzido por esse grande autor.

Desejamos a você bons estudos!

Karl Marx e a sociologia das contradições sociais

Convite ao estudo

Olá aluno e aluna!

Nesta primeira unidade iniciaremos o estudo da Sociologia das Contradições Sociais. Para isso, vamos nos concentrar no pensador Karl Marx (1818-1883), cuja obra apresenta uma nova forma de compreender a sociedade e, em particular, a sociedade capitalista. Esta, segundo esse autor, caracteriza-se pela existência de contradições sociais que, ao longo do processo histórico, manifestam-se por meio de conflitos entre as suas diferentes classes sociais. Com isso, você já pode perceber que Marx não compartilha a concepção, presente em alguns fundadores da sociologia, segundo a qual a sociedade tenderia a ser harmônica e equilibrada socialmente.

Os nossos objetivos específicos de aprendizagem, no decorrer dessa unidade, consistem em: compreender, de modo introdutório, as noções de "conflito" e "contradições sociais" (Seção 1.1); tomar contato com aspectos do percurso intelectual de Marx e da sua parceria com Friedrich Engels (1820-1895), ambos considerados os fundadores do marxismo (Seção 1.2); assim como compreender a construção e os principais elementos constitutivos do método de Marx, o chamado "materialismo histórico" (Seção 1.3).

Esperamos que, ao final do estudo dessa unidade, você, caro(a) aluno(a), tenha condições de explicitar não só o debate existente na sociologia entre as concepções "sociedade do equilíbrio" e "sociedade do conflito", mas também discutir porque a teoria social elaborada por Marx tem uma importância fundamental no estudo da Sociologia das Contradições Sociais.

Para alcançar os objetivos aqui elencados, imagine que você é um sociólogo e foi convidado por uma prestigiosa revista para escrever um artigo, por ocasião dos 200 anos de nascimento de Marx. Você foi incumbido(a) de produzir um artigo sobre o pensamento marxista e a sua relação com a Sociologia das Contradições Sociais. No seu texto deverão ser resgatados: 1º) algumas discussões em curso, no contexto histórico em que Marx viveu, sobre a sociedade “moderna”, de modo que se possa compreender as noções “sociedade da harmonia” e “sociedade dos conflitos”; 2º) os principais aspectos da trajetória de vida e intelectual desse autor (por exemplo, as suas principais influências teóricas); 3º) as principais formulações teórico-metodológicas presentes no chamado “materialismo histórico”.

O seu trabalho será dividido em três etapas e terá como fio condutor a seguinte questão: em que medida o pensamento marxista permanece válido para explicar a sociedade capitalista contemporânea? Essa pergunta tem um duplo objetivo: entender, de modo breve, porque recorrentemente é anunciada a “morte” do marxismo e, em contrapartida, porque apesar disso a teoria marxista permanece sendo considerada uma teoria clássica para a Sociologia.

Além desse fio condutor, algumas questões deverão nortear a escrita do seu artigo: como se caracteriza, em pleno século XXI, a sociedade contemporânea, isto é, como “sociedade do equilíbrio social” ou como “sociedade do conflito”? Qual é a importância da teoria social marxista para a análise da realidade social? Quais são os pressupostos do materialismo histórico (este é o nome dado ao método desenvolvido por Marx) e o que motivou a sua formulação considerando que outros métodos de pesquisa já existiam?

Desejamos a você bons estudos!

Seção 1.1

Introdução ao debate: conflitos e contradições sociais

Diálogo aberto

Nesta primeira seção, vamos discutir duas perspectivas teóricas do pensamento sociológico clássico, que apresentam explicações distintas sobre a sociedade: a abordagem durkheimiana, elaborada por Émile Durkheim, e a abordagem marxista, formulada por Karl Marx. À luz das interpretações realizadas por esses autores, examinaremos a qual deles se vinculam as concepções "sociedade do equilíbrio" e "sociedade do conflito", como também discutiremos, de modo introdutório, as noções de "conflito", "contradições sociais" e "luta de classes" formuladas por Karl Marx e a sua importância para a Sociologia das Contradições Sociais.

Vamos retomar aqui o contexto em que você recebeu um convite de uma importante revista, para elaborar um artigo sobre o pensamento marxista, por ocasião das comemorações do bicentenário de nascimento de Karl Marx, ocorrido na cidade alemã de Tréveris (Trier).

As três etapas do texto a ser produzido devem ser desenvolvidas tendo como base uma indagação central: o pensamento marxista continua válido para explicar a sociedade capitalista contemporânea?

Nesta seção, vamos abordar as discussões e as noções relacionadas à primeira parte da elaboração do artigo. O seu ponto de partida é procurar algumas análises explicativas sobre a sociedade capitalista, em especial as produzidas durante o século XIX. A escolha desse período deve-se ao fato de que nessa época vários pensadores europeus começaram a refletir sobre as significativas transformações sociais, políticas e econômicas em curso na sociedade, provocadas pelos impactos tanto da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Industrial (1780 a 1860), como também pela consolidação do modo de produção capitalista.

Nesse levantamento, você deve se focar somente nas análises de caráter sociológico, procurando entender as seguintes questões: como esse tipo de análise explicava a sociedade? Qual era o debate

interno existente entre elas? Qual o significado dos principais conceitos ou termos presentes nesse debate, como equilíbrio social, harmonia, conflito, contradição social? E, por último, como caracterizar a sociedade capitalista no mundo contemporâneo: seria possível identificar aspectos que a caracterizam muito mais como equilibrada socialmente ("sociedade do equilíbrio social") ou, ao contrário, nela predominam contradições sociais que a configuram como uma "sociedade do conflito"?

Não pode faltar

Sociedade da harmonia e equilíbrio social

A origem e o desenvolvimento da Sociologia como um novo campo do conhecimento científico estão diretamente relacionados com as condições históricas e sociais dos séculos XVIII e XIX, mas também com a necessidade de encontrar respostas a novos problemas que emergiram com a consolidação da sociedade capitalista, considerada também o início da "sociedade moderna". Recuperamos, brevemente, alguns aspectos dessas mudanças já conhecidas por você.

Após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa ocorreram transformações sociais, econômicas e políticas que tiveram grande impacto na vida das pessoas: o desemprego, o trabalho mal pago de mulheres e crianças, o aumento da migração dos trabalhadores do campo para a cidade, assim como problemas que acompanharam o processo de urbanização, como moradias precárias, mortalidade infantil, prostituição, entre outros (MARTINS, 1994). Em oposição a essas novas condições de vida e ao novo modo de produção capitalista, os trabalhadores passaram a ser os protagonistas de inúmeros protestos e conflitos sociais, exigindo mudanças profundas na sociedade, que possibilitassem condições de vida e trabalho dignas.

A Sociologia nasceu, então, nesse contexto marcado pelos efeitos dessas revoluções que abalaram o mundo ocidental. Os seus fundadores serão motivados a constituí-la não só pela necessidade de um novo conhecimento científico que tome a sociedade como objeto de estudo, mas, sobretudo, pela urgência da formulação de instrumentos práticos que interviessem na realidade (FERNANDES, 1976), seja para restabelecer a "ordem social", seja para promover uma emancipação

social. Segundo, o sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes (1976, p. 274), "Conservadores, reformistas ou revolucionários, aspiravam fazer do conhecimento sociológico um instrumento da ação. E o que pretendiam modificar não era a natureza humana em geral, mas a própria sociedade em que viviam".

Por isso, ao longo do processo de constituição e desenvolvimento das bases da Sociologia como uma nova ciência, encontramos diferentes perspectivas e formas de interpretação dos fenômenos sociais. Embora todas tomem a sociedade como objeto de estudo, cada uma delas parte de problemáticas distintas, isto é, preocupa-se com determinadas questões (não necessariamente compartilhadas por outra perspectiva) e orienta suas análises de modo a responder a esses questionamentos. Nesse caso, frente ao cenário de crise social nas sociedades europeias, mencionado anteriormente, algumas perspectivas procuraram descobrir como assegurar a "ordem social" e impedir os conflitos em curso. Enquanto estas estavam amparadas em um pensamento conservador, as outras perspectivas buscaram compreender tais conflitos e como promover por meio deles uma emancipação social.

Nesta seção, interessa-nos, especialmente, duas perspectivas teóricas que analisaram e explicaram de modo distinto a sociedade e podem ser vinculadas, respectivamente, às concepções "sociedade da harmonia" e "sociedade do conflito". Discutiremos, inicialmente, as análises de Émile Durkheim (1858 – 1917), um autor emblemático da primeira concepção. Na sequência, iremos tratar da segunda concepção, baseando-nos, de modo introdutório, em alguns termos e conceitos elaborados por Karl Marx (1818 – 1883) – cuja obra é o assunto principal deste livro.

A noção de uma sociedade harmônica e equilibrada socialmente relaciona-se com as análises de Émile Durkheim. Como você sabe, esse sociólogo teve como preocupação construir e sistematizar um corpo teórico e metodológico para a Sociologia, de tal modo que esta pudesse ser considerada um novo campo do conhecimento. Afinal, para ele, somente faria sentido falar na existência de uma nova ciência se esta tivesse um objeto de estudo próprio, que a distinguisse de outras disciplinas científicas já existentes (ORTIZ, 1989; RODRIGUES, 1993). Nesse caso, o objeto da Sociologia seria, segundo Durkheim, os fenômenos sociais existentes em toda sociedade ou, mais precisamente, os "*atos sociais*".

Se caberia a essa nova ciência estudar os fatos sociais, que independem da vontade dos indivíduos e se impõem sobre estes de modo coercitivo, qual é a visão desse autor a respeito da sociedade? O que significa para ele uma sociedade harmônica e equilibrada socialmente?

Utilizando, por vezes, um vocabulário que associa a sociedade a um organismo animal ou que a denomina como um “reino social” (assim como o “reino animal”), Durkheim a concebe como um organismo social, cujo bom funcionamento e equilíbrio dependem das funções desempenhadas por cada um dos seus órgãos (no caso os indivíduos, as instituições, o Estado). A sociedade, contudo, não é vista por ele como a somatória dos indivíduos que a integram e nem mesmo das ações, consciências e sentimentos particulares de cada um dos seus membros (QUINTANEIRO, 1999). Ela nasce da combinação e fusão desses elementos, mas se diferencia deles por ser algo totalmente novo, “uma forma superior de existência”. Para Durkheim, de acordo com a explicação de Quintaneiro (1999, p. 17):



A sociedade é mais do que a soma dos indivíduos vivos que a compõem: é uma síntese que não se encontra em cada um desses elementos, assim como os diferentes aspectos da vida não se acham decompostos nos átomos contidos na célula: a vida está no todo e não nas partes.

Partindo desse entendimento, Durkheim procura compreender porque os homens mantinham-se em sociedade (QUINTANEIRO, 1999) e quais laços sociais permitiriam a existência de uma sociedade harmônica e integrada socialmente, ou seja, o que possibilitaria uma forte coesão social favorável ao equilíbrio do organismo social.

A *solidariedade social* e a *divisão do trabalho* são dois conceitos-chave para a compreensão dessa discussão. Por um lado, a “solidariedade social” é considerada, por Durkheim (1993), a responsável pela coesão social entre os homens e, portanto, pela “integração geral da sociedade” uma vez que cada indivíduo se solidariza com o “organismo social”, privando-se dos seus interesses individuais, em prol da manutenção da sociedade. Disso resulta, por exemplo, o respeito às regras, aos costumes, aos hábitos, às convenções, que formam a “consciência comum ou coletiva” de

uma determinada sociedade e exercem uma forma de coerção social sobre os seus membros.

A “solidariedade social” modifica-se conforme o tipo de organização social existente e, nesse sentido, com a “divisão do trabalho social”. Esta, ao consistir na especialização de tarefas, produz mudanças na estrutura social e, portanto, na forma pela qual os homens são solidários. Quanto maior a divisão do trabalho, maior a especialização dos indivíduos e a sua dependência em relação às funções específicas dos demais. Isso significa que, para Durkheim, cada indivíduo contribuiria para a unidade e o equilíbrio da sociedade ao realizar uma atividade específica na divisão do trabalho, sendo que essa contribuição seria ainda maior quanto mais especializada fosse essa função. Nas palavras de Durkheim (1993, p. 97, grifos do autor), “[...] *Se a divisão do trabalho não produz a solidariedade é que as relações dos órgãos não são regulamentadas, é que elas estão num estado de **anomia***”

Portanto, à luz dessa discussão duas afirmações importantes podem ser feitas: 1º) uma sociedade harmônica e equilibrada socialmente corresponde, na concepção de Durkheim, àquela na qual exista uma integração social; 2º) A divisão do trabalho é o elemento central para se pensar na obra desse autor sobre essa sociedade harmônica (AMORIM, 2006). Pois, por meio dessa divisão, surge um tipo específico de solidariedade, na medida em que os indivíduos passam a desempenhar funções diferenciadas e especializadas, assegurando, assim, a coesão social, o equilíbrio, a harmonia e a existência da própria sociedade.



Refleta

Será que a divisão do trabalho, tal como compreendida por Durkheim, pode gerar relações de solidariedade entre as pessoas? A divisão do trabalho não tende a tornar as pessoas mais competitivas, a fim de obterem uma melhor especialização profissional e, desse modo, menos integradas socialmente? Como essas relações podem ser estabelecidas se, segundo Durkheim, a individualização acompanha a especialização profissional dos indivíduos? Individualização e individualismo têm o mesmo significado para esse autor?

Comparando as sociologias

Neste momento da leitura você pode estar se perguntando qual a relação entre o pensamento sociológico de Durkheim para a discussão mais geral sobre a sociologia das contradições sociais – tema desse livro – ou até mesmo sobre qual espaço esse autor reservou para os conflitos existentes na sociedade.

A nossa intenção com a discussão realizada até aqui foi lhe mostrar a perspectiva durkheimiana que concebe o equilíbrio social como a norma do bom funcionamento do “organismo social”, ou seja, da sociedade. Por isso, Durkheim se preocupa em entender como assegurar a existência de uma sociedade harmônica, isto é, coesa e integrada socialmente. A resposta que ele propõe é a aceitação e a obediência por parte dos indivíduos às normas sociais e à execução de suas respectivas funções na divisão do trabalho. Em contraposição, para essa abordagem sociológica, a existência de conflitos expressaria uma situação anormal ou um estado de anomia que devem ser eliminados a fim de assegurar a preservação da sociedade.

Como dito antes, cada perspectiva teórica desenvolvida no âmbito da Sociologia e, inclusive, em um mesmo contexto histórico, colocou e procurou respostas para problemáticas diferentes relacionadas aos fenômenos sociais que observavam. Não só isso, cada uma delas, como toda teoria, construiu um corpo teórico composto por noções e conceitos, atribuindo-lhes sentidos específicos que as permitem interpretar de um determinado modo os fatos (GALVÃO, 2003). De acordo com a cientista política, Andréia Galvão (2003, p. 16), “[...] os referenciais teóricos repercutem sobre a análise empírica, condicionando a observação dos fenômenos [...]”, por isso a importância de saber identificar a definição desses conceitos e à qual teoria se vincula.

Veja você, então, que os conceitos e noções da teoria durkheimiana são: *coesão, solidariedade, consenso, integração, harmonia, equilíbrio*. Termos que refletem escolhas teóricas, feitas não ao acaso, assim como revelam certa influência do positivismo, na medida em que expressam a busca, não pela transformação da sociedade, mas sim pela manutenção da ordem social.

Por outro lado, encontramos em diferentes teorias sociológicas termos idênticos que têm, porém, sentidos ou interpretações distintas

no interior de cada uma delas. Esse é o exemplo do termo “divisão do trabalho”, compreendido por Durkheim, segundo o sociólogo Henrique Amorim (2006, p. 67), como:

[...] um elemento sempre positivo da evolução da sociedade, no sentido em que a entendia como uma lei social, que, no limite, estimularia dentro de uma dada normalidade a interação entre os muitos trabalhadores e, sobretudo, entre empregados e empregadores.

Difere-se dessa compreensão a análise de Karl Marx que discutiremos mais detidamente na Unidade 2. Por ora, cabe compreender que a “divisão do trabalho” é considerada na visão marxista como causa da divisão da sociedade em diferentes classes sociais e de desigualdades sociais, geradoras de conflitos e contradições.

Dito isso, observe a seguinte passagem na qual Durkheim (1993, p. 99) analisa a sociedade industrial:

Na medida em que o mercado se amplia, aparece a grande indústria. Ora, ela tem como efeito transformar as relações entre patrões e operários. [...] Estas novas condições da vida industrial exigem naturalmente uma nova organização; mas como estas transformações se completaram com extrema rapidez, os interesses em conflito não tiveram tempo ainda para se equilibrarem.

Apesar da menção aos conflitos decorrentes da sociedade industrial, a resolução deles é concebida por Durkheim por meio do alcance de um “equilíbrio social” entre os diferentes interesses, ou seja, do estabelecimento de um “consenso”. Não está pressuposto nessa compreensão dos conflitos a existência de interesses antagônicos, que não se adaptem à nova realidade ou não alcancem um acordo comum, pois isto justamente vai de encontro à natureza de uma sociedade harmônica e equilibrada socialmente.

Porém, no âmbito da Sociologia vamos encontrar na perspectiva marxista uma teoria social construída com base em uma problemática

distinta da durkheimiana. Karl Marx preocupou-se em compreender como as sociedades se organizam e como se transformam (GALVÃO, 2003). Para isso, centrou suas pesquisas no modo de produção capitalista e em como promover uma mudança social que fosse capaz de constituir uma sociedade de novo tipo, cujo funcionamento não estivesse pautado em relações de dominação e exploração econômica.

Os referenciais teóricos utilizados e construídos por Marx evidenciam a sua compreensão da realidade social e, em particular, da sociedade capitalista como caracterizadas pela existência de contradições sociais, causadoras de conflitos. *"Dominação", "exploração", "luta de classes", "conflito", "contradição", "antagonismo social"* são alguns dos conceitos e termos presentes na teoria marxista que, conforme estudaremos ao longo deste livro, indicam a existência de uma tensão permanente na sociedade capitalista entre "continuidade e mudança", e não uma tendência à "adaptação e ao equilíbrio" (GALVÃO, 2003, p. 18). Por isso, no âmbito da Sociologia das Contradições Sociais, estudamos essa corrente teórica, cujas análises vinculam-se à concepção da "sociedade do conflito".

Luta de classes e contradições sociais

A perspectiva do conflito tem uma importância destacável no interior da Sociologia, pois corresponde a uma das suas principais tradições de pesquisa (GIDDENS; SUTTON, 2016). Nesse caso, o conflito não é um tema exclusivo da teoria marxista, uma vez que outras abordagens sociológicas o tomaram como objeto de estudo, compondo as chamadas "teorias do conflito". No âmbito do pensamento sociológico clássico, podemos citar, além de Marx, os sociólogos alemães Max Weber (1864-1920) e Georg Simmel (1858-1918) como autores que desenvolveram análises e explicações específicas sobre esse tema. No entanto, as abordagens que obtiveram mais influência e difusão foram as marxistas e weberianas.

Não é por casualidade que o conflito tenha essa relevância para uma ciência dedicada ao estudo da sociedade, já que é considerado por certos autores tão antigo quanto a sociedade humana (GIDDENS; SUTTON, 2016). Ele significa, segundo a definição elaborada por Giddens e Sutton (2016, p. 1), uma "luta entre grupos sociais pela

supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses”. Essa é uma definição genérica de um termo que apresenta diferentes significados no interior de cada teoria.



Exemplificando

Encontramos nas análises de Georg Simmel (1858–1918) uma compreensão específica sobre o conflito. Para esse sociólogo, o conflito não representa necessariamente uma ruptura ou o término de uma relação, mas antes é uma forma de associação humana. Isso se deve ao fato de que em uma situação de conflito as pessoas são obrigadas a reconhecerem-se entre si e são colocadas umas em contato com as outras, podendo, assim, produzir uma união (GIDDENS; SUTTON, 2016).

Você pode estar se perguntando, então, como Marx entende o conflito?

O conflito é compreendido pela perspectiva marxista a partir do conceito de *contradição* (GALVÃO, 2003). Esse conceito se refere a um antagonismo existente na sociedade entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários, que ocupam posições distintas na estrutura produtiva. Os primeiros, pertencentes à classe dominante, atribuem a si mesmos o direito de explorar e dominar os segundos, pertencentes à classe dominada. Em consequência, por ocuparem posições antagônicas na estrutura produtiva, proprietários dos meios de produção e não proprietários têm e defendem interesses que não podem ser conciliados, o que os levam a entrar em constantes disputas ou confronto (GALVÃO, 2003).

Em outras palavras, trata-se de interesses que não podem ser atendidos de modo harmônico, para usarmos o vocabulário durkheimiano, justamente porque na concepção marxista eles são antagônicos. O atendimento de um desses interesses implica que o outro não seja atendido. Essa contradição, decorrente da posição econômica antagônica ocupada pelos grupos sociais na estrutura produtiva da sociedade, é a causa de uma instabilidade permanente e da ocorrência de conflitos.

Além disso, Marx constata através das suas pesquisas, que as sociedades se organizam em diferentes classes sociais. Isso quer dizer que, na concepção marxista, o conflito tem uma origem

estrutural, que se relaciona com o modo pelo qual a sociedade está organizada, ou seja, com sua estrutura de classes. Por isso, embora outras contradições sociais existam na sociedade (como é o caso das discriminações exercidas contra mulheres, negros, jovens, população LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros entre outras), dando origem a diversos tipos de conflitos sociais (de gênero, raça, etnia etc.), para a perspectiva marxista existe uma contradição e um conflito central na sociedade: o conflito de classes.

A afirmação a seguir é elucidativa da compreensão marxista sobre esse conflito estrutural: "A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes" (MARX; ENGELS, 1996, p. 9). Essa frase introdutória de *O Manifesto Comunista* tornou-se célebre ao explicitar a luta de classes como o motor da história da humanidade, ou seja, o papel dos conflitos nas mudanças sociais ocorridas ao longo do processo histórico. Na sequência os autores afirmam que:



Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido, em constante oposição um ao outro, mantiveram ininterruptamente uma luta, às vezes oculta, às vezes aberta. Uma luta que todas às vezes terminou ou em uma reconstituição revolucionária da sociedade em geral ou na ruína comum das classes rivais (MARX; ENGELS, 1996, p. 9)

Nessa passagem os autores referem-se ao modo de organização social que caracterizou as diferentes fases da história da humanidade e ressaltam um dos seus traços característicos: as relações de opressão e dominação exercidas, em cada uma delas, por um grupo social dominante sobre outro, dominado. A contradição existente na posição ocupada por cada um desses grupos na estrutura da sociedade (por exemplo, patricio versus plebeus, senhor versus servo) é considerada a razão da ocorrência de uma luta contínua entre esses grupos, que buscam atender a seus interesses antagônicos.

A transformação social e a passagem de uma forma de organização social para outra (por exemplo, da sociedade comunal para o feudalismo, deste para o capitalismo) resultaram desses conflitos ou, mais precisamente, da "luta de classes".



Para que você possa compreender melhor o significado de “luta de classes”, veja, a seguir, a definição desse conceito, segundo a estudiosa marxista, Marta Harnecker (1979, p. 22):

“Denomina-se LUTA DE CLASSE o enfrentamento que se produz entre duas classes antagônicas, quando estas lutam pelos seus interesses de classe”

Discutiremos esse conceito, “luta de classes”, mais detidamente na Unidade 3. O nosso objetivo, nesta seção, é que você compreenda o seu sentido genérico e, desse modo, a importância dele na obra de Marx e para a Sociologia das Contradições Sociais.

Para sintetizar as principais ideias a respeito da abordagem marxista sobre o conflito, retomamos aqui a análise de Galvão (2003, p. 19):

O enfoque marxista parte dos seguintes pressupostos: 1º) as classes sociais antagônicas entram em confronto porque suas respectivas posições de classe [...] levam-nas a defender interesses irreconciliáveis; 2º) embora o antagonismo de classe constitua um dado estrutural das sociedades divididas em classe, em algumas conjunturas ele pode não se explicitar [...]; 3º) a ausência de conflitos, ou a celebração de alianças momentâneas entre as classes, não significa que a contradição deixou de existir, pois para que ela seja superada, é preciso eliminar as forças antagônicas, isto é, as próprias classes.



Sociedade dos conflitos

Por ora, você deve ter compreendido a relação entre o pensamento sociológico marxista e a noção “sociedade dos conflitos”. Essa noção é especialmente válida para caracterizar a sociedade capitalista, pois nela as contradições sociais seguem não só existindo, mas são a sua própria condição de existência. É ilustrativa, nesse sentido, a afirmação feita em *O Manifesto Comunista*: “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 1996, p. 9).

Tais contradições têm, inclusive, se tornado ainda mais complexas, devido a um movimento que é inerente ao modo de produção capitalista: a necessidade de reorganizar e reestruturar continuamente as relações de dominação e exploração, inclusive para enfrentar as suas contínuas crises. Para exemplificar, você pode pensar nas principais crises econômicas ocorridas no último século (Crise de 1929, 1973, 2008) e observar as reestruturações na produção que as seguiram, gerando diversos impactos sociais e, conseqüentemente, inúmeros conflitos.

Portanto, com base nas discussões realizadas ao longo desta seção, compreendemos a concepção de Marx a respeito dos conflitos e das contradições sociais como uma característica das sociedades e, sobretudo, da sociedade capitalista. Além disso, podemos identificar a importância e a validade da teoria marxista para explicar a sociedade contemporânea, caracterizada por diversas desigualdades sociais, que são a origem de inúmeros conflitos.



Pesquise mais

Para aprofundar o seu conhecimento sobre o pensamento sociológico de Émile Durkheim e Karl Marx, você pode assistir à entrevista realizada com Gabriel Cohn, professor titular da faculdade de Ciências Sociais da USP. Nessa entrevista, realizada em 2009 pela Univesp TV, Gabriel Cohn aborda alguns conceitos da sociologia durkheimiana e marxista, e também compara as visões desses dois autores.

COHN, Gabriel. Karl Marx e Émile Durkheim - Parte 1/2 (Na Íntegra). [S.l.]: Univesp, 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xliI9XEujGk>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. Karl Marx e Émile Durkheim - Parte 2/2 (Na Íntegra). [S.l.]: Univesp, 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9iJKBO6Uedl>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

Sem medo de errar

Para produzir o artigo que uma prestigiosa revista lhe solicitou, por ocasião do aniversário do bicentenário de Karl Marx, você dividiu

o seu trabalho de elaboração em três partes. Nesta primeira etapa, dedicada à compreensão da visão sobre a sociedade apresentada pelas principais correntes sociológicas clássicas, do século XIX, você decidiu fundamentar-se nas análises de Émile Durkheim e Karl Marx.

Nesse sentido, a recuperação dos principais escritos desses autores mostrou que ambos assumiam um posicionamento distinto em relação às transformações em curso na sociedade e desenvolveram suas teorias a partir da colocação de questionamentos e problemáticas distintas. Tanto Durkheim como Marx viveram em um contexto caracterizado pelos efeitos da expansão do modo de produção capitalista, pela intensificação dos conflitos trabalhistas e pelo avanço do sistema industrial. No entanto, embora esse avanço chame a atenção de ambos os autores, cada um apontou efeitos distintos provocados pela intensificação da divisão do trabalho que acompanhou as inovações no sistema industrial.

Por um lado, Durkheim concebia a divisão do trabalho como um aspecto positivo do progresso humano e indispensável para a solidariedade e integração social. A interdependência entre os indivíduos gerada pela divisão do trabalho e intensificada na sociedade industrial proporcionaria uma coesão social, assegurando, assim, a preservação, a harmonia e o equilíbrio da sociedade. Preocupado com a manutenção da ordem social, Durkheim concebia a sociedade como um “organismo social”; por isso utilizava conceitos ou termos que eram expressões de analogias biológicas. Portanto, a concepção de uma “sociedade da harmonia e do equilíbrio social” está diretamente relacionada com a sua compreensão da sociedade e do seu funcionamento.

Por outro lado, Marx concebia a divisão do trabalho na sociedade moderna como causa da origem das classes e desigualdades sociais. Essa sociedade caracterizava-se, segundo Marx, por uma contradição central, relacionada às diferentes posições ocupadas pelos proprietários dos meios de produção e os trabalhadores na estrutura produtiva. Por ocuparem posições antagônicas, esses dois grupos defendiam interesses antagônicos, irreconciliáveis, levando-os a entrarem em conflito continuamente. Disso resulta a relação entre as análises marxistas e a concepção “sociedade do conflito”, já que a presença daquela contradição estrutural provoca, na visão de Marx, a possibilidade de conflitos permanentes; que ora podem estar ocultos, latentes na sociedade, ora podem ser deflagrados abertamente.

Para concluir o seu suposto artigo, você pode, ainda, relacionar essas abordagens sociológicas com a sociedade contemporânea. Esta, apesar das transformações pelas quais passou desde que esses dois pensadores produziram suas teorias, permanece sendo uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista. As inovações tecnológicas produzidas ao longo desses anos e que separam a contemporaneidade da época desses autores, como o desenvolvimento das telecomunicações, dos satélites, da genética, da robótica, entre outros, não alteraram a natureza do modo de produção vigente desde o período vivido por Marx e Durkheim. Por conseguinte, apesar da intensificação de outros tipos de conflitos não relacionados diretamente ao antagonismo estrutural apontado por Marx, os conflitos de classe continuam sendo centrais na sociedade contemporânea.

Faça valer a pena

1. “A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de ficar curvado sobre sua tarefa, não perde de vista seus colaboradores, mas age sobre eles e sofre sua ação” (DURKHEIM, 1999, p. 101).

O que a divisão do trabalho proporciona na sociedade, segundo a concepção de Émile Durkheim?

- a) Um desequilíbrio social e a ocorrência de contínuos conflitos.
- b) A competitividade entre os seus membros e um individualismo.
- c) O desenvolvimento de um tipo de solidariedade e uma integração social.
- d) Uma luta entre as diferentes classes sociais existentes.
- e) Um estado de anomia e de desequilíbrio social.

2. O conflito de classe considerado central na sociedade capitalista é compreendido na teoria sociológica marxista através do conceito de contradição.

A qual contradição a perspectiva marxista se refere ao qualificar o conflito existente na sociedade capitalista como um conflito de classe?

- a) À contradição entre proprietários dos meios de produção e os donos de empresas.
- b) À contradição entre os trabalhadores e a classe dominada.
- c) À contradição entre os trabalhadores autônomos e os trabalhadores do setor privado.

- d) À contradição entre a burguesia e a classe dominante.
- e) À contradição entre proprietários dos meios de produção e os não proprietários (trabalhadores).

3. "A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes" MARX; ENGELS, 1996, p. 9.

Com base nessa passagem do livro *O Manifesto Comunista*, a qual concepção de sociedade é possível vincular o pensamento marxista?

- a) À concepção de uma sociedade de classes caracterizada pelo seu equilíbrio social.
- b) À concepção de uma sociedade caracterizada pelo conflito e por contradições sociais.
- c) À concepção de uma sociedade caracterizada pela luta em prol do bem comum.
- d) À concepção de uma sociedade caracterizada pela ausência de uma história própria.
- e) À concepção de uma sociedade da harmonia caracterizada pela divisão social do trabalho.

Seção 1.2

Por que Marx?

Diálogo aberto

Retomando o contexto em que você está escrevendo sobre o pensamento de Marx para uma revista, nesta seção vamos acompanhar a segunda etapa da produção do seu artigo. Você, com base nos resultados obtidos na fase anterior e que lhe permitiram explicitar no seu texto o debate interno na sociologia, deverá agora resgatar aspectos da trajetória intelectual e da vida de Karl Marx.

Porém, como se trata de um artigo para uma revista respeitada no mercado editorial e prestigiada pela qualidade das suas publicações, você não pode se limitar a descrever aspectos biográficos. Afinal, nem todos os pensadores permanecem sendo matéria de capa de revista e despertam tantas atenções por ocasião da comemoração dos seus aniversários de nascimento.

Então, o objetivo é proporcionar ao público leitor um conhecimento mais aprofundado sobre o percurso intelectual que tornou Marx e sua obra uma referência até hoje. O fio condutor que orienta cada etapa da produção desse material jornalístico segue aqui presente, como questão de fundo.

Nesse sentido, para orientar essa etapa do trabalho, algumas questões cabem ser respondidas durante o levantamento de informações e a elaboração do artigo: por que Marx? Qual foi a contribuição do pensamento desse autor para a Sociologia e, desse modo, para a compreensão da sociedade? Quem foi seu parceiro intelectual e o que fundaram?

Não pode faltar

Karl Marx

O que Karl Marx escreveu que o tornou um dos pensadores mais importantes da história? Por que o consideramos como uma das principais referências do pensamento sociológico? Qual novidade

as suas reflexões apresentaram e por que permanecem válidas para entender a sociedade contemporânea? Afinal, por que estudar Marx?

Tais perguntas, assim como a interrogação que intitula esta seção, podem estar sendo colocadas por você na realização da disciplina Sociologia das Contradições Sociais. O nosso objetivo, aqui, consiste em lhe oferecer alguns elementos relacionados à trajetória de vida e intelectual de Marx, que lhe proporcionem uma compreensão sobre a importância do estudo desse autor.

Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Tréveris (Trier), uma cidade alemã localizada no sul da região da Renânia, que faz fronteira com a França. Tréveris pertenceu e foi uma das sedes administrativas desse país, entre os anos de 1798 e 1814. Ao longo desses anos a França introduziu várias medidas na Renânia, estimulando várias transformações econômicas, sociais e políticas, que a tornaram uma das regiões mais desenvolvidas em termos industriais e progressista politicamente (NAVES, 2000). Durante esse período, estava em curso, na Alemanha, uma transição do feudalismo para o capitalismo, embora tardia se comparada às transições já realizadas pela França e Inglaterra.

Porém, com a derrota de Napoleão, em 1815, a Renânia foi novamente anexada à Prússia, um dos estados pertencentes à Alemanha, que ainda não tinha se unificado nacionalmente. Com isso, interrompeu-se aquele processo de transição e de desenvolvimento capitalista e iniciou-se uma nova conjuntura caracterizada pela estagnação econômica, pelo conservadorismo e pela consolidação da aristocracia feudal no poder (NAVES, 2000;KONDER, 1999).

Federico Guilherme III, à frente do novo governo da Prússia, além de absolutista era antissemita, ou seja, contra o povo judeu (KONDER, 1999). Para evitar as restrições impostas aos judeus, como a proibição de se tornarem funcionários do Estado, o pai de Marx, o advogado Heinrich Marx (1782 – 1838), e a mãe, Henriette Presburg (1787-1863), que tinham ascendência judaica, foram coagidos a converterem-se ao protestantismo (NAVES, 2000). O nascimento de Marx ocorreu, portanto, nessa difícil conjuntura, marcada, inclusive, pela intolerância do governo.

O casal Heinrich e Henriette teve oito filhos, mas vários morreram muito jovens. Dos oito irmãos de Marx, metade morreu afetada pela tuberculose, sendo ele o único dos filhos homens que mais anos viveu

(posteriormente, três das seis filhas de Marx morreram pelo mesmo motivo).

Entre os anos de 1830 e 1835, período no qual a Renânia encontrava-se agitada pelas mobilizações a favor da unificação alemã e das liberdades políticas, Marx realizou os seus estudos secundários (Ensino Médio), no Colégio Secundário de Tréveris. Em uma redação, escrita para o exame final de língua alemã, sobre o tema "*Reflexões de um jovem a propósito da escolha de uma profissão*" (KONDER, 1999, p. 17), Marx escreve: "Nem sempre é possível abraçar a profissão para a qual nós nos sentimos impelidos, porque nossas relações com a sociedade começaram, de certa forma, antes que pudéssemos determiná-las" (BENSAÏD, 2013, p. 9). O que ele queria dizer? Marx expressava, nessa frase, uma preocupação com as dificuldades e obstáculos que se impõem sobre as pessoas na escolha da profissão. Conforme veremos, essa preocupação com certos obstáculos esteve presente, ao longo da sua vida, nas suas reflexões sobre as condições sociais que impedem os indivíduos de determinar livremente as suas escolhas (KONDER, 1999).

Em 1835, após o término do colégio, Marx ingressou nesse mesmo ano na Faculdade de Direito da Universidade de Bonn e, no ano seguinte, transferiu-se para a Universidade de Berlim e dedicou-se à filosofia (NAVES, 2000). Nesta, o ambiente universitário era dominado pela influência do principal filósofo daquele período que ali lecionara e morrera poucos anos antes: Georg W. F. Hegel (1770-1831).

Para que você compreenda a importância do pensamento filosófico de Hegel, cabe saber, por ora, que esse filósofo mudou a forma de conceber a realidade ao mostrar dois aspectos que a caracterizam, tanto a sua mudança permanente, como a contradição que acompanha esse movimento de mudança. De acordo com a explicação de Leandro Konder (1999, p. 44):



[...] Hegel ensinou que as coisas estão sempre mudando, que a vida é essencialmente movimento, que não há movimento sem contradição, que o movimento transformador de todas as coisas faz com que, na história da humanidade, [...] haja sempre algo de novo sob o sol.

Este pensamento pode parecer, em pleno século XXI, algo lógico, mas naquele período não era e acabou influenciando uma geração.

Os seguidores da filosofia de Hegel dividiam-se entre uma ala conservadora e uma ala progressista, por incorporarem elementos diferentes da obra desse filósofo para pensar a realidade. Marx, sob a influência de um professor, identificou-se com a tendência progressista, conhecida também como a “esquerda hegeliana” (NAVES, 2000; KONDER, 1999).



Assimile

Os seguidores do pensamento de Hegel dividiam-se em duas tendências: a progressista, denominada “esquerda hegeliana”, e a conservadora, a “direita hegeliana”. Enquanto esta justificava a política do Estado prussiano e a sua conciliação com o atraso feudal, isto é, com a aristocracia feudal, a ala progressista, em especial os seus representantes mais radicais, passaram a defender a luta contra o absolutismo prussiano, após perceberem que as autoridades monárquicas não adotariam reformas constitucionais liberais (NAVES, 2000).

Em abril de 1841, com 23 anos de idade, Marx obteve o título de doutor em filosofia, com uma tese sobre “*A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*”. No entanto, as suas perspectivas profissionais de seguir carreira universitária com o seu novo título acabaram sendo frustradas com a ascensão ao poder de Frederico Guilherme IV, cujo governo, ainda mais reacionário e intolerante que o anterior, passou a perseguir os hegelianos de esquerda (KONDER, 1999).

Marx encontrou no exercício do jornalismo uma alternativa de trabalho e a sua estreia ocorreu no jornal *Gazeta Renana*, com uma série de artigos bastante elogiados sobre a liberdade de imprensa. Na sua visão “[...]a liberdade número um para a imprensa consiste em ela não ser uma indústria” (KONDER, 1999, p. 24), pois ao se deixar ser comercializada, a imprensa perde a sua objetividade, a possibilidade de criticar com independência e torna-se impotente para lutar contra a censura. O sucesso dos artigos perante o público leitor converte Marx em editor do jornal.



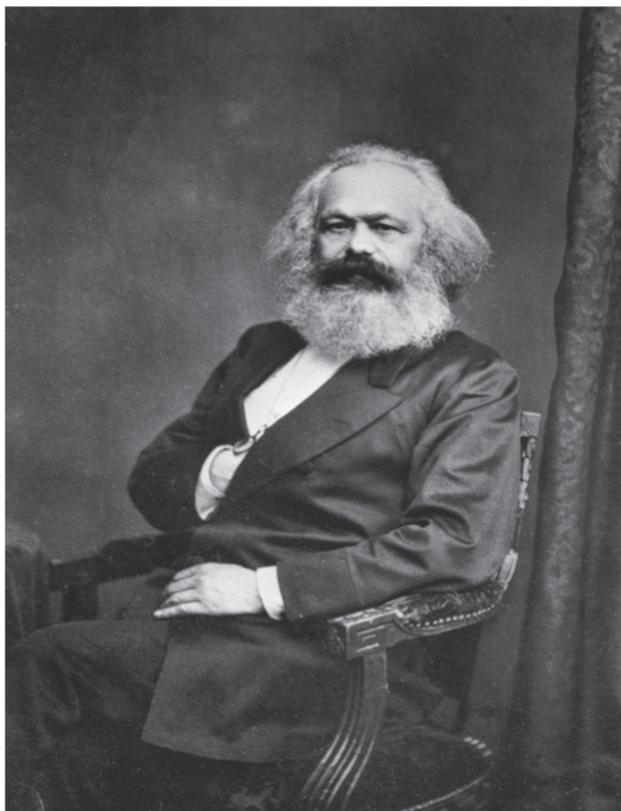
Hoje, em várias partes do mundo, a imprensa encontra-se muito mais desenvolvida que à época de Karl Marx e pode contar com o apoio financeiro proveniente de subsídios estatais, da venda de espaços publicitários, de recursos privados ou mesmo de recursos originados com a sua venda para o grande público.

Para você, no que consiste a liberdade de imprensa? O que é uma imprensa objetiva? Há diferença entre objetividade e imparcialidade na imprensa? Qual seria o princípio fundamental que asseguraria a objetividade e a liberdade da imprensa? A comercialização da imprensa não poderia ser considerada uma estratégia que asseguraria a sua autonomia financeira e, portanto, a sua possibilidade de manter-se independente e objetiva?

No entanto, em 1843, o governo censurou e proibiu a circulação da *Gazeta Renana*. Marx, descontente com a situação na qual se encontrava o seu país, decidiu exilar-se em Paris. Mudou-se com a proposta de editar, na França, uma nova revista, denominada *Anais Franco-Alemães*, na qual terminou publicando um dos seus principais trabalhos de juventude, como *A questão judaica e Crítica da filosofia do direito de Hegel*. A sua ida para a França ocorreu após celebrar o seu casamento com Jenny (1814-1881), com quem permaneceu casado durante toda a sua vida.

Em Paris, Marx se impressionou profundamente ao conhecer o movimento socialista francês e a imigração operária alemã (KONDER, 1999; BENSÄID, 2013), mas sua estadia na capital francesa durou apenas dois anos. Em 1845, as autoridades prussianas, incomodadas com os seus escritos no jornal *Vorwärts!* (Avante!), publicado por imigrantes alemães democrático-radical, pressionaram o governo francês a expulsá-lo, provocando a sua mudança com a família para a Bélgica. Para poder instalar-se nesse país, Marx foi obrigado a assinar um documento comprometendo-se a não publicar nenhum artigo sobre a atualidade política, nacional ou internacional (KONDER, 1999; MEHRING, 1965).

Figura 1.1 | Um retrato de Karl Marx – antes de 24 agosto de 1875



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=591288>>. Acesso em: 23 maio 2017.

As situações às quais Marx esteve exposto, descritas acima, lhe dão uma noção do tom crítico de seus escritos, a ponto de governos tentarem impor restrições a ele, seja ao seu direito de residir em um país, seja à sua liberdade de pensamento. A vida de Marx será marcada, portanto, por mudanças de países, até ele se instalar definitivamente em Londres (1849), onde morreria, em 1883. Você pode imaginar as dificuldades que ele e sua família enfrentaram com todas essas mudanças, não é? Não por acaso, eles vivenciaram continuamente uma situação instável economicamente, que foi muitas vezes amenizada com a ajuda financeira oferecida por aquele que se tornou o leal e inseparável amigo de Marx: Friedrich Engels.



Se você tiver curiosidade em conhecer de modo mais aprofundado a vida e o percurso intelectual de Karl Marx, uma das mais importantes biografias desse autor é o livro *Karl Marx: a história de sua vida*, escrito por Franz Mehring e publicado em 1918. No Brasil, a primeira versão em português dessa biografia foi lançada em 2013, quase cem anos após a sua primeira publicação.

Pesquise mais em:

MEHRING, F. **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: José Luiz e Rosa Sundermann, 2013.

A parceria de Marx e Engels

Foi em Paris que se iniciou uma profunda amizade e parceria entre Marx e o alemão Friedrich Engels (1820-1895). Este havia nascido na cidade de Barmen, também localizada na região da Renânia, porém muito mais industrializada em relação a Tréveris, cidade natal de Marx (KONDER, 1999). A principal influência filosófica que marcou Engels na sua juventude foi, assim como Marx, o pensamento de Hegel, o que o tornou um adepto do *hegelianismo de esquerda*.

Aos vinte anos de idade, Engels expressava com todo o fervor uma convicção pelo comunismo como uma necessidade que deveria ser extraída das condições da civilização moderna (BENSAÏD, 2013).

Filho de um industrial muito rico e coproprietário de uma empresa têxtil em Manchester (cidade da Inglaterra), Engels estava designado por seu pai, um homem muito religioso e conservador, a seguir a carreira de comércio, a fim de assumir os negócios da família. No entanto, os seus interesses distanciavam-se dos desejos paternos: aproveitando a sua estadia em Manchester para terminar os seus estudos de comércio, Engels procurou conhecer o movimento operário e a condição dos trabalhadores da Inglaterra, na época o principal polo industrial mundial.

Dessa experiência resultou o seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, no qual encontramos uma análise minuciosa das precárias e degradantes condições de vida e trabalho do proletariado inglês, produzida quando o próprio significado histórico dessa revolução começava a ser reconhecido (ENGELS, 2007). Segundo a explicação do autor:

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações. (ENGELS, 2007, p. 45)

Inclusive, Engels foi considerado como um dos primeiros autores a utilizar a expressão “Revolução Industrial” (ENGELS, 2007) para se referir às transformações ocorridas na Inglaterra. O pioneirismo não só do uso dessa expressão, mas especialmente da sua análise, tornaram esse livro uma referência fundamental para os estudos contemporâneos nas áreas da sociologia urbana e sociologia do trabalho (BENSAÏD, 2013; KONDER, 1999).

Figura 1.2 | Friedrich Engels



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1981630>>. Acesso em: 22 maio 2017.



Para que você possa conhecer melhor as ideias de Engels, sugerimos que leia a introdução do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nela você encontrará uma apresentação breve e introdutória sobre as transformações profundas pelas quais os trabalhadores ingleses passaram e sobre o desenvolvimento da indústria nesse país.

Pesquise mais em: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007. 384 p.

Todas essas informações lhe permitem vislumbrar quão significativo foi o contato entre Marx e Engels, esses dois jovens intelectuais, afastados dos seus países e com visões muito parecidas. O encontro marcante para o início da amizade entre eles ocorreu no outono de 1844, quando Engels, retornando de Manchester, passou por Paris. As informações que Engels trazia da sua experiência na Inglaterra sobre o funcionamento e os impactos do capitalismo nesse país interessavam muito a Marx (KONDER, 1999), que estava compenetrado na análise das lutas do movimento operário francês.

A afinidade de ideias compartilhada por ambos deu início a uma amizade que perdurou por quarenta anos. A lealdade e a cumplicidade existente entre os dois amigos apareciam no respeito e no reconhecimento mútuo da originalidade e do valor das reflexões feitas por cada um, e se manifestavam também no apoio material frente às intempéries da vida. Nesse último caso, Engels, por incontáveis vezes, sanou dificuldades econômicas enfrentadas pela família de Marx, submetida a uma pobreza extrema, e deu a este um suporte material para que pudesse seguir a escrita do que se tornaria a sua grande obra. De acordo com Franz Mehring (1965, p. 191; tradução livre): “A amizade destes dois homens, completamente entregues a uma causa comum, [...] constitui uma aliança sem paralelo na história de todos os tempos”.

Podemos dizer que se o contato com o proletariado parisiense tinha marcado profundamente as reflexões de Marx, a partir da amizade com Engels surgiu uma parceria intelectual fecunda e uma ampla atividade político-ideológica (NAVES, 2000; BENSÂID, 2013). Ambos escreveram conjuntamente vários trabalhos, publicados quando vivos ou postumamente, como *A Sagrada Família* (1844),

A Ideologia Alemã (escrito em 1846 e publicado somente em 1931) e o *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Estudaremos algumas dessas obras nas próximas unidades.

Marx e Engels: fundadores do marxismo

Bruxelas (cidade da Bélgica) era considerada o centro dos movimentos socialistas nascentes quando Marx mudou-se para essa capital (BENSAÏD, 2013). Apesar de ter assinado um termo comprometendo-se a não publicar nada em território belga sobre temas políticos, Marx deu continuidade aos seus escritos e começou a pronunciar conferências em organizações operárias, como a Associação dos Operários Alemães de Bruxelas (KONDER, 1999). No final do ano de 1845, ele decidiu renunciar a sua cidadania alemã, devido às pressões que as autoridades prussianas continuaram exercendo, dessa vez sobre o governo belga, para que o expulsassem do país.

Em Bruxelas, Marx e Engels criaram um Comitê de Correspondência Comunista, com o objetivo de colocar os socialistas alemães em contato com os socialistas franceses e ingleses. Além disso, ambos começaram a participar de uma organização operária, a Liga dos Justos, que sob a influência deles passou a ser denominada Liga dos Comunistas e adotou o lema: "Proletários de todos os países: uni-vos!" (NAVES, 2000).

Por conta dessa participação, Marx e Engels são incumbidos de escrever um manifesto, que resultará na publicação, em 1848, de *O Manifesto do Partido Comunista*. Para você ter uma noção do contexto em que se publicou esse trabalho, o cenário político de inúmeros países europeus estava sendo protagonizado por várias revoluções contra o poder aristocrático ainda neles vigente e pela organização dos trabalhadores (NAVES, 2000) contra as consequências geradas pela sociedade capitalista. Não só isso: esse contexto caracterizou-se igualmente pela difusão de novas ideias e formas de pensar a sociedade, que surgiram frente às desigualdades sociais, provocadas pelos avanços da industrialização e do capitalismo. O "socialismo utópico" correspondeu a uma dessas novas concepções e entre os seus principais representantes encontram-se Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837).



O "socialismo utópico" corresponde à expressão que designa a primeira fase da história do socialismo, desenvolvida entre o período das guerras napoleônicas e as Revoluções de 1848. A difusão dos termos "socialista", para se referir aos seus principais representantes (Saint-Simon, Fourier e Owen) e "utópicos" ocorreu, especialmente, a partir de 1830 e dos textos produzidos por Marx e Engels. Na concepção desses dois autores, a qualificação desse socialismo como "utópico" devia-se ao fato dos seus representantes acreditarem na possibilidade de uma transformação social que eliminasse o individualismo e a influência da propriedade privada, mas sem envolver uma luta de classes; além disso, não reconheciam o papel do proletariado nessa transformação (BOTTOMORE, 2012).

Os trabalhos publicados por Marx e Engels corresponderam também a uma nova concepção da realidade social que produziu um grande impacto nos meios intelectuais da sociedade da época (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2003) e produz ainda hoje. Ambos, preocupados com a superação das desigualdades de classe surgidas com o modo de produção capitalista, vão se diferenciar dos socialistas utópicos. Estes, na opinião de Marx e Engels, embora criticassem a sociedade burguesa, não apontavam os meios para transformar a sociedade (MARTINS, 1994), o que somente seria possível com o estudo do funcionamento do modo de produção capitalista e, por conseguinte, dos meios que promoveriam uma transformação social. Nesse sentido, é a esse estudo que ambos irão se dedicar e serão os fundadores de uma nova corrente do pensamento: o marxismo.

O marxismo surgiu no âmbito da sociedade moderna caracterizada pelo desenvolvimento da grande indústria e pelo surgimento do proletariado industrial (LEFEBVRE, 1961). O surgimento da teoria social marxista pode ser considerado como resultado de condições e "pressupostos" (NETTO, 2006) que estavam presentes na sociedade em meados do século XIX. Em primeiro lugar, condições culturais relacionadas às mudanças provocadas nos modos de vida, na organização da produção, nos sistemas de relações de poder a partir da ocorrência das duas principais revoluções do século XVIII (Revolução Francesa e Revolução Industrial) até os conflitos operários de meados do

século XIX. Tais mudanças colocaram novos parâmetros e questões, contribuindo para a formação de um novo pensamento sobre a sociedade. Em segundo lugar, condições políticas relacionadas aos movimentos revolucionários desencadeados pelo proletariado na primeira metade do século XIX. E, por último, a compreensão do proletariado como o agente da transformação social.

Essas condições contribuíram para a formação de uma teoria social que fosse capaz de compreender a estrutura da sociedade capitalista. O marxismo é a expressão dessa teoria, produzida em um contexto sociopolítico específico, em resposta aos problemas colocados pela “sociedade burguesa” (NETTO, 2006). Trata-se de uma teoria que se vincula com a prática política ao propor uma superação desses problemas por meio da ação dos próprios trabalhadores. Por isso, como veremos em outra unidade, o marxismo confere à ideia de “revolução” uma importância para a transformação social das estruturas de poder e dominação capitalistas. De acordo com José P. Netto (2006, p. 22):

É a partir da perspectiva da revolução que Marx pensa a sociedade burguesa [...]. A perspectiva revolucionária confere sustentação social ao caráter radicalmente crítico da teoria marxista, um caráter aliás imprescindível a qualquer conhecimento que não se contente apenas com a constatação dos fatos — mas que tome os fatos como sinais e índices, avançando deles para os processos nos quais adquirem sentido e significação.

Você pode estar se perguntando: quais foram as contribuições originais apresentadas pela teoria marxista? Por ora, cabe assinalarmos, em linhas gerais, quatro contribuições fundamentais, que iremos aprofundá-las ao longo das unidades desse livro: 1º) a compreensão da estrutura contraditória do modo de produção capitalista decorrente do antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários, isto é, entre burguesia e proletariado ou entre classe dominante e classe dominada; 2º) a descoberta da “mais-valia” como um elemento essencial para a existência e reprodução do capitalismo; 3º) a análise do papel histórico do proletariado como agente da transformação social;

4º) a elaboração de um novo método de análise e estudo científico da realidade social, o chamado "materialismo histórico".

A importância de Marx para a sociologia

Marx, ao contrário de autores como Émile Durkheim ou Max Weber, considerados os pensadores clássicos da sociologia, não estava preocupado com a sistematização ou mesmo com a elaboração de um corpo teórico próprio da Sociologia. Ele, ao longo do desenvolvimento das suas pesquisas, tomou como objeto de estudo a sociedade capitalista com o objetivo de entender como esta se organizava e como seria possível promover a sua transformação social. Para isso, retomou os conhecimentos produzidos por diferentes áreas do conhecimento (como a filosofia, a economia, a política) e construiu uma nova interpretação da realidade social que articulou essas áreas, não se restringindo ou especializando-se em apenas uma delas. Este é um dos aspectos da riqueza da obra de Marx, na medida em que nela se encontram contribuições para diferentes áreas (como a sociologia, a ciência política, a filosofia, a economia e a história).

Qual é, então, a importância de Marx e da sua teoria para a sociologia?

Marx passou e tem sido considerado um dos pensadores clássicos da sociologia por ter elaborado uma interpretação inovadora, sofisticada e complexa da sociedade. Além das contribuições da obra desse autor, citadas anteriormente, ressaltamos, aqui, quatro aspectos relevantes da sua teoria social para a sociologia:

Em primeiro lugar, Marx concebeu a sociedade como obra da atividade do próprio homem. No trecho do seu livro *O Dezoito Brumário* podemos encontrar essa concepção: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 2002, p. 21). Isso significa que são os indivíduos que modificam e transformam a sociedade, embora essa modificação não ocorra de acordo com a sua livre vontade, mas a partir de

certas condições históricas de existência (MARTINS, 1994). Veja que, nessa concepção, aparece de modo muito mais elaborado uma compreensão já presente nas preocupações de Marx, quando jovem, a respeito das dificuldades que se impõem sobre a escolha profissional, ou seja, a determinação das condições materiais, históricas e sociais sobre as ações dos indivíduos.

Em segundo lugar, Marx concebeu a sociedade como uma “totalidade” (NETTO, 2006). Para ele a sociedade não era um conjunto formado por partes que se integram de modo equilibrado e funcional, conforme propunha o positivismo, mas sim “[...] um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (NETTO, 2006, p. 30). Dito de outro modo: a concepção marxista da sociedade como totalidade reconhece a existência e a convivência de contradições no seu interior; nesse caso, para exemplificar, nem todas as instituições, grupos, indivíduos que a integram dedicam-se à manutenção da ordem social, alguns procuram subverter e superar essa ordem (GALVÃO, 2003).

Em terceiro lugar, a teoria marxista inaugurou uma nova forma de compreensão da história, rompendo com as visões que impediam o entendimento do processo histórico, ao explicar o papel da luta de classes como motor das diferentes fases do desenvolvimento histórico da humanidade.

Por último, com a sua preocupação de articular teoria e prática, o pensamento marxista tornou-se para a sociologia uma vertente crítica, na qual poderia se fundamentar para refletir e construir uma análise comprometida com a eliminação das relações de dominação e exploração entre as classes sociais (MARTINS, 1994). Desse modo, o papel da sociologia inspirada na teoria marxista seria contribuir para uma transformação social e, com isso, para uma emancipação social e política das classes dominadas.

Todos esses aspectos continuam válidos para a análise da sociedade contemporânea, caracterizada pela permanência das relações de dominação e exploração capitalistas. De acordo com Márcio Naves (2000, p. 9; grifos no original), “Foi Marx, justamente, que nos educou o olhar para que pudéssemos ver o **processo**

contraditório que atravessa essas relações e a possibilidade de sua destruição”. De todos esses aspectos resulta, portanto, a importância da teoria marxista para a Sociologia e do seu estudo na disciplina Sociologia das Contradições Sociais.

Sem medo de errar

Para dar continuidade ao artigo que você está supostamente escrevendo a pedido de uma importante revista, por ocasião do bicentenário de nascimento de Karl Marx, nessa etapa você deveria se dedicar à discussão dos principais aspectos da trajetória de vida e intelectual desse autor. O seu trabalho consistiria no levantamento de informações não só biográficas, mas também incluiria dados sobre o contexto histórico no qual Marx viveu e sobre momentos significativos da sua vida, que influenciaram o seu percurso intelectual.

Nesse sentido, o que estudamos nesta seção e que contribuiria para o desenvolvimento do suposto artigo é que o contexto histórico em que Marx viveu durante a sua infância e juventude na Alemanha, correspondeu a um período de estagnação econômica, conservadorismo e intolerância por parte dos governos. A situação de intolerância se estende sob a forma de perseguições contra intelectuais influenciados pelo pensamento de Hegel, considerado um dos principais filósofos alemães, mas também sob a forma de censura contra aqueles que se colocavam contra o poder estabelecido. Marx sofreu diretamente essa censura e perseguição, logo após o término do seu doutorado, quando passa a escrever artigos para jornais, bem como quando já fora do país, residindo na França, é expulso pelas autoridades francesas a pedido do governo alemão. Perseguições desse tipo ocorreram, ainda, diversas vezes.

Enquanto esteve na capital francesa dois acontecimentos importantes marcaram a trajetória de Marx: o primeiro foi o seu contato com o movimento socialista francês e com as lutas operárias realizadas nesse país; o segundo foi o seu encontro com Friedrich Engels, que se tornou seu amigo e parceiro intelectual,

acompanhando-o nos seus estudos e ajudando-o, inclusive financeiramente, em vários momentos de crise econômica. Pelos trabalhos publicados em conjunto, ambos se tornaram conhecidos como os fundadores do marxismo.

No decorrer de quarenta anos, desde a obtenção do seu título de doutor, em 1841, até o ano da sua morte, em 1883, Marx elaborou uma vasta obra, na qual se encontra uma teoria social que trouxe uma inovadora explicação sobre a sociedade e, em particular, sobre o modo de produção capitalista. Uma das suas principais contribuições, consistiu na sua compreensão da história e, portanto, da sociedade, como produto da ação dos homens. Desse modo, Marx rompia com as visões teológicas ou mesmo se afastava do positivismo, segundo as quais, respectivamente, a sociedade era imutável (visão teológica) ou correspondia a um organismo funcionando de modo harmônico (visão positivista).

Essa compreensão dos homens como sujeitos históricos, capazes de transformar a própria história, possibilitou à Sociologia, uma abordagem crítica sobre as relações de dominação e exploração presentes na sociedade, assim como a possibilidade desta, como uma disciplina científica, desenvolver estudos preocupados não apenas com a teoria, mas igualmente com uma prática política, que possibilite a transformação social.

Faça valer a pena

1. "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 2002, p. 21).

A partir do trecho, é correto afirmar que para Karl Marx:

- a) A sociedade e a história são produzidas pelos próprios homens, que a transformam e a modificam, não sob circunstâncias de sua escolha, mas sim de acordo com desígnios divinos.
- b) A sociedade e a história são produtos da ação humana que, sob circunstâncias de sua escolha, as transformam e as modificam.

c) A sociedade e a história são produzidas pelos próprios homens, que a transformam e a modificam, não sob circunstâncias de sua escolha, mas sim sob certas condições herdadas e transmitidas pelo passado.

d) Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, mas sim seguindo as circunstâncias impostas pelo destino, com as quais se defrontam inutilmente.

e) Os homens, ao produzir individualmente a sua própria história, defrontam-se com as histórias de outros indivíduos e entram em conflito.

2. Friedrich Engels foi um dos amigos e parceiros intelectuais de Karl Marx, mas, além disso, escreveu o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que se tornou um trabalho pioneiro para os estudos realizados na área da Sociologia do Trabalho e da Sociologia Urbana.

Para Engels, qual foi o principal resultado da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra? Assinale a alternativa correta:

a) O surgimento da máquina a vapor, que possibilitou o aumento da produtividade e o desenvolvimento de novos e melhores produtos.

b) O aparecimento do proletariado industrial cujas condições de vida e de trabalho estavam expostas a situações precárias e degradantes.

c) O aparecimento da classe dominante como resultado do domínio da aristocracia feudal e absolutista.

d) O surgimento do sistema de máquinas cujo funcionamento passou a assegurar o bem-estar do conjunto da população.

e) O surgimento do sistema industrial, proporcionando a melhoria da qualidade dos produtos.

3. Karl Marx e Friedrich Engels, amigos e parceiros intelectuais, elaboraram em conjunto vários livros, como *A ideologia alemã*, *A sagrada família*, além do célebre *O Manifesto Comunista*. A partir dos seus escritos, ambos passaram a ser considerados os fundadores do marxismo.

Quais noções e conceitos fazem parte do corpo teórico do pensamento marxista? Assinale a alternativa correta:

a) Revolução, totalidade, contradição e proletariado.

b) Revolução, contradição, anomia e classe dominante.

- c) Antagonismo estrutural, classe dominante, tipo ideal, ação social.
- d) Proletariado, dominação burocrática, divisão social do trabalho e anomia.
- e) Contradição, classe trabalhadora, solidariedade mecânica e ordem social.

Seção 1.3

O método de Marx

Diálogo aberto

Nesta seção, chegamos à última etapa da produção do seu artigo sobre Marx e o seu pensamento, em razão da comemoração do bicentenário desse autor. Os materiais coletados nas duas seções anteriores possibilitaram o entendimento de duas diferentes perspectivas de análise da sociedade (“sociedade da harmonia” e “sociedade do conflito”), elaboradas no século XIX, como também a compreensão da importância de Marx para a Sociologia. Além disso, foi possível identificar na trajetória desse pensador os trabalhos que realizou em conjunto com Engels e que proporcionaram o surgimento do marxismo.

Aqui, você tem o desafio de entrar no universo metodológico elaborado por Marx. Por quê? Durante a fase anterior ficou clara a relevância desse pensador no âmbito das análises sociológicas, a ponto de ter se tornado, em conjunto com Émile Durkheim e Max Weber, uma das principais referências para a consolidação da Sociologia como disciplina científica. Porém, se Marx fundou o marxismo e dedicou-se a estudar o modo de produção capitalista, qual foi o seu método de pesquisa?

O objetivo dessa última parte do artigo a ser produzido por você é, então, apresentar ao público leitor o processo de construção do método marxista. Explicitando, dessa forma, qual novidade esse método apresentou.

Nesse sentido, algumas perguntas deverão orientar a elaboração e a finalização da escrita do artigo: qual corrente teórica influenciou a construção do método de Marx? Por que ele é denominado materialismo histórico? Quais são os principais pressupostos teóricos presentes na formulação desse método? E, por último, retomando a questão norteadora das três partes: o método marxista, além da teoria marxista, permanece válido para analisar e explicar a sociedade capitalista contemporânea?

Não pode faltar

A construção do método

Ao longo da gestação da Sociologia, como disciplina científica, um dos temas presentes nos debates realizados na época referia-se aos princípios norteadores do que viria a ser o seu método. Afinal, enquanto as ciências naturais já contavam com uma metodologia consolidada e reconhecida pela sua capacidade de explicar os fenômenos da natureza, o surgimento de uma “ciência social” implicava a formulação de uma metodologia válida para a elaboração de um conhecimento científico sobre a realidade social. Em outras palavras, o que estava presente naquele debate era a pergunta sobre quais seriam os fundamentos epistemológicos e metodológicos dessa nova ciência. O positivismo, como você sabe, correspondeu a uma das correntes teóricas que influenciou as discussões a respeito dessa questão; recapitemos, brevemente, o seu posicionamento nesse debate.



Vocabulário

Epistemologia: do grego *episteme* que significa “conhecimento” e *logos* “estudo” ou “ciência”, é o estudo da natureza, origem e validade do conhecimento. No âmbito da Filosofia, ela é um ramo que estuda os fundamentos e a metodologia do conhecimento científico.

Metodologia: do grego *méthodos* que significa “método” e *logos* “estudo” ou “ciência”, é o estudo dos métodos, técnicas e procedimentos utilizados pelos diferentes ramos da ciência no desenvolvimento das pesquisas científicas.

A concepção positivista, inspirando-se no modelo científico das ciências naturais, procurou assegurar no âmbito da Sociologia a objetividade e a neutralidade do conhecimento a ser produzido sobre a sociedade. Para tanto, ela se fundamentava nas seguintes premissas: 1º) concebia a sociedade como um organismo regido por leis naturais, ou seja, por leis invariáveis que não dependiam da ação humana; 2º) a sociedade, assim compreendida, poderia ser estudada pelos mesmos métodos utilizados pelas ciências naturais; 3º) as ciências sociais deveriam limitar-se a observar e explicar as causas dos fenômenos de modo objetivo, neutro e livre de julgamentos de valor, prenoções ou preconceitos (LÖWY, 2003).

Tais premissas devem ser compreendidas à luz do contexto político e social da sociedade europeia e, em particular, francesa. O positivismo procurou justificar a ordem social burguesa estabelecida após a Revolução Francesa e, por consequência, afastar a influência que os conflitos políticos em curso e as ideias revolucionárias, em plena difusão à época, pudessem exercer sobre os intelectuais e a nascente Sociologia.



Refleta

Será realmente possível que o cientista social, no exercício da sua pesquisa científica, deixe de lado todos os seus valores, ideologias ou princípios político-sociais? É possível uma ciência totalmente livre de julgamentos de valor e, portanto, neutra? Ou será que na própria escolha do objeto a ser estudado pelo cientista, assim como nas questões que ele procura responder com a sua pesquisa, não interferem noções, princípios, valores que lhe são próprios?

Sob a influência positivista, Émile Durkheim, considerado o primeiro sociólogo a sistematizar as regras do método sociológico, propôs várias regras para o estudo da sociedade, entre as quais se destaca o que ele considerou a base de todo o método científico: a necessidade de descartar todas as “prenoções” (crenças políticas e religiosas, sentimentos, moral etc.) (DURKHEIM, 1999). Em *As regras do método sociológico* ele argumenta: “Nosso método, portanto, nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade” (DURKHEIM, 1999, p. XIII). É interessante observar que, embora Durkheim reconhecesse o conservadorismo do seu método, ele não percebia o vínculo existente entre esse caráter com as suas próprias crenças e, portanto, com a inviabilidade do caráter supostamente neutro do conhecimento que pretendia construir.

Em contraposição, encontramos na base da formulação da teoria social de Karl Marx, um método científico que se fundamentou em uma compreensão diferente dos fenômenos sociais e da produção do conhecimento. Ao contrário de considerar tais fenômenos como fatos submetidos a “leis sociais” que a ação e a vontade humana não poderiam modificar, Marx os concebia como resultado das ações humanas,

ainda que estas estivessem submetidas a condições históricas e sociais. Essa concepção era influenciada pelo pensamento filosófico de Hegel que compreendia a realidade como caracterizada pela sua contínua mudança, ou seja, nela nada seria eterno, imutável ou absoluto.

Perceba, com isso, uma das especificidades do entendimento de Marx sobre a realidade e os fenômenos sociais que se refletiu sobre a construção do seu método e sobre a sua visão a respeito do conhecimento científico. De acordo com a compreensão marxista, esse conhecimento era condicionado histórica e socialmente, ou seja, não estava ileso às influências e determinações colocadas pelas circunstâncias históricas e sociais; ademais, não era dotado de uma neutralidade (LÖWY, 2003), uma vez que a própria escolha do objeto de pesquisa ou da problemática a ser estudada era influenciada pelos interesses, visões de mundo e ideologias do estudioso.

Cabe enfatizarmos que Marx não visou formular um método científico para a Sociologia. A construção do seu método, o chamado "materialismo histórico", não se restringiu a uma disciplina científica e resultou de um longo processo de elaboração teórica (NETTO, 2011), levado a cabo por mais de uma década. No conjunto da sua obra são poucos os seus textos voltados à questão metodológica cuja discussão aparece, às vezes, de modo implícito ou explícito, em meio ao tratamento de um assunto ou problemática mais abrangente. Um exemplo representativo dessa forma de abordagem é a obra *O Capital*, considerada a expressão acabada da aplicação do método marxista.

Diante desses aspectos, você talvez esteja se perguntando: por que Marx construiu um novo método científico? Por que ele não se fundamentou, durante a formulação da sua teoria social, nas metodologias já existentes?

As respostas para essas questões estão relacionadas a alguns aspectos, entre os quais, com o objeto e a problemática da pesquisa desenvolvida por esse autor. Ao tomar como objeto de estudo o modo de produção capitalista, Marx procurou entender o capitalismo em toda a sua complexidade, ou seja, a sua gênese, consolidação, desenvolvimento e suas possibilidades de crise (NETTO, 2011). O seu objetivo era formular um novo conhecimento sobre essa forma de organização da sociedade e sobre a possibilidade de ser transformada, superada.

Para tanto, Marx não só se inspirou em três tradições teóricas e políticas, como as analisou criticamente, desconstruindo os seus argumentos, apontando suas contribuições e seus limites. Tais procedimentos não foram, contudo, suficientes para responder às suas indagações. À medida que os seus estudos avançaram, novas questões apareceram, exigindo-lhe respostas, definições e delimitações (IANNI, 1980). Por isso, conforme esclarece David Harvey (2013, p. 16; grifos do autor), Marx teve de “[...] recriar e reconfigurar o próprio método científico” de forma que lhe ajudasse a responder, entre outras perguntas, a seguinte questão: “[...] Como podemos entender e criticar **cientificamente** o capitalismo, de modo a preparar de maneira mais efetiva o caminho para a revolução comunista?” Como resultado desse longo processo de elaboração teórica, encontramos no conjunto da sua obra a produção simultânea desse método e da interpretação do capitalismo (IANNI, 1980).

Recuperaremos, a seguir, as principais correntes teóricas que influenciaram a produção teórico-metodológica marxista.

Principais influências teóricas e políticas

Três grandes tradições ou correntes teóricas e políticas inspiraram os estudos de Marx: o socialismo utópico difundido, sobretudo, na França, a economia política clássica do século XVII até meados do século XIX, e a tradição crítico-filosófica alemã.

A primeira dessas correntes correspondia ao pensamento utópico, expresso nos escritos de Saint-Simon, Charles Fourier e Proudhon. Nos anos de 1830 e 1840 houve uma difusão desse pensamento e muitos autores influenciados pelas ideias utópicas começaram a autodenominar-se como comunistas, mas sem saber exatamente o que isso significava (HARVEY, 2013). Marx, conhecedor dessa corrente, procurou distanciar-se dela, questionando a sociedade ideal que os utópicos projetavam sem ter uma compreensão de como ocorreria uma transição para tal sociedade (HARVEY, 2013).

A segunda dessas tradições correspondia à economia política de origem especialmente britânica, expressa nas obras de diversos

autores, em destaque nas de Adam Smith (1723–1790), Thomas Malthus (1766–1834) e David Ricardo (1772–1823) (HARVEY, 2013). Marx passou a estudar a economia política clássica, isto é, “[...] a análise teórica da moderna sociedade burguesa” (ENGELS, 2008, p.273), a partir do incentivo de Engels, o qual, tendo escrito uma crítica às categorias econômicas, lhe chamou a atenção sobre a importância dessa área de estudos para a compreensão do capitalismo.

Por que a economia política? O que ela significava à época e qual era a sua especificidade?

De acordo com José P. Netto e Marcelo Braz (2006), a economia política clássica correspondeu à teoria que expressou os interesses e o ideário da burguesia, quando essa classe estava conduzindo o processo revolucionário de dissolução do Antigo Regime. Ela tinha como objetivo compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava surgindo da crise do feudalismo.

Nos escritos dos seus dois principais teóricos, Smith e Ricardo, encontram-se duas características específicas dessa teoria (NETTO; BRAZ, 2006): a primeira se refere à sua natureza, uma vez que não se tratava de uma disciplina especializada, voltada para a análise autônoma de um objeto de estudo específico (no caso, o “econômico”). Os seus autores clássicos pretendiam torná-la não apenas uma disciplina científica, mas sim uma teoria social, explicativa da realidade social.

A segunda característica da economia política clássica refere-se ao tratamento dado pelos seus principais expoentes às categorias e instituições econômicas (dinheiro, salário, mercado, propriedade privada etc.), isto é, como se fossem “[...]categorias e instituições naturais que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social permaneceriam eternas e invariáveis na estrutura fundamental” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 18).

Ao tomar contato com esse campo do conhecimento, Marx criticou, entre outros aspectos, a orientação científica dos economistas clássicos, como os seus métodos e a sua concepção da Economia. Por ora, cabe compreender que uma de suas críticas direcionou-se à naturalização das categorias econômicas, ou seja, ao tratamento dado às “leis econômicas” tal como ao dispensado

às leis das ciências físicas: como se fossem “leis gerais e eternas” (FERNANDES, 2008, p. 23). Esse tratamento era equivocado porque, ao contrário das ciências físicas que se dedicam ao estudo da natureza, a Economia dedica-se ao estudo do modo pelo qual os homens organizam a sua produção para assegurar a sua existência. Produção que é, na compreensão de Marx, condicionada social e historicamente, assim como realizada pela ação humana, que tem a capacidade de transformar a própria natureza (FERNANDES, 2008). De acordo com a explicação de Florestan Fernandes (2008, p. 23; grifos nossos):



Você pode aprofundar o seu conhecimento sobre a Economia Política com a leitura do livro escrito por José Paulo Netto e Marcelo Braz, intitulado *Economia Política: uma introdução crítica* (São Paulo: Cortez, 2006). Direcionado aos estudantes de nível universitário, esse livro é uma introdução às questões centrais da Economia Política, realizada de modo crítico e didático pelos seus autores.

Dentre as três correntes teóricas citadas anteriormente, o pensamento filosófico alemão exerceu um maior peso sobre Marx (HARVEY, 2013), inclusive na elaboração do seu método científico. Aqui nos referimos, sobretudo, à filosofia de Hegel (1770–1831) e de Ludwig Feuerbach (1804–1872).

Hegel foi um dos grandes filósofos do Iluminismo devido às suas contribuições para o entendimento de questões centrais da filosofia. Vejamos, com base nas análises de Emir Sader (2007) e Leandro Konder (2004), as principais contribuições desse filósofo para as formulações teórico-metodológicas de Marx.

De acordo com Sader (2007, p. 9), o pensamento humano sempre teve como ponto de partida, na sua busca pelo conhecimento e pela verdade, a dicotomia entre sujeito e objeto. Isso significa que, ao longo dos séculos, a maior parte das correntes do pensamento identificou a “verdade” com ausência de contradição. Isso quer dizer que a verdade não poderia apresentar algo que fosse contraditório, justamente porque para essas correntes a contradição seria “sintoma de falsidade”.



Para o pensamento aristotélico, a verdade se identifica com a ausência de contradição. Se A é igual a A, não pode ser igual a B ou a qualquer não A. Simplesmente isso. [...] Se uma coisa é igual a si mesma e diferente de si mesma, se ela é igual a si mesma e igual a outra coisa, trata-se de uma contradição, indicação insofismável de uma falsidade. (SADER, 2007, p. 9)

Porém, Hegel colocou em questão não só a dicotomia entre sujeito e objeto, considerada pelo pensamento clássico como a condição da reflexão epistemológica, como também contestou a identificação da contradição com falsidade. Em sua perspectiva, o conhecimento do mundo implica entender “[...] as razões pelas quais sujeito e objeto aparecem diferenciados e contrapostos” (SADER, 2007, p. 10). Observe, dessa maneira, como a reflexão hegeliana se diferenciou do caminho trilhado, posteriormente, pela nascente Sociologia que, ao se inspirar nas ciências biológicas, identificou:

[...] a verdade com o máximo distanciamento entre sujeito e objeto, expresso paradigmaticamente na obra de Auguste Comte e Émile Durkheim. Para estes, a garantia da veracidade do conhecimento está na medida do afastamento entre sujeito e objeto – consideração dos fenômenos sociais como “coisas” -, a ponto da identificação, incorporada à linguagem corrente, de objetividade com verdade, no sentido de conhecimento isento, universal. As dimensões subjetivas, por sua vez, passam a ser assimiladas a um falseamento do conhecimento verdadeiro dos objetos. (SADER, 2007, p. 10)

Nesse sentido, ao questionar as relações entre sujeito e objeto, entre subjetividade e objetividade, Hegel apresentou duas novidades de grande importância para o pensamento filosófico. A primeira delas refere-se à introdução do conceito “*trabalho*”, compreendido por ele como o elemento fundamental no desenvolvimento

e na autonomia do homem em relação à natureza. Em outras palavras: “[...] o trabalho é a mola propulsora que impulsiona o desenvolvimento humano; é no trabalho que o homem produz a si mesmo [...]” (KONDER, 2004, p. 23-24). Por meio desse conceito, a filosofia hegeliana se contrapôs aos enfoques do pensamento tradicional, possibilitando uma redefinição das relações entre sujeito e objeto.



Assimile

Na seguinte passagem, Leandro Konder (2004, p. 24) explicita com maiores detalhes a importância do conceito de “trabalho”, introduzido por Hegel, para uma nova compreensão da relação sujeito-objeto:



No trabalho se acha tanto a resistência do objeto (que não pode ser ignorada) como o poder do sujeito, a capacidade que o sujeito tem de encaminhar, com habilidade e persistência, uma superação dessa resistência.

Foi com o trabalho que o ser humano “desgrudou” um pouco da natureza e pôde, pela primeira vez, contrapor-se como sujeito ao mundo dos objetos naturais. Se não fosse o trabalho, não existiria a relação sujeito-objeto.

Além dessa redefinição, com o conceito de “trabalho” afirmou-se:



[...] pela primeira vez na história da filosofia, que o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens. Também pela primeira vez afirma-se, na filosofia, que o homem é um ser histórico, o que é dado por sua capacidade de trabalho. (SADER, 2007, p. 12)

A segunda novidade refere-se ao conceito de “contradição” que é compreendido “[...] não como sintoma de falsidade, mas como motor do movimento real” (SADER, 2007, p. 11). Para Hegel, conforme você deve se lembrar, a mudança faz parte da realidade, que está em constante movimento; sendo que não há movimento sem contradição. Esta, de acordo com a sua compreensão era

"[...] um princípio básico que não poderia ser suprimido nem da consciência, nem da realidade objetiva" (KONDER, 2004, p. 22).

Dessa concepção, decorre a vinculação desse pensador à dialética. Na sua acepção moderna, dialética significa "[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação" (KONDER, 2004, p. 8). Ambos os conceitos – dialética e contradição –, como você pode perceber, estão articulados e passaram a expressar uma nova compreensão da realidade, já que durante vários séculos, sobretudo na Idade Média, a dialética perdeu espaço na sociedade enquanto perspectiva explicativa da realidade (KONDER, 2004).

À luz dessa discussão, é possível dizer que os estudos de Marx se inspiraram no pensamento hegeliano. Isso não significa, contudo, que essa inspiração consistiu em reproduzir tal pensamento, uma vez que no desenvolvimento da suas formulações teórico-metodológicas Marx reformulou a noção de dialética e se afastou do idealismo de Hegel e seus seguidores, entre os quais, Ludwig Feuerbach.

Feuerbach foi um dos pensadores hegelianos de esquerda que mais influência exerceu sobre Marx com a sua discussão sobre a alienação religiosa. Esta consistiria na projeção, feita pelo próprio homem, das suas características em um ser externo e superior a ele, no caso, Deus. Para Feuerbach, Deus é "[...] uma ideia que se torna independente dos homens que a criam" (NAVES, 2000, p. 24). Por isso, na concepção feuerbachiana, conforme explica Sader (2007, p. 12), "Em vez de ser criado por Deus, como acredita a visão religiosa, é o homem quem cria Deus", justamente porque Deus é uma ideia que só existe no pensamento do homem, que a transforma em algo independente dele.



Refleta

Considerando a concepção de Feuerbach sobre Deus, como uma ideia criada pelo pensamento humano, reflita por que os homens, em um determinado momento histórico, a criaram.

Embora Marx estenda a análise da alienação religiosa de Feuerbach para a discussão do trabalho, desenvolvida no seu livro *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), posteriormente, ele e Engels, realizaram um “ajuste de contas” (NAVES, 2000; SADER, 2007) com as concepções idealistas presentes tanto em Feuerbach como em Hegel. Em contraposição ao idealismo que entendia as ideias ou a consciência como os agentes fundamentais da transformação histórica, Marx e Engels demonstraram a importância de uma compreensão materialista da realidade social e, desse modo, a possibilidade da construção de um conhecimento científico da história, por meio de um novo método: o materialismo histórico.

Materialismo histórico e dialética marxista

Em *Teses sobre Feuerbach*, Marx (1999, p. 14; grifos no original) afirma que: “Os filósofos se limitaram a **interpretar** o mundo de diferentes maneiras; o que importa é **transformá-lo**”. Nessa afirmação, encontra-se o anúncio do distanciamento entre o pensamento marxista e o idealismo filosófico alemão. Enquanto para este último bastaria eliminar e substituir as representações imaginárias que oprimiam os homens por outra interpretação da realidade, para Marx não bastava modificar as representações, as ideias e os conceitos, justamente porque, segundo a sua concepção, não eram as ideias que determinavam o mundo real (NAVES, 2000); caberia, então, não apenas compreender e interpretar o mundo, mas transformá-lo por meio da ação. Por isso, nas suas elaborações teórico-metodológicas, a unidade entre teoria e ação é enfatizada com veemência e corresponde a um aspecto do seu próprio método (FERNANDES, 2008), desenvolvido com a finalidade de compreender cientificamente o capitalismo e as formas para superá-lo.

Nesse sentido, a negação do idealismo e a apresentação de uma concepção materialista da história apareceram de modo explícito em *A ideologia alemã*. Neste livro, escrito em conjunto por Marx e Engels, encontra-se a base material como fundamento da análise da realidade social nos diferentes períodos históricos. O “material” é compreendido como sendo os “[...] **indivíduos reais**, a **ação que**

eles desenvolvem, as suas **condições de vida**" (NAVES, 2000, p. 31; grifos no original). Diferenciando-se dos idealistas, os dois autores explicam os pressupostos sobre os quais fundamentam a sua concepção da história:

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. (MARX; ENGELS, 1999, p. 26)

O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida. (MARX; ENGELS, 1999, p. 27, nota *, grifos no original)

Nessas passagens encontra-se a compreensão do substrato material do processo histórico. Para que os homens consigam fazer história é necessário que estejam em condições de viver, comer, vestir-se, habitar, ou seja, que satisfaçam suas necessidades elementares (GORENDER, 2001), as suas condições materiais de existência. O primeiro "ato histórico" dos homens corresponde, nesse sentido, à produção dos seus meios de vida, que lhes asseguram a satisfação das suas necessidades e a sua existência; ademais, é por meio dessa *produção* que eles se diferenciam dos animais, ao produzirem os seus meios de subsistência e a sua vida material (NAVES, 2000).

O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado *modo de vida* dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com

a sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1999, p. 27-28; grifos no original)

Perceba que a base material remete não só ao conceito de produção, mas ao de “trabalho”, retomado de Hegel, ao qual Marx dará, especialmente nos seus escritos posteriores, um significado ainda mais complexo, relacionando-o com outros conceitos que irão compor o seu arcabouço teórico. Tais conceitos, para que você comece a se familiarizar com eles, são: “relações sociais de produção”, “processo de trabalho”, “forças produtivas”, “força de trabalho”, entre outros.

É possível observar também na passagem acima o entendimento da determinação das condições materiais de produção sobre a vida social, pois o *que* e *como* (o modo) os homens produzem, influenciam e “coincidem” com o que são. Por isso a produção dos meios de vida, o seu modo de produção, não diz respeito apenas à “reprodução da existência física dos indivíduos”, mas envolve outras dimensões da existência, como sociais, culturais e políticas.



Assimile

Posteriormente, ao escrever a Introdução do livro *Contribuição para a crítica da economia política* (1859), Marx refere-se a esse condicionamento ao afirmar: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

O materialismo histórico está articulado na análise marxista com o método dialético, cujas ideias, apesar de derivarem de Hegel, assumem um novo significado na abordagem de Marx (HARVEY, 2013), que o explica do seguinte modo:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o *ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado*". (MARX, 1968, p. 16; itálicos não originais, apud NETTO, 2011, p. 21)

Em outras palavras, para Marx “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – **é o real reproduzido e interpretado no plano ideal** (do pensamento)” (NETTO, 2011, p. 21; grifos no original). O objeto da pesquisa existe independentemente do sujeito. Já o pesquisador, por outro lado, visa por meio do seu método de pesquisa produzir um conhecimento que, tendo como ponto de partida a aparência do seu objeto, apreenda a essência deste, isto é, a sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011). A partir de sua pesquisa, de procedimentos analíticos, o pesquisador reproduz, então, no plano do pensamento, no plano ideal, a essência do seu objeto. Perceba, aqui, a diferença entre o método de investigação dialético marxista e hegeliano.

Por outro lado, no método de Marx, a relação sujeito-objeto no processo de elaboração do conhecimento teórico é uma relação na qual o sujeito está implicado no objeto, o que impede que tanto a pesquisa como a teoria dela resultante sejam neutras (NETTO, 2011). A ausência de neutralidade não significa falta de objetividade do conhecimento produzido, uma vez que a “[...]teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é **a prática social e histórica**” (NETTO, 2011, p. 23; grifos no original).



Exemplificando

A comprovação da objetividade do conhecimento teórico produzido por Marx pode ser observada em algumas das suas descobertas. Entre estas, encontra-se a compreensão da impossibilidade do capitalismo existir sem a ocorrência de crises econômicas contínuas; ou seja, tais crises fazem parte da própria natureza desse modo de produção. A

objetividade da análise marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo permitiu, desse modo, observar a ocorrência de tais crises como uma "tendência histórica" (NETTO, 2011, p. 24), suscetível, no entanto, de ser impedida por outras tendências.

No tratamento da relação sujeito-objeto e, por conseguinte, da questão da "objetividade", é possível observar as especificidades do método dialético marxista em relação a outras abordagens teóricas, discutidas ao longo desta seção, bem como quanto à dialética hegeliana. Marx teve, segundo a análise de Harvey (2013, p. 21), de reconfigurar a dialética de modo que ela fosse "[...] capaz de entender e representar processos em movimento, mudança e transformação", assim como ser crítica e revolucionária por essência, pela sua capacidade de "[...]chegar ao cerne das transformações sociais, tanto atuais como potenciais".

Portanto, o materialismo histórico e a dialética marxista, concebidos e articulados por Marx, consistiram nas bases de um conhecimento científico do modo de produção capitalista e inauguraram um novo método de compreensão do processo histórico e da realidade social.

Sem medo de errar

Nesta última parte do artigo que está produzindo a pedido de uma revista, por ocasião do bicentenário de aniversário do nascimento de Karl Marx, você procurou discutir o processo de construção do método marxista. Para isso, uma das suas preocupações pode ter sido entender quais autores influenciaram a elaboração desse método e os principais pressupostos teóricos nele presentes. Para compreender isso você recuperou as contribuições mais importantes da filosofia crítica alemã, expressa na obra de Hegel, considerado um dos principais filósofos da Alemanha. Esse autor questionou a relação sujeito-objeto, objetividade-subjetividade, tal como tratada pelo pensamento filosófico tradicional, contestando a ideia da verdade como sinônimo de ausência de contradição. Por meio da sua noção de "trabalho", compreendida como a mola

propulsora do desenvolvimento humano, de sua compreensão da “contradição” como constitutiva da realidade e, desse modo, da recuperação da dialética, Hegel proporcionou um novo entendimento da relação sujeito-objeto, fundamental para a discussão sobre a produção do conhecimento científico.

Marx, sob a inspiração das ideias hegelianas, em particular da dialética e das noções de trabalho e contradição, buscou reformular o seu próprio método dialético, afastando-se do idealismo de Hegel. Para isso, concebeu a construção do conhecimento como resultado do “[...] movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 21) e propôs que, com base nesse método de investigação, se produzisse um conhecimento que captasse a essência, isto é, a dinâmica e a estrutura, do objeto de estudo.

Porém, articulado à dialética, o método científico de Marx trouxe uma importante inovação para a análise do processo histórico ao tomar como pressuposto os indivíduos reais e suas condições materiais. Em outras palavras, a análise marxista toma como seu ponto de partida a produção material dos indivíduos, o modo pelo qual estes produzem os seus meios de vida e, assim, asseguram a reprodução das suas condições de existência (econômica, cultural, social, política). Ao argumentar que o primeiro ato histórico dos indivíduos consistiu no ato de produzir os seus meios de vida, Marx não apenas demonstrou o “trabalho” ou a “produção” como os elementos que diferenciam o homem dos animais, como também evidenciou o papel dessas atividades para o próprio desenvolvimento do processo histórico. Dessas análises resultou a constituição do seu método histórico que possibilitou construir um conhecimento científico sobre o capitalismo.

À luz dessa discussão, compreende-se a validade desse método e da teoria marxista para o estudo e a análise da sociedade contemporânea, justamente porque algumas das suas descobertas sobre o modo de produção capitalista seguem vigentes. Entre as quais, a ocorrência de crises contínuas como um dos traços do funcionamento do capitalismo, mantém a sua validade. Com essa descoberta Marx procurou sinalizar uma tendência histórica que se repetiu durante o século XX e no atual, com a crise de 2008.

Faça valer a pena

1. "Hegel marca também uma diferenciação com o nascente pensamento sociológico, que busca trilhas pelo caminho aberto pelas ciências biológicas e absolutiza a identificação da verdade com o máximo distanciamento entre sujeito e objeto [...]" (SADER, 2007. p. 10).

No trecho citado, Emir Sader estabelece uma diferenciação entre o pensamento de Hegel e o de Auguste Comte e Émile Durkheim (sendo estes dois últimos, representantes do que Sader denomina como "nascente pensamento sociológico"), a respeito do tratamento dado por cada um deles à relação entre sujeito-objeto na produção do conhecimento. Qual é a concepção desses autores pioneiros da Sociologia a respeito dessa relação?

- a) Esses autores concebem essa relação como oposição da relação entre objetividade e subjetividade.
- b) A relação sujeito-objeto é compreendida como uma relação de externalidade, na qual o máximo distanciamento entre cada polo desse par é sinônimo de objetividade e neutralidade.
- c) A relação sujeito-objeto é entendida como dois polos que devem ser aproximados e integrados com a finalidade de produzir um conhecimento científico neutro e objetivo.
- d) Esses autores concebem a relação sujeito-objeto como sinônimo da produção de um conhecimento neutro e objetivo, uma vez que a subjetividade do sujeito seja respeitada.
- e) A relação sujeito-objeto é concebida como sinônimo de um conhecimento objetivo, uma vez que ocorra a aproximação entre cada um deles, isto é, entre sujeito e objeto do conhecimento.

2.



Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. (MARX; ENGELS, 1999. p. 26)

O que Marx e Engels afirmam no trecho citado? Assinale a alternativa correta.

- a) Marx e Engels afirmam que as bases do seu método e da sua análise do processo histórico não são arbitrárias, nem dogmáticas, porque se fundamentam na concepção idealista.
- b) Os autores afirmam que os pressupostos da sua análise tomam como ponto de partida os indivíduos concretos e suas condições arbitrárias e dogmáticas de produção material.
- c) Marx e Engels afirmam que os pressupostos da sua análise sobre o modo de produção capitalista são os indivíduos abstratos.
- d) Os autores afirmam que os pressupostos da sua análise tomam como ponto de partida os indivíduos reais e a produção material dos seus meios de vida.
- e) Que os pressupostos do seu método e da sua análise do processo histórico são as representações mentais, imaginárias, produzidas pelo pensamento.

3. O materialismo histórico, cujas ideias básicas são desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels no livro *Ideologia Alemã* (1846), pode ser identificado com algumas noções ou conceitos fundamentais no interior da obra de Marx.

Assinale a alternativa que contemple corretamente essas noções ou conceitos:

- a) Trabalho, contradição, idealismo.
- b) Meios de produção, burocracia, dialética.
- c) Dialética, modo de produção, anomia.
- d) Expropriação material, idealismo, trabalho.
- e) Produção material, meios de vida, modo de produção.

Referências

- AMORIM, Henrique. **Teoria social e reducionismo analítico**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. 175 p.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx**: manual de instruções. São Paulo: Boitempo, 2013. 192 p.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. 468 p.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 165 p.
- _____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 483 p.
- _____. Divisão do trabalho anômica. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1993. p. 97-102.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007. 384 p.
- ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a Contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273 – 285.
- FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia. In: FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 273-289.
- _____. Introdução. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 19-44.
- GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. 384 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000305036&fd=y>>. Acesso em: 27 mar. 2017.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. **Confirma o conceito de “conflito”, de acordo com Giddens e Sutton**. 2016. Disponível em: <<http://editoraunesp.com.br/blog/confirma-o-conceito-de-conflito-de-acordo-com-giddens-e-sutton>>. Acesso em: 7 mar. 2017.
- GORENDER, Jacob. O nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. VII – XL.
- HARNECKER, Marta. **Clases sociales y luchas de clases**. Chile: Akal Editor, 1979. 35 p.
- HARVEY, David. **Para entender O Capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013. 335 p.
- IANNI, Octavio. **Karl Marx**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980. 216 p.
- KONDER, Leandro. **Marx**: vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 154 p.

- **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Ática, 2004. 88 p.
- LEFEBVRE, Henri. **El marxismo**. Buenos Aires: Eudeba, 1961. 38 p.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 220 p.
- **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 112 p.
- MARTINS, Carlos. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 104 p.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 346 p.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbah. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 11 -14.
- MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45 – 50.
- **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 67 p.
- MEHRING, Franz. **Carlos Marx**. El fundador del socialismo científico. História de su vida y de la 1ª Internacional. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1965. 423 p.
- **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: José Luíz e Rosa Sundermann, 2013. 512 p.
- NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx**: ciência e revolução. São Paulo/Campinas: Moderna/Editora da Unicamp, 2000. 144 p.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.
- **O que é o marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 85 p.
- BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. 258 p.
- ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p.1-17, dez. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_01.htm>. Acesso em: 6 mar. 2017.
- OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro; QUINTANEIRO, Tânia. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 27-66.
- OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro; QUINTANEIRO, Tânia. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 27-66.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 159 p.

RODRIGUES, Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1993. 208 p.

SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 9 – 15.

A crítica da economia política: a contradição capital e trabalho

Convite ao estudo

Caro aluno!

Nesta unidade, vamos aprofundar o nosso estudo sobre a teoria social marxista, em particular, sobre a análise teórica do modo de produção capitalista. Até aqui tomamos um primeiro contato com a trajetória intelectual de Karl Marx, com o seu método, o materialismo histórico, e com alguns aspectos da sua reflexão sobre a realidade social. Nessa primeira aproximação, tivemos a oportunidade de conhecer uma nova concepção da sociedade como sendo caracterizada por contradições e conflitos sociais, bem como a importância do pensamento marxista para a Sociologia das Contradições Sociais.

Para dar continuidade ao aprendizado dos conteúdos desta disciplina, ao longo desta segunda unidade temos como objetivos: compreender conceitos fundamentais do arcabouço teórico formulado por Marx com base na sua concepção materialista da história, como “relações de produção”, “forças produtivas”, “modo de produção”, entre outros, além de entender a sua explicação sobre o funcionamento e a natureza contraditória do modo de produção capitalista, cuja existência e reprodução ocorrem, segundo essa concepção, com base na contradição entre capital e trabalho.

Marx, por décadas, foi instigado a procurar respostas, por meio dos seus estudos, às seguintes perguntas: “[...] *quais princípios estruturais, modos de funcionamento e racionalidades comportamentais tornam o capitalismo o que ele é?*” (BRUSCHI, 2016, p. 22). O nosso objetivo é que ao final desta unidade você tenha tomado contato com alguns desses “princípios” e “modos

de funcionamento”, descobertos e analisados por esse autor e que explicitam a singularidade do capitalismo.

Desse modo, esperamos que no término dos conteúdos que aqui serão trabalhados você compreenda mais profundamente alguns conceitos fundamentais do pensamento sociológico marxista, entre os quais, “modo de produção”, “trabalho”, “alienação”, “capital”, “mais-valia”, entre outros. Para tanto, na primeira seção, vamos nos concentrar na discussão de conceitos elementares do materialismo histórico, que são a nossa “porta de entrada” para a compreensão da organização capitalista do processo de trabalho e da acumulação do capital, assuntos que serão tratados nas duas seções seguintes.

Para alcançar os objetivos aqui elencados, imagine que você é um dos organizadores de um seminário, intitulado “Fim do Trabalho?”. A proposta de organização desse evento, na faculdade, teve duas motivações: 1º) o aumento do desemprego em inúmeros países; 2º) a difusão da ideia do “fim do trabalho” na sociedade contemporânea. Esses dois motivos estão interligados, já que devido ao crescimento do desemprego que vem ocorrendo há algumas décadas em diversas localidades e à redução de postos de trabalho em determinados ramos de atividade, alguns analistas passaram a defender que estaríamos frente a um processo que levaria à extinção do trabalho no mundo contemporâneo.

O seminário tem como objetivo realizar um debate amplo e crítico sobre a temática do fim do trabalho na sociedade, daí o seu título interrogativo. Afinal, será que estaríamos em vias de ver o desaparecimento do trabalho ou do trabalhador? O que assumiria o lugar do trabalhador no processo produtivo? Como as pessoas garantiriam o seu sustento? Trabalho e emprego seriam as mesmas coisas?

Você já pensou sobre essas questões? Como o pensamento marxista poderia contribuir para analisar a temática do seminário? Essas são algumas perguntas sobre as quais você, como parte da equipe organizadora do evento, deverá refletir.

Desejamos-lhe uma boa reflexão e bons estudos!

Seção 2.1

Modo de produção capitalista

Diálogo aberto

Vamos acompanhar aqui as suas supostas atividades na organização do seminário “Fim do Trabalho?”. A proposta desse evento é promover um debate sobre o suposto fim do trabalho na sociedade contemporânea, defendido de modos distintos por alguns analistas (André Gorz, Dominique Méda, Claus Offe) devido, entre outros aspectos, ao aumento do desemprego e à redução dos postos de trabalho em determinados ramos de atividade. A teoria marxista certamente poderá contribuir para esse debate, não é mesmo?

Nesse sentido, imagine que você está comentando com um colega sobre a realização do evento e que ele deverá, na sua opinião, concentrar-se na discussão sobre o modo de produção capitalista. Seu colega, que é de outra área e não se intimida a perguntar, lhe faz vários questionamentos: antes do capitalismo, existiram outros modos de produção? Como as pessoas organizavam-se para produzir os seus meios de subsistência? Nessas sociedades havia trabalho ou emprego? O que diferenciou o modo de produção capitalista em relação aos outros modos?

Como você responderia a essas questões? Na sua resposta caberá mobilizar especialmente os conteúdos “relações de produção”, “modos de produção” e “modo de produção capitalista” que serão trabalhados ao longo desta seção.

Não pode faltar

Conceitos fundamentais do pensamento marxista

O pensamento marxista, assim como outras perspectivas teóricas, construiu um corpo teórico composto por conceitos, noções e termos articulados entre si e lhes conferiu sentidos específicos que permitiu ao autor explicar e interpretar de uma determinada maneira a realidade social, assim como se diferenciar de outras teorias. Tal construção, conforme vimos na Unidade 1, deu-se a

partir de longos anos de estudos desenvolvidos por Karl Marx sobre uma problemática específica – como as sociedades se organizam e como se transformam – (GALVAO, 2003) e que teve como objeto de estudo o modo de produção capitalista. O processo de formulação dessa nova teoria envolveu a análise crítica das principais vertentes do pensamento que a influenciaram e, ao mesmo tempo, a elaboração de um novo método científico.

Nas seções anteriores você pôde familiarizar-se e tomar contato com alguns referenciais teóricos do marxismo. Nesta unidade, com o objetivo de dar continuidade e aprofundar o seu aprendizado, vamos adentrar no universo conceitual dessa corrente teórica, explorando mais detidamente conceitos e noções considerados cruciais para o entendimento da concepção materialista da história e do modo de produção capitalista. Por isso, a presente seção concentra-se na discussão de conceitos relacionados às formas de organização da produção nos diversos períodos históricos e, em especial, no capitalismo. Podemos dizer que essa abordagem conceitual é a “antessala” ou, se preferirmos, a “porta de entrada” àquela que é considerada a grande obra de Marx, discutida nessa unidade: *O Capital*.

Talvez, você esteja se perguntando: por que esses conceitos se referem especificamente à organização da produção? Porque eles remetem, primeiramente, à maneira pela qual os homens asseguram a sua existência, a sua reprodução social. Esse aspecto básico da vida humana – a garantia dos meios de subsistência – remete, por conseguinte, à maneira pela qual os homens organizam a sua produção econômica, os seus meios de vida. Para compreender o modo de produção capitalista, Marx procurou analisar como, historicamente, os homens se reproduziram socialmente e organizaram a sua produção, mas também como esse modo de produzir transformou-se ao longo dos séculos. Por meio dessa análise, ele pôde explicar como as sociedades se estruturaram em diferentes períodos históricos e como essas estruturas se transformaram.

Passemos, então, a discutir alguns desses conceitos que compõem a teoria social marxista e são fundamentais para a compreensão do materialismo histórico.

Meios de produção, forças produtivas, relações sociais de produção

Em *A ideologia alemã* (1846), livro no qual se discute as bases do materialismo histórico, Marx e Engels (1999, p. 27-28, grifos do original) afirmam que:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

O entendimento da produção como o elemento que diferencia os homens dos animais serve-nos como ponto de partida para a discussão dos elementos característicos do processo de trabalho, das forças produtivas e das relações sociais de produção que configuram a estrutura de uma dada sociedade. Na citação, Marx e Engels ressaltam a capacidade dos homens produzirem os seus próprios meios de vida e, indiretamente, a sua própria vida material. Produção que representa uma condição fundamental de toda a história e, por isso, é considerada um “ato histórico”, pois os homens dependem dela para assegurar a sua sobrevivência, a satisfação das suas necessidades físicas, naturais ou mesmo históricas, decorrentes da sua existência social. Nesse caso, opondo-se às premissas do idealismo, discutidas anteriormente por nós, os autores reforçam a diferença entre os homens e as outras espécies animais como sendo não o pensamento, mas sim o fato destes produzirem os seus próprios meios de vida (RANIERI, 2001).

Por meio dessa análise, conforme argumenta Márcio Nunes (2000, p. 31), “Marx estabelece, assim, o conceito de produção – os homens produzem os seus meios de subsistência e a sua vida material [...]”. Esse conceito aparece como o fundamento da exposição teórica dos autores (RANIERI, 2001), pois “trata-se de um conceito que une tanto a economia segundo a forma como a sociedade a desenvolve, assim como a extensão da interação entre relações materiais e relações sociais”. Assim, a “produção humana” constitui as bases materiais tanto da vida como da história (RANIERI, 2001, p. 111).

Essa produção pressupõe um “intercâmbio”, isto é, relações dos indivíduos entre si, pois “[...] toda produção deve ocorrer, necessariamente, através de determinadas relações entre os produtores” (NAVES, 2000, p. 32).

Nesse sentido, o desenvolvimento histórico é influenciado pela produção voltada para a manutenção da vida humana, mas também para a garantia de novas necessidades surgidas com a procriação e o aumento da população. Desde os primórdios da história e, portanto, desde a existência dos primeiros homens houve, segundo Marx e Engels (1999, p. 42):



[...] uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão esta que é tão antiga quanto os próprios homens – e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma “história” [...].

Dessa análise resulta a ideia da materialidade do processo histórico que é o fundamento do materialismo histórico desenvolvido por Marx.

Além do conceito de “produção”, o pensamento marxista recupera a categoria de trabalho atribuindo-lhe uma importância para a compreensão da produção e reprodução das condições materiais da vida humana. Na próxima seção, teremos a oportunidade de discutir com maior profundidade a concepção de trabalho na obra de Marx, mas, por ora, cabe compreender que ele a concebe como toda atividade produtiva humana voltada para a produção de bens necessários para a existência e a reprodução social. Para o ser humano, o trabalho, tal como é compreendido por Marx, é a sua “atividade vital” (BRAVERMAN, 1977), pois não só transforma os recursos existentes em produtos, como no ato produtivo, transforma a si mesmo.

Isso significa que o trabalho esteve presente desde os primórdios da humanidade e é um elemento central da vida social, mas não é só isso, já que a atividade produtiva humana implica em um gasto de energia física e mental, na medida em que envolve a força física, as habilidades, os conhecimentos e a subjetividade de quem produz. Designa-se, então, como “*força de trabalho*” essa energia física e mental despendida pelo homem durante o processo de trabalho (HARNECKER, 1979). De acordo com a explicação de Harry Braverman (1977, p. 54, grifos do autor):

[...] a capacidade humana de executar trabalho, que Marx chamava “força de trabalho”, não deve ser confundida com o poder de qualquer agente não-humano, seja ela natural ou feita pelo homem. O trabalho humano, seja diretamente exercido ou armazenado em produtos como ferramentas, maquinaria ou animais domesticados, representa o recurso exclusivo da humanidade para enfrentar a natureza. Assim, para os humanos em sociedade, a força de trabalho é uma categoria especial, distinta e não intercambiável com qualquer outra, *simplesmente porque é humana.*



Pesquise mais

O trabalho, conforme é concebido pela abordagem marxista, tem uma centralidade na sociedade, pois, ainda que o desenvolvimento tecnológico tenha proporcionado a substituição do trabalho humano por diferentes tipos de tecnologias cada vez mais avançadas, há sempre a necessidade do trabalho realizado pelo homem em alguma etapa da produção.

Para compreender melhor essa concepção e o debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, você pode tomar contato com os trabalhos de Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, 1 (2), p. 229-237, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/04.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

Para que o trabalho se efetive o homem necessita de dois elementos:

1º) instrumentos, ferramentas, equipamentos ou máquinas que permitam transformar uma matéria bruta ou uma matéria-prima em um produto útil. O conjunto desses diferentes tipos de instrumentos é designado como “meio de trabalho”, definido por Marx (1988, p. 143) como “(...) uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”. Esse

conceito pode aparentemente parecer sem relevância, porém, é o próprio Marx (1988, p. 144)



que nos alerta para a sua importância: Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.

2º) “objetos de trabalho” que possam ser transformados em um produto útil. Eles podem ser tanto recursos naturais disponíveis na natureza na condição de matéria bruta, como matérias-primas que já tenham passado, por meio de um trabalho anterior, por uma modificação prévia.

Segundo a explicação de Harnecker (1979, p. 8; tradução livre), “Sem matéria-prima e sem meios de trabalho não se pode produzir nada. Eles são as condições materiais para realizar qualquer tipo de trabalho. Por isso, os denominaremos “meios de produção”.

“Meios de produção” é, desse modo, o conceito utilizado para designar esses dois elementos – “meios de trabalho” e “objetos de trabalho”. Em outras palavras, os “meios de produção” referem-se aos recursos físicos – instrumentos de trabalho, matéria-prima, espaço físico etc. – indispensáveis para a concretização do trabalho.



Assimile

A definição apresentada por Marta Harnecker (1979, p. 8; tradução livre) para cada um dos conceitos aqui apresentados, contribui para uma melhor assimilação dos seus respectivos significados:

Meios de trabalho: “Denominaremos meios de trabalho a todas aquelas coisas que direta ou indiretamente nos permitem transformar a matéria-prima em produto final”.

Meios de produção: “Denominaremos meios de produção a todos os objetos que intervêm no processo de produção”.

Em síntese, o trabalho e os meios de produção são os dois componentes de todo processo de trabalho especificamente humano.

Perceba, com essa discussão, uma ideia fundamental: nada pode ser produzido sem o trabalho humano, porque os meios de produção não podem, por si mesmos, produzirem. Porém, sem meios de produção o homem não pode trabalhar, isto é, produzir, já que estes são as condições materiais de toda produção (HARNECKER, 1979, p. 11; tradução livre). Retomaremos, mais adiante, a relação dessa ideia com a forma de propriedade, mas, antes, cabe explicitar o seu vínculo com as “forças produtivas”, conceito que abrange os meios de produção e a força de trabalho (BOTTOMORE, 2012).

O conceito “forças produtivas” procura apreender o modo pelo qual os homens, em determinados momentos históricos, obtêm os seus meios de vida, os bens necessários para a sua subsistência e, desse modo, o grau de desenvolvimento dos seus meios de produção, das habilidades, técnicas e processos de trabalho (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1999).



Exemplificando

Um exemplo do desenvolvimento das forças produtivas remonta à pré-história da humanidade, em particular, à revolução neolítica desencadeada na época da idade da pedra (15 mil anos antes de Cristo), quando os principais instrumentos de trabalho eram fabricados em pedra polida. Nessa época, a descoberta feita pelas mulheres da técnica do solo proporcionou uma das mais importantes revoluções econômicas da existência humana, justamente porque ao produzir os seus próprios alimentos, o homem teve um maior controle da própria subsistência, atenuou a sua dependência em relação à natureza, obteve uma reserva de víveres e, progressivamente, com o surgimento de um excedente produtivo passou por uma divisão do trabalho (dispensando alguns indivíduos para outras funções ou atividades). O excedente produzido com o desenvolvimento dos métodos de plantio transformou a organização social, tanto pelo surgimento da divisão do trabalho, como pelo aparecimento de uma desigualdade social decorrente da acumulação desse excedente entre os chefes militares ou religiosos das aldeias (MANDEL, 1982).

Um exemplo mais recente do aperfeiçoamento das forças produtivas refere-se às tecnologias de informação, que proporcionaram o surgimento de novos serviços e bens (produtos), introduziram alterações nos processos de trabalho e modificaram outras dimensões da vida social.

As forças produtivas referem-se, nesse sentido, aos meios de produção e à força de trabalho presentes no processo de produção, sendo que no transcurso da história elas se desenvolvem, passando tanto por modificações como por aperfeiçoamentos (HARNECKER, 1984).



Refleta

Uma das polêmicas que surgiu em torno da obra de Marx diz respeito ao conceito de forças produtivas. Na interpretação de alguns estudiosos (como Gerald Cohen, André Gorz, Claus Offe, Jeremy Rifkin), esse conceito indicaria que, para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas (por exemplo, as inovações tecnológicas) seria o motor da história. Essa polêmica foi sendo contestada por vários autores (entre os quais Charles Bettelheim, Harry Braverman, Ricardo Antunes, entre outros) segundo os quais, as relações de produção e os conflitos de classes exerceriam um papel preponderante no desenvolvimento histórico.

Para você, qual papel as inovações tecnológicas exercem sobre a história da humanidade? É possível compreendê-las como o motor do desenvolvimento das diferentes fases históricas? Elas não poderiam se constituir como um recurso para a conservação de um determinado estágio do desenvolvimento? Como você explicaria que durante a queda do Império Romano houve um recuo desse desenvolvimento com a destruição das forças produtivas existentes?



As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto, não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. (MARX; ENGELS, 1999, p. 28)

Ao mencionarem o “intercâmbio” interno e externo dessas nações, os autores fazem referência às relações estabelecidas entre elas e no seu interior. Esse termo refere-se às “relações de produção”, conceito desenvolvido por Marx nos seus trabalhos posteriores e que se vincula ao de “forças produtivas”. Conforme dito antes, toda produção pressupõe, na concepção marxista, determinadas relações entre os produtores, já que para produzir o indivíduo necessita estabelecer relações com outros indivíduos, seja para organizar o processo de trabalho, seja para intercambiar o seu produto por outro, seja para ter acesso aos meios de produção. Nesse caso, as **relações sociais de produção** dizem respeito às formas de organização da produção e distribuição dos meios de produção e do produto, bem como ao tipo de divisão do trabalho existentes nas sociedades, em um determinado período histórico (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1999).



Assimile

De acordo com Marta Harnecker (1984, p. 40):

Denominaremos RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO as relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos em um processo de produção determinado; relação que depende do tipo de relação de propriedade, posse, disposição ou uso que eles estabeleçam com os meios de produção.

As relações de produção estão vinculadas também a dois processos concomitantes: a divisão do trabalho e o surgimento da propriedade. Por um lado, na medida em que, a partir de um determinado momento histórico, surgiu um excedente de produção e uma apropriação dos meios de produção, desencadeou-se uma divisão do trabalho, isto é, divisões entre os homens em relação ao processo de trabalho e à

apropriação dos meios de produção e do produto do trabalho. Por outro lado, com o excedente de produção surgiram formas de apropriação, ou seja, de propriedades que assumiram diferentes características no transcurso da história e, concomitantemente, foram acompanhadas por mudanças na própria divisão do trabalho.

Para exemplificar, conforme demonstram Marx e Engels (1999), ao longo da história registraram-se formas de propriedades vinculadas a determinadas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho:

1ª) A primeira forma é a "propriedade tribal": caracterizada pelo não desenvolvimento da produção, uma vez que o povo se alimenta da caça, da pesca, da criação de gado; nela a divisão do trabalho está pouco desenvolvida e restringe-se à divisão natural no interior da família.

2ª) A segunda forma é a "propriedade comunal e estatal": característica da Antiguidade, na qual se dá a formação das cidades e a escravidão subsiste; nessa forma começa a se desenvolver, ao lado da propriedade comunal, a propriedade privada, enquanto a divisão do trabalho, já mais desenvolvida, envolve uma oposição entre cidade e campo, entre comércio marítimo e indústria, entre cidadãos, plebeus e escravos.

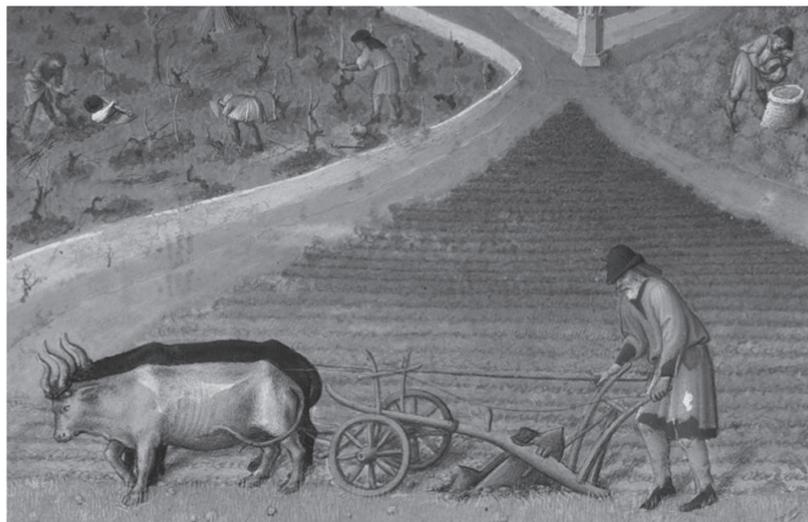
Figura 2.1 | Jovem escrava mostrando uma caixa de joias para sua senhora sentada (430-410 a. C.)



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1460501>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

3ª) A terceira forma é a "propriedade feudal ou estamental": característica da Idade Média, nela os servos eram os principais produtores e estavam submetidos à nobreza e à estrutura hierárquica da posse da terra; mas com o desenvolvimento do feudalismo, surge nas cidades a propriedade corporativa (as corporações) mantida pelo trabalho individual dos artesãos isolados e com pequeno capital; a divisão do trabalho é pequena, restringindo-se à oposição entre cidade e campo, como também à separação entre nobreza, clero e campesinato, no campo, e entre mestres, oficiais e aprendizes, nas cidades.

Figura 2.2 | As horas muito ricas do Duque de Berry - representação da agricultura como base da economia durante o feudalismo



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1272428>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

O comentário, a seguir, é esclarecedor desse vínculo entre relações de produção, divisão do trabalho e propriedade:

As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX; ENGELS, 1999, p. 29)

”

À luz da discussão conceitual realizada até aqui é possível compreender o significado de modo de produção. Lembre-se de que para Marx e Engels, o que os indivíduos são coincide com o que produzem e com o modo como produzem, ou seja, o que eles são *"depende das condições materiais de sua produção"* (MARX; ENGELS, 1999, p. 28). Com essa afirmação os autores enfatizam um elemento fundamental da concepção teórica marxista: "o princípio da determinação material da vida social", pois são "[...] essas condições materiais da produção que condicionam o conjunto dos elementos da estrutura social" (NAVES, 2000, p. 31). Isso significa que a base ou infraestrutura de uma sociedade é conformada pelo conjunto das relações de produção e das forças produtivas.

Nesse sentido, um modo de produção corresponde à maneira pela qual relações sociais de produção são estabelecidas com a finalidade de organizar a produção, sendo que essas relações vinculam-se com um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas.



Assimile

Segundo o *Dicionário do pensamento marxista* (BOTTOMORE, 2012), um modo de produção se define, na concepção de Marx, pela maneira como se organiza a produção, especificamente em termos da relação estabelecida entre a "classe exploradora" e os "produtores diretos"; sendo que essa relação diz respeito ao modo pelo qual o produto excedente é extraído dos "produtores diretos" pela "classe exploradora".

Ao estabelecer o conceito de produção, Marx:



[...] distingue os vários *modos de produção* – a produção varia de acordo com a natureza dos meios de subsistência; e fixa dois sentidos para o conceito de *modo de produção*: um sentido mais estrito, que corresponde às condições materiais de produção, por exemplo, a instância econômica da sociedade burguesa, e um sentido mais abrangente ou global, correspondendo à totalidade dos níveis de uma formação social, por exemplo, a sociedade burguesa como um todo. (NAVES, 2000, p. 31; grifos do autor)

Portanto, o critério que permite distinguir os diferentes modos de produção são as relações sociais de produção estabelecidas em cada um deles (NAVES, 2000) e que correspondem a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Com base nesse critério, Marx analisa os diversos modos de produção que existiram em diferentes épocas históricas, como os modos de produção primitivo, antigo e feudal.

Cabe ressaltar, ainda, um aspecto relacionado à concepção marxista do modo de produção. As relações econômicas conformadas pelo conjunto das relações de produção e pelas forças produtivas referem-se à **base material ou à infraestrutura** de um modo de produção. Já o conjunto de elementos que não estão nessa base conforma o que Marx denominou de **superestrutura**. Entre esses elementos encontram-se a política, a ideologia, o direito, a arte, ou seja, elementos de natureza "não econômica" que representam a esfera das ideias e representações (NAVES, 2000).

Para Marx e Engels (1999), a base material exerce um papel determinante sobre a esfera superestrutural, ou seja, as relações econômicas (representadas pelas relações sociais de produção e forças produtivas) condicionam os elementos da superestrutura.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. (MARX; ENGELS, 1999, p. 36)

Embora nessa passagem a determinação da superestrutura pela base econômica parece ser apresentada pelos autores como uma determinação direta (NAVES, 2000), é importante compreender que, em textos posteriores, essa determinação econômica será concebida como uma determinação em "última instância". Segundo Márcio Naves (2000, p. 81, grifos do autor), a análise realizada por Marx em *O capital*, "[...] permite elaborar uma concepção do modo de produção no qual a determinação econômica pode ser pensada como uma determinação em **última instância**, e não como uma determinação direta e imediata da superestrutura pela base".

Por último, recuperamos a análise realizada por Marx e Engels sobre o processo de gestação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Conforme eles argumentam (MARX; ENGELS, 1999, p. 93):



A concentração do comércio e da manufatura em um só país, a Inglaterra – concentração que se desenvolveu ininterruptamente no século XVII – criou progressivamente para este país um relativo mercado mundial e, com isso, uma procura dos produtos ingleses manufaturados, procura esta que as forças produtivas industriais anteriores não podiam mais satisfazer. Tal procura, que ultrapassava as forças de produção, foi a força motriz que, criando a grande indústria e com ela a utilização de forças elementares para fins industriais, a maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho, deu nascimento ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média.

Essa forma de propriedade privada provocou divisões técnicas na produção, a separação dos trabalhadores do controle e da posse dos meios de produção e, concomitantemente, relações de trabalho baseadas na exploração econômica e na dominação política. Por isso, nas próximas seções nos dedicaremos à análise aprofundada das características e especificidades desse modo de produção.

Sem medo de errar

Durante a preparação do seminário “Fim do Trabalho?”, que você estaria supostamente organizando na sua faculdade, uma das tarefas prévias consistiu na definição da amplitude do período histórico a ser contemplado pelos expositores. Embora o assunto principal do evento seja o suposto fim do trabalho na sociedade contemporânea, devido, entre outros aspectos, ao aumento do desemprego e da redução dos postos de trabalho causada pelas inovações tecnológicas e gerenciais introduzidas no processo produtivo, a abordagem dele poderia contemplar uma análise sobre as formas de manifestação do trabalho nas sociedades cujo modo de produção não fosse capitalista. Contudo, ao comentar com um colega de outra área de estudos

que o debate deveria focar-se na análise do trabalho no modo de produção capitalista e que a teoria marxista seria a perspectiva de análise que mais contribuiria para essa discussão, ele lhe coloca algumas questões, tais como: existiram outros modos de produção? Como as pessoas organizavam-se para produzir os seus meios de subsistência? O que diferenciou o modo de produção capitalista?

Para responder às questões colocadas pelo seu colega, você pode retomar as análises marxistas sobre o modo pelo qual os homens organizaram a produção dos seus meios de vida em diferentes épocas, apresentando, em linhas gerais, alguns conceitos centrais elaborados por Marx para explicar o caráter histórico dos modos de produção. O seu ponto de partida pode ser, como vimos, a ideia central na perspectiva marxista, segundo a qual o modo como os homens produzem os seus meios de vida, a sua vida material, o diferenciou dos animais e distinguiu-se historicamente de acordo com a natureza dos meios de subsistência existentes em cada período; ademais, essas condições materiais de produção condicionaram e condicionam não apenas a vida material dos homens e, portanto, o que eles são, mas também a estrutura social.

Para contextualizar, um dos exemplos que você pode citar são as sociedades primitivas nas quais predominavam a propriedade comunal e a produção dos meios de subsistência baseados, por exemplo, na caça e na pesca; nelas os meios de trabalho (como os instrumentos ou as técnicas de produção) e a divisão do trabalho ainda eram restritos, mas pouco a pouco desenvolveram-se, especialmente com as técnicas de cultura do solo e com o surgimento da agricultura. À medida que esse desenvolvimento se deu, novas divisões do trabalho e novas formas de propriedade, de apropriação e distribuição do produto produzido surgiram. Em outras palavras, as relações de produção modificaram-se. Nesse período, predominou, portanto, o modo de produção comunal.

Dando continuidade a essa historicização, você pode mencionar, ainda, aspectos relacionados às formas de propriedade e à divisão do trabalho dos modos de produção antigo e feudal, destacando as relações de produção existentes em cada um deles como o critério que os diferenciaria, conforme a perspectiva marxista. Nesse caso, entre as particularidades do modo de produção capitalista, caberia apresentar o aparecimento de uma forma de propriedade e de

divisão do trabalho, que estabeleceu uma contradição estrutural na sociedade: a divisão entre, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, os não proprietários (no caso, os produtores diretos ou trabalhadores). Estes últimos, uma vez desprovidos dos meios de produção e contando apenas com a sua força de trabalho, passariam a estar submetidos a uma nova forma de exploração e dominação introduzida pelo capitalismo.

Faça valer a pena

1. Ao longo da sua trajetória intelectual, Karl Marx formulou um conjunto de conceitos importantes para a compreensão do modo de produção capitalista, assim como para os diferentes modos de produção existentes ao longo da história.

Considerando essa afirmação, avalie as afirmações a seguir:

I. As forças produtivas dizem respeito aos meios de produção utilizados no processo de produção, como matéria-prima, instrumentos, ferramentas, e à própria força de trabalho.

II. O modo de produção no seu sentido estrito refere-se às condições materiais de produção e, devido a essa materialidade, não tem um caráter histórico.

III. O critério de distinção entre os diferentes modos de produção, apresentado por Marx, é o conceito relações de produção, já que a produção depende de determinadas relações estabelecidas entre os indivíduos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e III, apenas.

2. Na análise dos modos de produção, Marx e Engels utilizam algumas noções específicas para se referirem aos intercâmbios estabelecidos entre os indivíduos com o objetivo de trocarem os seus produtos e meios de produção, assim como à forma pela qual as funções e tarefas foram separadas ao longo da história e às formas de apropriação do produto social e dos meios de produção.

Quais são essas noções utilizadas por Marx na sua análise dos modos de produção? Assinale a alternativa correta.

- a) Modo de produção – divisão do trabalho – solidariedade orgânica.
- b) Relações de produção – divisão do trabalho – propriedade.
- c) Dialética – forças produtivas – solidariedade mecânica.
- d) Forças produtivas – modo de produção – tipo ideal.
- e) Relações de produção – propriedade – fato social.

3. No seu livro *Marx: ciência e revolução*, Márcio Naves (2000, p. 33) argumenta que Marx, ao analisar a estrutura social, utiliza uma figura arquitetônica para representar a relação existente entre as duas esferas que a constituem e estão articuladas entre si.

Acerca disso, complete as lacunas da sentença a seguir:

"De acordo com essa imagem, o' _____', as 'relações materiais', a 'produção capitalista' constituiriam a _____ ou a estrutura sobre a qual se ergueria uma _____ compreendendo todos aqueles elementos de natureza 'não econômica'".

Agora, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- a) Mercado – economia – infraestrutura.
- b) Modo de produção – indústria – sociedade.
- c) Materialismo histórico – base – infraestrutura.
- d) Modo de produção – base – superestrutura.
- e) Processo histórico – superestrutura – base.

Seção 2.2

Organização capitalista do processo de trabalho

Diálogo aberto

Nesta seção, vamos continuar acompanhando o seu trabalho como organizador do evento “Fim do Trabalho?”. Os questionamentos feitos pelo seu colega, na seção anterior, foram uma oportunidade especial para que você lhe explicasse, com base na concepção materialista da história, os conceitos fundamentais (forças produtivas, relações sociais de produção etc.) para a compreensão dos modos de produção existentes ao longo da história, em particular, o capitalista.

Então, agora imagine que você é um dos expositores do seminário. A sua exposição tratou das especificidades da organização do processo de trabalho capitalista e das transformações que ocorreram com o trabalho e com o trabalhador. No entanto, um dos debatedores não concorda com a sua exposição e lhe coloca as seguintes indagações: por que atribuir tanta importância à divisão do trabalho se ela existiu em outros modos de produção? Por que o trabalhador estaria submetido a um processo de alienação se, ao contrário de outros períodos históricos, ele recebe uma remuneração e é livre para decidir onde trabalhar? Se existe mesmo um processo de alienação, não seria melhor mesmo o “fim do trabalho”?

Como você se organizaria para responder a essas interpelações? Por quais caminhos passaria a sua argumentação?

Dentre os conteúdos trabalhados nesta seção, serão fundamentais para responder à situação-problema aqueles que se referem ao “trabalho”, à “divisão social do trabalho” e à “alienação”. Vamos, então, em busca de compreendê-los?

Não pode faltar

Organização capitalista do processo de trabalho

Na seção anterior, discutimos alguns conceitos importantes do arcabouço teórico marxista e o que se entende por modo de

produção. Nesta e na próxima seção, daremos continuidade a essa discussão conceitual, mas iremos nos focar em alguns aspectos relativos ao desenvolvimento e ao funcionamento do modo de produção capitalista, mais precisamente, na maneira pela qual nele são organizados o processo de trabalho e a acumulação de capital. Trata-se de dois aspectos complexos e cruciais para o entendimento da análise realizada por Marx sobre o capitalismo.

Para avançarmos nesse propósito, a organização capitalista do processo de trabalho é o tema principal da presente seção. Como você já pode suspeitar, a categoria “trabalho” tem uma importância central no tratamento dessa temática. Fundamentando-se no materialismo histórico, segundo o qual a base material da vida e da história é a produção humana (RANIERI, 2001), Marx procura entender como esta se efetiva no capitalismo e o papel que o trabalho dos indivíduos assume nas relações capitalistas de produção. Por isso, vamos retomar de forma mais aprofundada o significado dessa categoria na perspectiva desse autor.

A concepção marxista atribui à categoria trabalho uma relevância para a compreensão da produção e reprodução das condições materiais da vida humana. O trabalho é compreendido como toda atividade produtiva humana de transformação dos recursos disponíveis na natureza em bens úteis para a existência social.



Assimile

Em uma passagem significativa de *O Capital* o trabalho é assim definido:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1988, p. 142).



De acordo com essa perspectiva, o homem diferencia-se dos animais por meio do seu trabalho, pois ao produzir os seus meios de subsistência, ele não só transforma a natureza ou os recursos disponíveis, mas transforma a si mesmo no decorrer do seu processo de trabalho. O ser humano é, nesse sentido, um “agente ativo” em relação ao meio que o circunda (HARVEY, 2013). De acordo com a interpretação de David Harvey (2013, p. 114) sobre essa dualidade apresentada por Marx:



Não podemos transformar o que se passa ao nosso redor sem transformar a nós mesmos. Inversamente, não podemos transformar a nós mesmos sem transformar o que se passa ao nosso redor. [...] Tal dialética da transformação constante de si mesmo mediante a transformação do mundo, e vice-versa, é fundamental para entendermos a evolução das sociedades humanas, assim como a evolução da própria natureza.



Refleta

Marx, ao apontar a transformação dialética implícita na concepção de trabalho e a criatividade como um elemento do processo de trabalho humano, diz, segundo a interpretação de David Harvey (2013, p. 117):



[...] que os seres humanos podem transformar radicalmente o mundo, de acordo com a sua imaginação e com determinado propósito, e ter consciência do que estão fazendo. E que, com isso têm o poder de transformar a si mesmos.

Disso Harvey conclui:



Portanto, precisamos refletir sobre nossos propósitos, tomar consciência de como e quando intervimos no mundo, transformando a nós mesmos. Podemos e devemos nos apropriar com criatividade dessa possibilidade dialética. Não há, portanto, uma transformação neutra de uma natureza exterior a nós. O que fazemos “lá fora” tem muito a ver conosco “aqui dentro”.

O que você pensa sobre as ideias desses autores? Você percebe alguma conexão entre o argumento deles com as relações que você estabelece em diferentes âmbitos da sua vida?

Essa dialética da transformação não é exclusiva dos seres humanos, uma vez que está presente em outros animais e organismos (HARVEY, 2013). Porém, o que torna o trabalho uma atividade exclusivamente humana? O que dá a ele, segundo a concepção marxista, esse caráter? Marx (1988, p. 142-142) nos esclarece:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto idealmente.

Com base nessa citação podemos compreender que a atividade produtiva humana caracteriza-se por ser pensada antes de ser executada, isto é, ela envolve uma representação mental do objetivo que se quer alcançar. Ela é consciente enquanto o trabalho dos outros animais é instintivo (BRAVERMAN, 1977).

O homem tem a capacidade de planejar e projetar previamente na sua imaginação a sua atividade, o seu processo de trabalho e o resultado almejado. Esse resultado, conforme Marx ressalta, já estava presente na mente do homem no início do seu processo de trabalho. Ao ter uma ideia, o homem tem a capacidade de torná-la real (HARVEY, 2013). Trata-se, então, de uma atividade intencional, direcionada para o alcance de um determinado objetivo: por meio da interação com a natureza, o homem realiza não só uma transformação do elemento natural (a matéria bruta ou matéria-prima), mas, ao mesmo tempo, realiza neste último o seu “objetivo” (MARX, 1988, p. 143).

Nesse sentido, a atividade humana produtiva, designada por Marx pelo termo trabalho, corresponde a uma “*propriedade inalienável do indivíduo*” (BRAVERMAN, 1977, p. 58) e o seu caráter inteligente

e intencional lhe permite não só uma grande adaptabilidade, mas a capacidade de produzir as “*condições sociais e culturais*” necessárias para ampliar a sua produtividade. Daí a potencialidade presente na força de trabalho humana.

O trabalho se efetiva, então, por meio de um processo que envolve além da atividade produtiva do homem, o seu “objeto” e seus “meios” (MARX, 1988). Como vimos, enquanto o objeto de trabalho se refere à natureza bruta e às matérias-primas, os meios de trabalho dizem respeito aos instrumentos de trabalho (como ferramentas, máquinas etc.), bem como às condições físicas de infraestrutura (HARVEY, 2013). Objetos e meios de trabalho correspondem, nesse sentido, aos “meios de produção”, expressão utilizada para designar os recursos que possibilitam a concretização do trabalho.

Dessa forma, “[...] o processo de trabalho, enquanto condição universal de possibilidade da existência humana” (HARVEY, 2013, p. 118), caracteriza-se por esses três elementos fundamentais: “*a atividade orientada a um fim*” ou o trabalho propriamente dito, seu “objeto” e seus “meios” (MARX, 1988, p. 143).



Refleta

Com base na compreensão marxista do trabalho como uma atividade humana, é possível dizer que a sua “essência” (SOUZA, 2002) não variou ao longo do processo histórico. Dito isso, será que o mesmo pode ser dito em relação ao “conteúdo” e à “forma” assumidos pelo trabalho ao longo do tempo? Na história do capitalismo, o conteúdo e a forma de utilização do trabalho têm sido invariáveis?

Além dessas características que distinguem o trabalho humano em relação ao de outras espécies animais, há ainda outro elemento relacionado à divisão do trabalho. Estas realizam funções específicas atribuídas pela natureza e impressas no seu genótipo sob a forma de instinto (BRAVERMAN, 1977, p. 53). Em contraposição, os seres humanos podem realizar inúmeras funções decorrentes das divisões no trabalho atribuídas pela família, pelo grupo ou pela sociedade, como podem, igualmente, dividir as etapas de concepção e execução de um determinado trabalho. Vejamos a explicação de Harry Braverman (1977, p. 53-54; grifos do autor) a respeito dessa diferenciação relacionada à divisão do trabalho:

A aranha tece sua rede de acordo com uma incitação biológica e não pode delegar esta função a outra aranha; ela desempenha essa atividade porque é de sua própria natureza. [...] Nos seres humanos, diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. *A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a ideia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra.* A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo.

Ademais, conforme Marx argumenta, os animais realizam apenas coisas segundo o padrão e as necessidades da sua espécie, ao contrário do homem que pode realizar diferentes funções e/ou atividades, mas não pode, sozinho, assegurar a produção de todos os bens necessários para a sua existência.

A aranha tece, o urso pesca, o castor constrói diques e casas, mas o homem é simultaneamente tecelão, pescador, construtor e mil outras coisas combinadas de um modo que, devido ao que ocorre na sociedade e só é possível através da sociedade, logo compete à divisão social de acordo com o ofício (BRAVERMAN, 1977, p. 71).

Por isso, em todas as sociedades se desenvolveu uma divisão social do trabalho. Ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade essa divisão deu-se, a princípio, no interior de famílias ou tribos, por meio de uma separação de funções pautada nas diferenças de sexo e de idade. À medida que a população cresceu e intercâmbios passaram a ser estabelecidos entre diferentes tribos e comunidades, que possuíam diferentes meios de produção, modos de vida e produtos, surgiu a “divisão social do trabalho” (MARX, 1988, p. 264).



Segundo Marx, é a consciência das necessidades da coletividade que funda as formas mais primitivas da divisão do trabalho: em primeiro lugar, divisão sexual do trabalho a partir de funções específicas, mais tarde, uma divisão “natural” considerando-se aspectos seletivos na diferenciação das funções, que tinha ligação com a capacidade física para a consecução do trabalho e era definida pelas necessidades e pelo acaso. Mas somente a divisão intelectual do trabalho, ou seja, a separação entre trabalho material e trabalho “espiritual” (...), é que funda, em definitivo, a divisão do trabalho propriamente dita. (RANIERI, 2001, p. 114)



Pesquise mais

Embora divisão sexual do trabalho esteja associada aos primórdios do desenvolvimento da divisão social do trabalho, ela ainda vigora na sociedade contemporânea e se combina com outras formas de segmentação e de desigualdade social. Por exemplo, a maioria das mulheres é responsável pela realização do trabalho doméstico mesmo em países de capitalismo avançado como a França. Conforme a socióloga Helena Hirata constatou, por meio de um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão, nos três países o trabalho precário e o número de trabalhadores pobres aumentaram. Porém, as mulheres (e não os homens) eram mais atingidas pela precariedade, pelas formas de desemprego com menores chances de retorno ao mercado de trabalho, pela intensificação do trabalho e pela precarização salarial.

Pesquise mais em: HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 11, 2010. p. 1-7. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557/1661>>. Acesso em: 9 de jul. 2017.

No transcurso da história, as divisões se complexificaram, envolvendo a separação entre trabalho intelectual e manual; entre trabalho agrícola, comercial e industrial e, conseqüentemente, entre cidade e campo. Dessas grandes divisões surgiram outras segmentações entre os indivíduos relacionadas não só às tarefas que realizam no processo produtivo, mas à posição que ocupam na estrutura produtiva (proprietários ou não dos meios de produção) e, em

consequência dessa posição, ao maior ou menor acesso ao produto social (QUINTANEIRO; BARBOSA, OLIVEIRA, 1999). Essas divisões foram acompanhadas, por formas de apropriação do excedente do produto do trabalho por um grupo específico de indivíduos, dando origem à propriedade privada.

Porém, se em diferentes modos de produção, a divisão do trabalho envolveu a distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades produtivas, “[...] nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Essa forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo” (BRAVERMAN, 1977, p. 70). Generalização que se efetiva com uma nova divisão do trabalho criada pelo modo de produção capitalista com a introdução da manufatura. Ao analisar a organização da produção nas corporações e nas manufaturas, Marx (1988, p. 269) argumenta que: argumenta:

[...] A organização corporativa, por mais que sua especialização, isolamento e aperfeiçoamento dos ofícios pertençam às condições de existência materiais do período de manufatura, excluía, portanto a divisão manufatureira do trabalho. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e a sua concha, e faltava assim a base principal da manufatura, a autonomização dos meios de produção como capital perante o trabalhador.

No capitalismo, as operações de cada etapa do processo produtivo são separadas e atribuídas a diferentes trabalhadores, que não tendo mais a posse dos meios de produção e contando apenas com a sua força de trabalho, a vendem ao capitalista (proprietário desses meios). O trabalhador, que antes possuía o conhecimento e o domínio do processo produtivo, passa a realizar funções específicas e a estar submetido a um processo de barateamento e desqualificação da sua força de trabalho. Afinal, o capitalista não necessita mais de um operário com um conhecimento integral do processo produtivo; ao parcelar as tarefas produtivas, primeiro na manufatura e, depois, na grande indústria, ele pode atribuir cada uma delas para diferentes trabalhadores, barateando, desse modo, o custo da força de trabalho (BRAVERMAN, 1977).

Para Jesus Ranieri (2000, p. 117), a grande indústria “[...] vai, definitivamente, intensificar a divisão do trabalho, tornar universal a concorrência, estabelecer os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, dominar, em toda a sua extensão, o comércio e transformar o conjunto dos capitais em capital industrial [...]”.

Desse modo, a divisão técnica do trabalho operada pelo processo de produção capitalista, termina provocando uma crescente fragmentação e parcialização das tarefas e procedimentos, a ponto destes se separarem e se transformarem em outros processos de produção autônomos (NAVES, 2000).

Portanto, para o capitalista torna-se fundamental que o controle sobre o processo de trabalho não esteja mais nas mãos do trabalhador, para o qual, a perda desse controle que se dá em conjunto com a perda dos meios de produção, representam a sua alienação progressiva dos processos de produção (BRAVERMAN, 1977). Vejamos, então, no que consiste a alienação.

Alienação

Marx tratou o tema da alienação nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), livro que se tornou uma referência importante no conjunto da sua obra e um primeiro marco das grandes análises que ele ainda produziria sobre o modo de produção capitalista. Conforme explica Ranieri (2000, p. 14):



Os *Manuscritos* inauguram, graças aos estudos de economia política iniciados por Marx, uma análise bem estruturada do modo de produção capitalista, ou mais, da forma capitalista da atividade de produção. É nesse texto que o lugar do trabalho como forma efetivadora do ser social é realmente exposta e desenvolvida, algo que, até então, mesmo em Marx, não havia sido feito.

Nos *Manuscritos*, Marx direciona o seu olhar para o processo de produção capitalista e examina a condição da classe operária, ao estender a análise da alienação religiosa de Feuerbach ao campo “econômico-social” (NAVES, 2000, p. 25). A alienação religiosa, na concepção de Feuerbach, consiste em uma representação imaginária por meio da qual o homem passa a considerar, como algo externo e

superior a ele, aquilo (no caso, Deus) que é resultado da sua criação, do seu pensamento. Para Marx, contudo, a alienação religiosa era apenas uma entre as várias formas de alienação do homem (BOTTOMORE, 2012) e, com essa perspectiva, ele procura desvendar as especificidades do trabalho alienado na sociedade capitalista.

A alienação do trabalho surge de modo correlato às formas de apropriação do excedente do produto do trabalho. Embora essa apropriação tenha existido nas sociedades anteriores à capitalista, foi somente no capitalismo que ela pode ser economicamente generalizada (RANIERI, 2001). A propriedade privada, tal como se configura no modo de produção capitalista, pauta-se, portanto, na apropriação do produto do trabalho humano e é a partir dela, que Marx busca compreender a natureza do trabalho alienado.

Está claro que extraímos o conceito de *trabalho alienado* [vida alienada] da Economia Política, partindo de uma análise do movimento da propriedade privada. A análise deste conceito, porém, mostra que, embora a propriedade privada pareça ser a base e a causa do trabalho alienado, é antes uma consequência dele [...]. Numa etapa posterior, entretanto, há uma influência recíproca. (MARX apud SOUZA, 2002, p. 23)

No entanto, Marx identifica na divisão do trabalho a causa da alienação (NAVES, 2000). Isso quer dizer que o trabalho alienado origina-se quando o trabalhador, destituído dos meios de produção, é obrigado a vender a sua força de trabalho como única forma de assegurar a sua subsistência. A sua própria força de trabalho se torna uma mercadoria igual às demais e que, em troca de um salário, passa a produzir para outro. Submetido às relações de produção capitalista e destituído dos meios de produção, o trabalhador torna-se ainda mais pobre quanto mais riqueza produz e ele próprio se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias ele cria. O trabalho produz, então, a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria (MARX, 2002).

Os três principais aspectos da alienação indicados por Marx são: 1º) a alienação em relação ao *produto do trabalho*; 2º) à *atividade produtiva*; 3º) ao *homem como ser genérico*, isto é, à sua espécie humana.

No que diz respeito à alienação em relação ao produto do trabalho, ela consiste no caráter estranho e externo que o objeto produzido assume para o próprio trabalhador. Este se relaciona com o produto do seu trabalho como algo que não lhe pertence, que é dotado de um poder que o domina. Quanto mais objetos o trabalhador produz, menos ele possui e se sente ainda mais privado dos objetos necessários para a sua sobrevivência. E quanto menos ele possui, mais submetido ao seu objeto, ao capital, ele se encontra (MARX, 2002); o produto do trabalho aparece-lhe, assim, como algo estranho, alheio, hostil.



O trabalhador põe a sua vida no objeto, porém agora ela já não lhe pertence, mas sim ao objeto. O que se incorporou no objeto do seu trabalho já não é seu. Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído. A *alienação* do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência *externa*, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonica (MARX, 2002, p. 112; grifos no original).

Se o homem se defronta com o resultado do seu trabalho como algo alheio, a alienação se estende igualmente ao processo de produção, à *atividade produtiva*. Afinal, “*Como o trabalhador poderia estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção?*” (MARX, 2002, p. 114). E no que consiste a alienação do trabalho?



Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em

que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. (MARX, 2002, p. 114; grifos no original)

Na atividade produtiva o trabalhador não se reconhece, não se realiza e sofre com o seu trabalho que não lhe proporciona o seu desenvolvimento físico e mental. A alienação em relação ao processo produtivo significa para o trabalhador a perda de si mesmo (NAVES, 2000), a sua própria alienação.

Figura 2.3 | Desenho do pintor Francisco Goya simbolizando a alienação



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=167685>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

Desse modo, o trabalho alienado também aliena o homem da sua própria espécie, *do seu ser genérico*. O homem é um ser genérico porque a sua atividade produtiva, a sua "atividade vital" é, como vimos, uma ação consciente, intencional e livre, que o diferencia da "atividade vital" de outras espécies animais. Porém, o trabalho alienado inverte essa relação, pois ao estar submetido à alienação do trabalho, o trabalhador, como ser consciente, transforma a sua "atividade vital" e a sua "vida genérica" em um simples meio para a sua "existência" (MARX, 2002). Conforme explica Marx (2002, p. 116), "Já que o trabalho aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica e a vida individual".



Exemplificando

Em seu estudo sobre as sociedades indígenas da América do Sul, a antropóloga Alcida Ramos (1994, p. 23-24), diferencia a organização do processo de trabalho nessas sociedades em relação às urbanizadas e industrializadas.



Sendo a esfera econômica interpenetrada por outras dimensões da vida nas sociedades indígenas, a noção de trabalho para elas não é a mesma das sociedades ditas complexas ou ocidentais. No processo de produção econômica, seja ela a caça, pesca, coleta, lavoura ou qualquer outra, o trabalhador não se isola de seus demais papéis e obrigações. Na produção estão sempre presentes considerações de ordem social, ritual, religiosa, para citar apenas as mais comuns e óbvias. Não existe, portanto, o fenômeno da "alienação", que é uma das características mais marcantes do processo de trabalho industrial. [...] Enquanto operário trabalhando na fábrica, ele é reduzido à sua utilidade imediata, isto é, mera peça necessária no processo de produção. Esse desmembramento do trabalhador em produtor econômico, de um lado, e em ser social, de outro, essa alienação enfim, não existe nas sociedades indígenas. Mais importante ainda é o fato de que nestas sociedades é o produtor que controla os meios de produção, e o que ele produz não lhe é alheio, como uma mercadoria o é para o operário.

Uma implicação da alienação do homem em relação ao produto, à atividade produtiva e, especialmente, a si mesmo, é a alienação de cada homem em relação aos demais homens, bem como ao trabalho e ao produto por eles produzidos. Ao se contrapor a si mesmo, no trabalho alienado, o homem se contrapõe, portanto, aos outros homens, assim como cada um destes “[...] se encontra do mesmo modo alienado da vida humana. (MARX, 2002, p. 118).

Se para o trabalhador, o produto do seu trabalho e a sua própria atividade não lhe pertencem, eles devem pertencer, segundo Marx (2002, p. 119) somente a outro homem que não o trabalhador, pois “[...] Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode ser este poder estranho sobre os homens”. Isso significa que o trabalho alienado provoca não só a perda do trabalhador em relação ao seu produto, à sua atividade e à si mesmo, mas também propicia a “dominação capitalista daquele que não produz sobre a produção e o produto” (NAVES, 2000, p. 26).



Pesquise mais

A Sociologia do Trabalho é uma área de estudos que analisa as relações e as condições de trabalho, os direitos trabalhistas, as formas de organização dos trabalhadores, entre outras temáticas. No Brasil, o sociólogo marxista Ricardo Antunes é reconhecido como uma das principais referências da Sociologia do Trabalho no país pela importância das suas pesquisas e pela sua contribuição na difusão do pensamento de Georg Lukács e István Mészáros. Antunes publicou vários livros, entre os quais, *A rebeldia do trabalho* (1988), *Adeus ao trabalho?* (1995), *Os sentidos do trabalho* (1999), como também organizou os três volumes de *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (2006, 2013, 2014). Para conhecer as análises desse importante sociólogo você pode consultar os materiais elencados a seguir.

Entrevista concedida ao Programa Roda Viva (TV Cultura): Disponível em: <http://tvcultura.com.br/videos/13445_ricardo-antunes-03-09-2012.html>. Acesso em: 14 de jul. 2017.

O artigo: ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**. Estudos Avançados, v. 28, n. 81, São Paulo, 2014. p. 39-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. 2017.



Para conhecer mais sobre a concepção marxista sobre o trabalho alienado, veja o interessante curta-metragem intitulado "El Empleo", produzido por Santiago "Bou" Grasso, disponível em: <<https://cortosfera.es/cortometrajes/el-empleo/>>. Acesso em: 14 de jul. 2017.

Por meio de um desenho animado sem falas, esse curta-metragem revela de um modo muito interessante o significado da alienação do trabalho. Ao assisti-lo procure refletir sobre as seguintes questões: por que homens e mulheres ocupam os lugares/funções de certos objetos? Quais efeitos da alienação do trabalho sobre a vida do homem são possíveis de serem identificados nas diferentes cenas? Qual(is) aspecto(s) da alienação a última cena retrata? O que o formato dos corpos dos personagens e as cores utilizadas nos desenhos transmitem? Baseando-se na concepção marxista sobre o conceito de "trabalho", o título do curta é coerente com o que ele retrata?

A discussão da alienação dos homens em relação aos outros homens realizada por Marx nos *Manuscritos* tem uma continuidade no conjunto da sua obra (RANIERI, 2001), mas por meio de outros conceitos. Em *O Capital*, Marx demonstra através do conceito de "fetichismo" como a relação social estabelecida pelos homens com as atividades produtivas dos demais é dissimulada como relações entre coisas (HARVEY, 2013). Em sistemas altamente complexos de troca, conforme explica Harvey, não é possível saber como determinado produto foi produzido e quem o produziu, por isso a impossibilidade de se conhecer a atividade laboral dos trabalhadores que produziram os produtos que consumimos.

Por isso, Marx argumenta que no sistema de mercado capitalista as mercadorias mascaram as relações sociais que estão por trás delas; as suas características aparecem como propriedades naturais e não como produto dos trabalhos privados de diferentes trabalhadores. As relações sociais entre os produtores aparecem como uma relação entre coisas, ou seja, entre os produtos (mercadorias) trocados por eles, e não em termos do trabalho que nesses objetos está materializado (BOTTOMORE, 2012). Nas palavras de Marx (1988, p. 71):

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. [...] Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. [...] Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Portanto, "(...) fetichismo é uma condição inevitável do modo de produção capitalista (...)” (HARVEY, 2013, p.49), porque ele oculta as relações que ligam o trabalho dos homens com o trabalho de outros como relações entre indivíduos e seus diferentes trabalhos, na medida em que faz com que elas apareçam como relações materiais entre pessoas e relações entre coisas (BOTTOMORE, 2012).

Sem medo de errar

Retomemos a nossa situação hipotética. Durante a realização do seminário “Fim do Trabalho”, que você estaria supostamente sendo um dos expositores, a sua apresentação tratou das especificidades da organização do processo de trabalho capitalista. Fundamentando-se no pensamento sociológico marxista, uma das suas preocupações foi abordar o significado do “trabalho”, as mudanças na divisão social do mesmo até a sua configuração

como uma divisão técnica no capitalismo e, como resultado dela, os impactos causados no trabalho e nos trabalhadores, em especial, a alienação.

No debate, o debatedor teria lhe questionado sobre por que atribuir tanta importância à divisão do trabalho, uma vez que ela teria existido em outros modos de produção. A sua resposta pode procurar elucidar que a divisão social do trabalho desenvolveu-se sim em todas as sociedades a partir da existência do trabalho social, ou seja, quando os homens passaram a intercambiar os seus produtos com outros. Essa divisão, ao longo do processo histórico, complexificou-se e estendeu-se para outros âmbitos da sociedade, como é o caso da separação entre trabalho agrícola, comercial e industrial, assim como entre campo e cidade. Complexificação que se estendeu também para outras segmentações e desigualdades sociais no interior da sociedade, devido ao surgimento da apropriação privada (propriedade) do produto social.

Porém, no modo de produção capitalista houve uma intensificação da divisão do trabalho com a introdução da manufatura e depois com a grande indústria; houve uma grande fragmentação das tarefas e procedimentos, desencadeando uma divisão técnica do trabalho. O trabalhador perdeu a posse dos meios de produção e o controle sobre o processo produtivo, a ponto de estar submetido à alienação em relação ao produto do seu trabalho, à sua atividade produtiva e à si mesmo. Submetido às relações de produção capitalista, o trabalhador conta apenas com a sua força de trabalho para vendê-la em troca de uma remuneração que assegure a sua subsistência; a sua capacidade produtiva, o seu trabalho, torna-se apenas um meio para a sua subsistência. O trabalhador vive para trabalhar e trabalha para viver. Diante disso, você poderia fazer uma provocação: considerando que no capitalismo o trabalhador vive para trabalhar e trabalha para viver, não seria questionável que o trabalhador é realmente "livre" no capitalismo? Quais são as suas opções de escolha caso não concorde com o salário que lhe é oferecido ou mesmo caso encontre-se desempregado?

Para finalizar, você poderia esclarecer que frente à alienação o que se deve almejar não é o "fim do trabalho", justamente porque

o trabalho é, segundo a concepção marxista, uma característica inalienável do homem, mas sim o fim do trabalho regulado por relações de dominação política e exploração econômica, tal como se configura no modo de produção capitalista.

Faça valer a pena

1. "Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente" (MARX, Karl. 1988. p. 142-143).

Considerando as informações contidas no trecho citado, analise as afirmações.

I. O trabalho humano difere-se da atividade realizada pelas outras espécies animais por ser movido pelo instinto e por suas habilidades e características inatas.

II. O caráter intencional do trabalho humano diferencia a espécie humana das atividades realizadas pelas outras espécies animais.

III. A atividade produtiva humana envolve uma representação mental prévia à execução do processo de trabalho sobre o resultado almejado.

É correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) II e I, apenas.
- e) III, apenas.

2. "Quando se utiliza o homem como recurso, situação na qual o ser humano não é tratado como tal, mas como simples parte indiferenciada da natureza, ele retorna à sua condição de animal, retorna à sua condição de objeto do mundo natural. O trabalho, nessas condições, perde seu sentido de satisfação das necessidades e torna-se um meio para satisfazer outras necessidades externas àquele que trabalha" (SOUZA, 2002. p. 20).

Considerando as informações contidas no trecho citado, avalie as afirmações.

I. A alienação do trabalho envolve a alienação do homem em relação a si mesmo, ao seu gênero humano, já que o ser humano é tratado como um recurso e como parte indiferenciada do mundo natural.

II. Ao estar submetido ao trabalho alienado, o homem vê a sua capacidade produtiva transformada em uma atividade criativa que lhe assegura a satisfação das suas necessidades e a sua diferenciação em relação às demais espécies animais.

III. A alienação do trabalho transforma a atividade produtiva humana e a própria vida do homem como um meio da produção de produtos que lhe são externos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

3. “A possibilidade de todas as diversas formas sociais, que surgiram e que podem ainda surgir, depende, em última análise, desta característica distintiva do trabalho humano. Onde a divisão de função no seio de outras espécies animais foi atribuída pela natureza e impressa no genótipo sob a forma de instinto, a humanidade é capaz de uma infinita variedade de funções e divisão de funções com base nas atribuições da família, do grupo e sociais (BRAVERMAN, 1977. p. 53).

A qual característica distintiva do trabalho humano o autor se refere no trecho citado? Assinale a alternativa correta.

- a) À alienação do trabalho.
- b) À divisão do trabalho.
- c) À coisificação das relações sociais.
- d) À transformação dialética proporcionada pelo trabalho humano.
- e) Ao caráter fetichista da força de trabalho.

Seção 2.3

A contradição capital-trabalho e acumulação capitalista

Diálogo aberto

Estamos agora na última sessão dessa unidade e imagine que é este o momento do desfecho do seminário “Fim do Trabalho?”, pelo qual você foi responsável como membro da equipe organizadora, além de ter participado como expositor. Nas seções anteriores, foi possível compreender a concepção materialista da história e a organização do processo de trabalho no modo de produção capitalista. O entendimento sobre os conceitos de trabalho e força de trabalho contribuiu para reforçar a dúvida presente no título do evento, mas a discussão sobre esse tema não se esgotou.

Imagine que, na seção anterior, logo após ter respondido ao debatedor, você decidiu aprofundar a sua análise. O seu objetivo consistiu em explicar como se dá o processo de valorização do capital e trazer um novo elemento para a discussão, ou seja, apontar qual seria a função do desemprego na sociedade capitalista. Logo após sua fala, o debate foi aberto ao público e um dos ouvintes não entendeu o que você quis dizer ao se referir à contradição capital-trabalho e o que significa “exército industrial de reserva”.

Como você fará para sanar as dúvidas desse ouvinte? Você pode mobilizar a teoria marxista para dar exemplos reais da sociedade contemporânea?

Os conteúdos trabalhados ao longo desta seção são: *O Capital*, teoria da mais-valia, lei geral da acumulação capitalista e exército industrial de reserva. Cada um deles será importante para a resolução da hipotética situação-problema aqui enunciada.

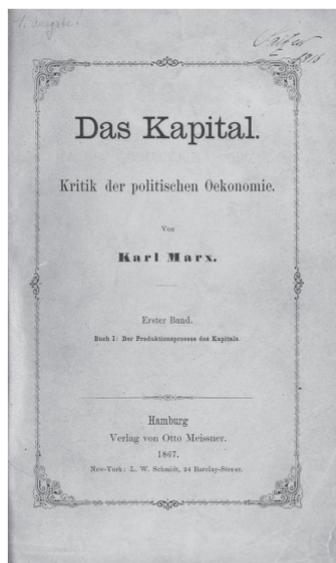
Não pode faltar

O Capital

Nesta seção, chegamos a um momento importante do seu processo de aprendizagem da teoria social marxista, estamos prestes

a adentrar no âmbito da obra magna de Karl Marx – *O Capital*. Nas seções anteriores, discutimos os fundamentos conceituais do materialismo histórico e da explicação marxista sobre a organização do processo de trabalho no modo de produção capitalista. Para tanto, fundamentamo-nos, especialmente, nos livros *A ideologia alemã* e *Manuscritos econômico-filosóficos*, embora tenhamos também nos baseado em algumas análises contidas n´ *O Capital*. Cada uma dessas publicações, produzidas em diferentes períodos, apresentam contribuições fundamentais para o entendimento do pensamento marxista, porém, é neste último livro que se encontra a riqueza e a complexidade da grande teoria elaborada por Karl Marx.

Figura 2.4 | Capa da primeira edição (1867) do livro *O Capital* (Zentralbibliothek Zürich)



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=33666954>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

Cabe saber que *O Capital* é uma obra inacabada e os seus três volumes são no máximo um oitavo do planejado originalmente (HARVEY, 2013), pois a sua escrita não só foi interrompida várias vezes pela gravidade do estado de saúde de Marx e pelas circunstâncias tão difíceis em que ele vivia, como também reescrita e reformulada no decorrer de vários anos, antes que o seu primeiro volume fosse definitivamente publicado em 1867. A publicação dos demais volumes ocorreu postumamente, após terem sido sistematizados por Engels

com base nos manuscritos deixados por Marx. O conhecimento dessas informações sobre os planos iniciais e o processo de elaboração dessa obra dá uma dimensão da envergadura do projeto ao qual seu autor se dedicou com tanto afinho e ambicionava concretizar.

O aparato conceitual que fundamenta *O Capital* como um todo se encontra, segundo sugere David Harvey (2013), nos primeiros capítulos do Livro I; por isso é imprescindível lê-los para uma melhor compreensão das análises desenvolvidas na sua sequência. A discussão desta seção tem como objetivo entender como se dá o processo de acumulação do capital e, por isso, aborda aspectos desse aparato conceitual construído por Marx (alguns já discutidos anteriormente por nós) e as análises desenvolvidas no Livro I, bem como no chamado *Capítulo VI Inédito* de *O Capital*. Apesar desse recorte que aqui fazemos, lhe incentivamos a estender a sua leitura para além dos capítulos aqui tratados.

Vejam, então, como essa obra nos ajuda a entender o modo de produção capitalista.



Pesquise mais

Por ocasião do aniversário de 150 anos da publicação de *O Capital*, o site marxismo21, organizado por intelectuais e pesquisadores brasileiros, publicou um dossiê especial, com inúmeros materiais didáticos e explicativos sobre essa obra. Além disso, no site você encontrará disponível para download os três volumes desse livro e as suas adaptações no formato história em quadrinhos (versão em português) e mangá (versão em espanhol).

Pesquise mais em:

Site marxismo21: Disponível em: <<http://marxismo21.org/150-anos-de-o-capital/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

A teoria da mais-valia e a acumulação capitalista

Em *O Capital: para uma crítica da economia política*, Marx toma como objeto de análise exclusivamente o modo de produção capitalista e, segundo alguns autores, procura responder a seguinte questão: “[...] o que faz com que o capitalismo seja o capitalismo?” (BRUSCHI, 2016, p. 26). Observe, no entanto, que essa obra é intitulada

pelo substantivo “capital” e não “capitalismo”. Essa diferenciação não é casual, justamente porque Marx irá demonstrar nesse estudo como no capitalismo o capital se expande e passa por um processo de acumulação que lhe permite uma reprodução ampliada. É sobre esse processo que iremos focar a nossa atenção nesta seção.



Pesquise mais

Para conhecer uma distinção entre “capital” e “capitalismo”, veja a entrevista concedida pelo filósofo húngaro István Mészáros, na qual ele difere essas duas categorias e aponta a existência do capital mesmo em sociedades não capitalistas.

Pesquise mais em:

MÉSZÁROS, István. **O marxismo hoje. Entrevista com István Mészáros.** Crítica Marxista. São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 2, 1995, p. 129-137
Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista20Entrevista.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Para isso, no primeiro capítulo, o ponto de partida de Marx é a mercadoria, algo que tem uma “presença universal” no interior do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 26), devido ao fato dela estar presente no cotidiano de qualquer pessoa e ser essencial para a nossa existência, pois necessitamos comprá-la para viver (HARVEY, 2013). Marx (1988, p. 45) diz que: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria”.

Se as mercadorias são algo que negociamos e compramos no mercado, como se dá essa transação? Para responder a essa questão, Marx analisa os dois fatores das mercadorias, ou seja, o seu “valor de uso” e o seu “valor de troca”. O que significam esses conceitos?

Marx (1988, p. 45) diz que: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” Em outras palavras: “o valor de uso é o conjunto das propriedades materiais e da utilidade subjetiva de um produto” (BRUSCHI et al, 2016, p. 34). Para exemplificar, vejamos o valor de uso de uma calça que é útil como vestimenta. No entanto, para uma pessoa que nunca usa uma calça, esta peça do vestuário não

tem para ela um valor de uso. E aqui é esclarecedora a afirmação de Marx (1988, p. 46): “O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo”.

Nesse caso, quando Marx afirma que no processo de trabalho o homem produz um produto que tem um valor de uso, ele se refere a essas diferentes qualidades relacionadas à utilidade de um determinado produto ou bem. No capitalismo os valores de uso assumem a forma de mercadoria.

Em contrapartida, os produtos ou bens produzidos têm também um “valor de troca”, relacionado à “[...] proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1988, p. 46). Isso significa que o valor de troca pressupõe a troca de um produto (ou “mercadoria”) por outro e, com isso, ele é o que uma pessoa recebe em troca dele (BRUSCHI et al, 2016, p. 36); além disso, um produto pode ter diferentes valores de troca. Por exemplo: uma calça é o valor de troca de cinco livros e 20 calças podem ser o valor de troca de uma passagem aérea para outro país.

O que permite essa relação de troca entre mercadorias com valores de uso de diferentes qualidades e, por conseguinte, com valores de troca quantitativamente distintos? Qual é o elemento em comum existente entre esses produtos?

O elemento em comum que aparece na relação de troca das mercadorias é o seu “valor”. Marx (1988) argumenta que o trabalho humano é uma propriedade característica das mercadorias, já que todas as mercadorias são resultados do “trabalho humano abstrato.” Nesse sentido, no ato da produção foi despendido e acumulado trabalho humano, que tem a peculiaridade de criar “valor”. Disso decorre que o elemento em comum é o “valor” criado pelo trabalho humano abstrato. Marx (1988, p. 47), assim, explica que:

O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. [...] Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho.

”

Contudo, de que modo é possível medir a grandeza desse “valor”? Essa medição deve ser feita a partir do trabalho, que é a “*substância*” formadora do valor, isto é, do tempo de duração do trabalho ou, segundo a terminologia utilizada por Marx (1988, p. 47), do “*tempo de trabalho socialmente necessário*.” Observe que a palavra “socialmente” tem uma importância, justamente porque “*não é o tempo de trabalho individualmente despendido que é formador de valor [...]*” (BRUSCHI et al, 2016, p. 44).



Assimile

De acordo com a explicação de Marx (1988, p. 48): “*Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho*”.

O valor das mercadorias é determinado, portanto, pela “*quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las*” (MANDEL, 1982, p. 29). Desse modo, a grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria constante se não variasse o tempo de trabalho necessário para a sua produção, no entanto, este se modifica com cada mudança ocorrida na força produtiva do trabalho (o que engloba o grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, entre outros aspectos).

Nesse caso, as mercadorias têm um valor de uso e um valor de troca – daí o duplo caráter do trabalho nelas representado. Perceba que é impossível para a compreensão das mercadorias tratarmos isoladamente esses conceitos – valor de uso e valor de troca –, porque eles são “mutuamente dependentes” (HARVEY, 2013, p. 33).



Assimile

Segundo a explicação de Marx (1988, p. 49):



Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. [...] Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. [...]

Com base nessa discussão, podemos compreender um aspecto fundamental para o surgimento das relações de produção capitalista: para que o capital se constitua é necessário que o proprietário de dinheiro encontre no mercado uma mercadoria dotada de uma “qualidade” específica que nenhuma outra mercadoria possui, ou seja, que tenha “[...] a peculiaridade de o seu valor de uso ser fonte de valor, portanto, que o seu consumo fosse [seja] objetivação de trabalho, criação de valor” (NAVES, 2000, p.62). Essa mercadoria é justamente a força de trabalho.

Concebendo o capital como uma “uma relação social, [...] uma relação de produção da sociedade burguesa” (NAVES, 2000, p.61), Marx argumenta que “[...] só há capital quando o proprietário das condições materiais da produção encontra disponível no mercado a força de trabalho e a consome no processo de produção” (NAVES, 2000, p. 61-62). Nas palavras de Marx (1988, p. 137):

Ele [o capital] só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social.



Assimile

O capital, segundo o *Dicionário do pensamento marxista* (BOTTOMORE, 2012): é definido como algo específico do capitalismo, porque embora a sua existência anteceda o modo de produção capitalista, é na sociedade capitalista que a produção do capital prevalece e domina outras formas de produção. De acordo com a definição dada por esse dicionário, o entendimento do capital não pode se dar de modo separado das relações capitalistas de produção. Note a diferença dessa compreensão em relação a do autor István Mészáros (mencionado antes). Isso demonstra a existência, no interior do marxismo, de concepções e abordagens distintas sobre um mesmo conceito ou noção.



Reflita

Seria possível dizer que o “capital” poderia existir em outras sociedades não propriamente capitalistas, por exemplo, socialista ou anarquista?

O fim de uma sociedade capitalista e a passagem para uma sociedade socialista implicaria necessariamente na eliminação do capital? Nas experiências registradas no século XX que procuraram conformar sociedades não capitalistas (como a ex-União Soviética) houve alguma mudança em relação à configuração do capital no seu interior?

Para o surgimento do capitalismo, conforme explica Naves (2000, p. 63), “[...] não é suficiente a existência de uma esfera desenvolvida da circulação mercantil e monetária”, porque para que o capital se constitua como uma relação de produção burguesa é necessário o estabelecimento de um vínculo entre o possuidor dos meios de produção, de um lado, e o possuidor da força de trabalho, de outro. Então, esse vínculo é uma “(...) uma condição histórica que encerra uma história mundial (...)” (MARX, 1988, p.137), porque o que irá caracterizar o capitalismo, como uma nova época do processo de produção social, é o fato da força de trabalho assumir para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence e do seu trabalho assumir a forma de trabalho assalariado (NAVES, 2000).

Para que a força de trabalho seja oferecida como mercadoria no mercado é necessário que ocorram algumas condições (NAVES, 2000; MARX, 1988):

1ª) Primeiramente, o possuidor da força de trabalho deve dispor livremente dela, ser “livre proprietário de sua capacidade de trabalho” e negociá-la em condições de igualdade com o comprador (MARX, 1988, p. 135). Como, nesse caso, proprietário da força de trabalho e possuidor de dinheiro estabelecem uma relação como possuidores de mercadorias, ambos são “pessoas juridicamente iguais” (MARX, 1988, p. 135). Porém, é necessário que a venda da capacidade de trabalho seja apenas por um determinado tempo, pois se o trabalhador a vender por um prazo indeterminado, ele vende a si mesmo, tornando-se um escravo.

2ª) A segunda condição implica que o possuidor da força de trabalho, o trabalhador, não possua meios de produção que lhe permitam produzir mercadorias e vendê-las no mercado, mas sim que tenha apenas a sua força de trabalho e seja, conseqüentemente, obrigado a colocá-la à venda para assegurar a sua subsistência.

Desse modo, para o capitalista o processo de trabalho é somente o consumo da mercadoria força de trabalho que só pode ser consumida ao lhe acrescentar os meios de produção (MARX, 1988). Se o processo de trabalho é, segundo a definição de Marx, atividade orientada para a produção de valores de uso, no modo de produção capitalista esse processo é determinado pelo processo de valorização que tem como finalidade a produção de mais valor, isto é, de mais-valia. “No processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se apresenta como **meio**, o **processo de valorização** ou a **produção de mais-valia** como fim” (MARX, s.d., p. 68; grifos no original). O capitalista não produz valores de uso por causa da sua utilidade, mas os produz na medida em que eles sejam portadores do valor de troca, afinal:

Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1988, p. 148)

De que modo o capitalista atinge o objetivo de produzir uma mercadoria com um valor superior ao empregado na compra dos meios de produção e da força de trabalho, isto é, como ele alcança o objetivo de produzir mais-valia? Vimos, anteriormente, que a mercadoria força de trabalho caracteriza-se pela sua peculiar capacidade de gerar um valor superior ao do seu valor de troca, ou seja, tem a capacidade de produzir valor. Nesse sentido, é por meio do consumo da força de trabalho que o capitalista alcança o seu objetivo. Como se dá precisamente o processo de extração da mais-valia? Vejamos mais detidamente.

Assim como as demais mercadorias, a força de trabalho é dotada de um valor que é determinado pelo “tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, 1988, p. 148). Isso quer dizer que o valor da força de trabalho corresponde à soma dos meios

necessários para repor a sua energia física e mental despendida no trabalho, assegurando, assim, a sua existência, como também a dos seus filhos. Desse modo, se quatro horas de trabalho são suficientes para repor os meios necessários à subsistência, esse é o valor da força de trabalho e é também o valor pago pelo capitalista sob a forma de salário ao trabalhador. No entanto, os “custos diários de manutenção” e o “dispêndio diário” da força de trabalho são duas grandezas inteiramente diferentes: a primeira determina o seu valor de troca e a outra o seu valor de uso (MARX, 1988). O que isso significa exatamente? Marx (1988, p. 253-153) nos esclarece que:



O fato de que meia jornada [de trabalho] seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. [...] Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço que o capitalista dela espera.

O capitalista, ao comprar a força de trabalho, compra a utilização dela durante toda uma jornada de trabalho e, desse modo, a utiliza além do tempo que seria suficiente para garantir a sua reprodução.



Exemplificando

Digamos que o trabalhador siga trabalhando após as quatro horas até completar oito horas: as primeiras quatro horas correspondem ao valor da sua força de trabalho, ou seja, são o tempo de trabalho necessário à sua reprodução, enquanto as quatro horas de trabalho adicionais são o *“tempo de trabalho excedente, o qual corresponde ao valor de sua força de trabalho, à mais-valia, trabalho não-pago que é apropriado pelo capitalista”* (NAVES, 2000, p. 67). Isso significa que:



O produto do processo de produção capitalista não é nem mero produto (valor de uso), nem uma mera mercadoria, quer dizer, um produto que tem valor de

troca; o seu *produto específico*, é a *mais-valia*. O seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que o que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro ou mercadorias. (MARX, s.d., p. 68; grifos no original)

O trabalho excedente, segundo a explicação de Marx (1988, p. 181) apareceu em sociedades anteriores ao capitalismo:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção [...]. É claro, entretanto, que se numa formação sócio-econômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho no próprio caráter da produção.

Por meio desse processo de trabalho que tem como finalidade produzir mais-valia, o capitalista transforma o dinheiro em capital, isto é, cria mais valor, no processo de produção. Neste a força de trabalho “[...] aparece apenas como um meio pelo qual ocorre a valorização de valores já existentes, dos meios de produção, que utilizam essa força de trabalho para conservar e aumentar o valor neles contido” (NAVES, 2000, p. 66). Por isso, para Marx, não é possível que a criação de um valor superior ao das mercadorias trocadas ocorra na esfera da circulação, já que a força de trabalho, embora possa ser adquirida somente no mercado, só pode ser consumida na esfera da produção. Portanto, o capital se constitui no interior do processo de produção.

De acordo com o *Dicionário do pensamento marxista* (2012), os economistas clássicos, particularmente David Ricardo, compreendiam

a mais-valia como resultado da troca injusta do trabalho pelo salário, na qual os trabalhadores eram obrigados a vender o seu trabalho aos capitalistas abaixo do seu valor e, com isso, concebiam o excedente como algo que surgia na relação de troca. Em contraposição à economia política clássica, Marx descobre, ao diferenciar trabalho e força de trabalho, que mesmo em uma troca justa na qual a força de trabalho é vendida pelo seu valor, a mais-valia pode ser igualmente extraída no processo de produção. Esse é um dos aspectos que distinguem a análise marxista dos representantes da economia política clássica, assim como é também uma das contribuições fundamentais de Marx para a compreensão da exploração no modo de produção capitalista.

No capitalismo, segundo a concepção marxista, a extração da mais-valia corresponde à forma específica assumida pela exploração, já que o trabalhador recebe sob a forma de salário o equivalente a apenas uma parte do seu dia de trabalho, enquanto o valor que ele produziu na outra parte e que não lhe é pago, é a mais-valia. Porém, o salário obscurece essa relação de exploração ao dar a impressão de corresponder ao pagamento de todas as horas trabalhadas, quando de fato uma parte, o trabalho excedente, não remunerado, é apropriado pelo capitalista e assume a forma de lucro (BOTTOMORE, 2012).

Em sua análise sobre a mais-valia, Marx diferencia, ainda, a "*mais-valia absoluta*" e a "*mais-valia relativa*" e duas situações às quais cada uma delas se vincula, isto é, a "*subsunção* (ou subordinação) *formal do trabalho ao capital*" e a "*subsunção real do trabalho ao capital*" (MARX, 1988; MARX s.d.). A *subsunção formal do trabalho ao capital* refere-se à situação na qual apesar do processo de trabalho estar subordinado ao capital, a sua organização ainda é controlada pelo trabalhador que tem o conhecimento técnico da produção; nesse caso, devido a uma limitação da base técnica que impede um maior controle por parte do capitalista sobre todo o processo produtivo, ele somente pode obter uma taxa mais elevada de mais-valia prolongando o tempo de trabalho excedente, ou seja, o trabalho não pago ao trabalhador. A essa forma de extração de mais-valia realizada pela extensão da jornada de trabalho denomina-se mais-valia absoluta.

Em contrapartida, a *subsunção real do trabalho ao capital* refere-se à situação na qual a transformação das forças produtivas,

especialmente dos instrumentos de produção, por exemplo, a introdução da maquinaria, permite ao capitalista o poder de controlar e intervir sobre todo o processo produtivo em detrimento do conhecimento técnico do trabalhador. Com a introdução do sistema de máquinas, configura-se uma subsunção real do trabalho ao capital, na medida em que o capitalista passa a extrair mais-valia por meio da redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho (NAVES, 2000). Isso significa que, por meio da transformação dos instrumentos de produção, o capitalista aumenta a extração de mais-valia não mais pelo prolongamento da jornada de trabalho, já que esta pode permanecer inalterada, no entanto, a produtividade da força de trabalho e “[...] o período de trabalho não-pago e apropriado pelo capitalista” (NAVES, 2000, p. 71) serão ainda maiores. Essa forma de extração da mais-valia é denominada como mais-valia relativa. Foi a partir da subsunção real do trabalho ao capital que o modo de produção especificamente capitalista se consolidou plenamente.

Portanto, a mais-valia se constitui como a “lei absoluta”, a diferença específica do modo de produção capitalista, no qual, segundo Marx (1988a, p. 182, grifos do autor):

Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga, portanto, que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. *Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção.*

Desse modo, a reprodução ampliada ou a acumulação do capital implica a reprodução da força de trabalho como meio de valorização do capital (MARX, 1988a). Ainda que o “preço do trabalho” se eleve, Marx demonstra que essa elevação se dá dentro de limites que não só impedem qualquer alteração nos fundamentos do sistema capitalista, como seguem assegurando a sua reprodução. Isso quer dizer que a “lei da acumulação capitalista” expressa que “[...] sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada” (MARX, 1988a, p. 184).

Se, por um lado, a força de trabalho é necessária para o processo de valorização e acumulação do capital, por outro, esse mesmo processo de valorização passa a repelir uma massa de trabalhadores da produção, ou melhor, a produzir indispensavelmente uma população trabalhadora excedente.



[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. (MARX, 1988a, p. 191)

Por que sob o capitalismo uma parte da população trabalhadora é transformada em desempregados ou semiempregados? Porque a existência de trabalhadores em condições de desemprego ou subemprego assegura aos capitalistas uma “liberdade de ação”. Em outras palavras, o desemprego atua como instrumento de pressão sobre a classe trabalhadora empregada, levando-a a submeter-se à imposição, por parte dos capitalistas, ao “sobretalho”; o que, conseqüentemente, impacta significativamente o seu salário. Em contrapartida, o “sobretalho” realizado por essa parcela dos trabalhadores, contribui para aumentar o número de desempregados e subempregados.



Refleta

Se o desemprego é estrutural no capitalismo, segundo a concepção marxista, podemos pensar que ele pode ser produzido intencionalmente por meio de decisões políticas e econômicas? Ele poderia ser utilizado como um instrumento de controle social? Quais seriam, então, as causas do desemprego: econômicas, sociais e/ou políticas? O que a possibilidade da perda do emprego pode gerar sobre os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho?

Marx designa como “exército industrial de reserva” e “superpopulação relativa” uma reserva da força de trabalho que se

encontra total ou parcialmente desempregada e pressiona o “exército ativo de trabalhadores” nos períodos de estagnação (MARX, 1988a). A superpopulação relativa é classificada em três extratos: “flutuante”, “latente” e “estagnada”. A flutuante refere-se aos trabalhadores dispensados do trabalho (industrial) e reintegrados ao mercado de trabalho quando melhoram as condições econômicas da sociedade. A parcela latente designa as populações camponesas ainda não proletarizadas, mas que se encontram sempre na eminência de serem absorvidas pelo trabalho assalariado. A superpopulação estagnada diz respeito às pessoas empregadas de modo irregular e, no seu interior, encontram-se os indivíduos em situação de pauperismo, como o lumpemproletariado.



Pesquise mais

Uma das formas de resistência às causas e impactos do desemprego originada em alguns países é a mobilização dos desempregados em movimentos sociais. Especialmente na França e na Argentina as lutas dos movimentos de desempregados se destacam devido, respectivamente, à maior tradição de luta dessa parcela dos trabalhadores franceses e ao protagonismo assumido pelos argentinos a partir de meados dos anos de 1990. Para uma análise das lutas, reivindicações e direitos dos desempregados franceses, você pode consultar o seguinte artigo.

AMORIM, Elaine R. A. Desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas e lutas sociais: a trajetória e os desafios do movimento social AC! **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 23, 2013. p. 35 – 66. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n23p35/24751>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

Com isso, é possível dizer que o desemprego desempenha um papel funcional para a acumulação de capital e corresponde a um elemento estrutural, inerente, do modo de produção capitalista. Em um dos capítulos fundamentais e conclusivos do Livro I d’ *O Capital*, Marx (1988a, p. 201) afirma que:

[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital [...]. Ela ocasiona uma acumulação



de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 1988 a, p. 201)

Portanto, o crescente empobrecimento do proletariado é uma consequência e condição do processo de acumulação capitalista (HARVEY, 2013). A ocorrência desses dois fenômenos opostos – o aumento da pobreza, de um lado, e a acumulação da riqueza, de outro – é um dos aspectos decorrentes da contradição estrutural entre capital e trabalho. Trata-se, então, do caráter antagônico da acumulação capitalista analisada por Marx, em pleno século XIX; análise que nos interpela a refletir sobre a realidade social e econômica no capitalismo contemporâneo.

Sem medo de errar

Retomemos nossa situação-problema colocada no início da seção. No seminário “Fim do Trabalho?” que supostamente você teria organizado e participado como expositor, o debate foi aberto ao público. Um dos participantes não teria entendido o que significava a contradição capital-trabalho e “exército industrial de reserva” mencionados durante a sua apresentação a respeito do processo de valorização do capital. Para sanar as dúvidas desse ouvinte, você terá que mobilizar o conteúdo que conhece sobre a teoria de Karl Marx e organizar uma boa argumentação, não é mesmo?

Um dos caminhos para sua resposta, entre outros possíveis, pode ser a retomada de alguns aspectos importantes do processo de valorização do capital na concepção marxista.

Nesse sentido, a sua resposta pode evidenciar que, enquanto no processo de trabalho a finalidade é produzir produtos que tenham valores de uso, isto é, tenham uma utilidade e satisfaçam a uma necessidade humana, no processo de valorização, o objetivo desse processo consiste na produção de valor, isto é, mais-valia. Isso quer dizer que o processo produtivo deve orientar-se para a produção de

produtos (mercadorias) que contenham um valor de troca, sejam intercambiáveis; o valor de uso desses produtos só é importante na medida em que permite uma relação de troca. Além do valor de troca e do valor de uso, é necessário um terceiro elemento, qual seja: o "valor".

Sobre isso, lembre-se: "(...) *O possuidor do dinheiro – capitalista larvar, como diz Marx em **O Capital** – 'tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor, e, mesmo assim, extrair, no final do processo, mais valor do que lançou nele'*" (NAVES, 2000, p. 62; grifos do autor).

No final do processo produtivo, a obtenção de um valor superior ao que foi pago pelas forças produtivas utilizadas na produção, provém do trabalho excedente não pago ao trabalhador, cuja força de trabalho tem a capacidade de criar um valor acima do que foi pago pela sua utilização. Para que o "possuidor de dinheiro" possa então obter esse valor a mais e transformar o seu dinheiro em capital, ele necessita da força de trabalho. Esta, para que possa ser oferecida no mercado como uma mercadoria deve atender a duas condições: 1º) o trabalhador deve dispor livremente dela e oferecê-la por um tempo determinado; 2º) o trabalhador, possuidor da força de trabalho, não deve possuir meios de produção que lhe permitam produzir e vender mercadorias, caso contrário não venderia a sua própria capacidade de trabalho.

Ao comprar a mercadoria força de trabalho o capitalista extrai dela o "mais-valor", a "mais-valia", obtido por meio da extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou do aumento da produtividade por meio da alteração técnica das forças produtivas (mais-valia relativa). Nesse caso, o capitalista paga o equivalente a apenas uma parte da jornada de trabalho, apropriando-se do valor produzido no tempo excedente. O trabalhador, separado dos meios de produção e tendo como única alternativa vender a sua força de trabalho para assegurar a sua subsistência, vende a sua capacidade de trabalho em troca de um salário que mascara o real valor realmente produzido.

A contradição capital-trabalho revela-se, desse modo, nesse processo de produção e valorização do capital que teve como ponto de partida a separação do trabalhador dos meios de produção e, em consequência, o surgimento de duas classes sociais antagônicas.

Tal contradição é ainda reforçada com o desemprego que tem um caráter estrutural no capitalismo, devido a sua funcionalidade para a acumulação de capital. O “exército industrial de reserva” corresponderia, na concepção marxista, a uma parcela dos trabalhadores que é repelida pelo mercado de trabalho e não consegue vender a sua força de trabalho; essa parcela encontra-se na reserva, à procura de um trabalho. A funcionalidade da existência do desemprego e de um “exército industrial de reserva” (composto por desempregados e subempregados) consiste justamente na maior “liberdade de ação” que proporcionam ao capitalista e na pressão exercida sobre a parcela dos trabalhadores empregados.

Para finalizar a sua participação no seminário instigando a reflexão do público participante, você poderia colocar a seguinte interrogação: ao contrário do fim do trabalho não estaríamos vivenciando, na sociedade contemporânea, a generalização da precarização do trabalho?

Pensando ainda sobre uma maneira interessante de encerrar a sua fala em um debate como o que estamos imaginando aqui, quais outras questões você colocaria ao seu público para estimular a reflexão após o seminário?

Faça valer a pena

1. No primeiro capítulo do livro “*O Capital*”, Marx argumenta no primeiro parágrafo: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, Karl. 1988. p. 45). Sobre a mercadoria e seu valor, na concepção marxista, é correto afirmar que:

- a) Todo produto produzido pelo trabalho humano é uma mercadoria.
- b) O valor de uso e o valor de troca das mercadorias são dois fatores excludentes.
- c) Um produto torna-se mercadoria quando contém um valor de uso social e um valor de troca.
- d) Somente o valor de uso de um produto é que faz dele uma mercadoria.
- e) A mercadoria é composta por um valor de troca desde que o seu valor de uso satisfaça a própria necessidade de quem a produziu.

2. “Fundamentando-se na teoria marxista, Márcio Nave (2000, p. 62), em seu livro *Marx: ciência e revolução*, afirma: “Para que o capital se constitua é necessário que o possuidor do dinheiro encontre no mercado uma mercadoria que se revista de uma ‘qualidade’ específica, de que nenhuma outra mercadoria é dotada”

Responda a alternativa correta que menciona a qual mercadoria e qualidade o texto se refere.

- a) O capitalista necessita encontrar a mercadoria força de trabalho, cuja qualidade consiste em valorizar a si mesma.
- b) A força de trabalho é a mercadoria que o possuidor de dinheiro necessita encontrar, já que ela tem a qualidade de o seu valor de uso ser fonte de valor.
- c) O capital é a mercadoria que o possuidor de dinheiro necessita encontrar, já que sua qualidade consiste na sua capacidade de se autovalorizar.
- d) Os meios de produção correspondem à mercadoria que o capitalista necessita encontrar, uma vez que eles têm a qualidade de produzirem sozinhos mais valor.
- e) O capitalista necessita encontrar a mercadoria dinheiro, cuja qualidade consiste em proporcionar uma acumulação.

3. Ao analisar o processo de valorização, Marx (1988, p. 148) argumenta que o capitalista: “[...] quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia”

Sabendo que Marx se refere a dois tipos de extração de mais-valia, a partir de qual deles é possível dizer que o modo de produção especificamente capitalista se constituiu? Assinale a alternativa correta.

- a) O modo de produção especificamente capitalista se constituiu a partir da mais-valia relativa que, por meio do prolongamento da jornada de trabalho, pode extrair mais-valor.
- b) A constituição plena do modo de produção capitalista ocorreu a partir da consolidação da mais-valia absoluta, que diminuiu o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho.
- c) A mais-valia absoluta possibilitou uma subsunção formal do trabalho ao

capital e, com isso, a constituição do modo de produção especificamente capitalista.

d) As relações de produção capitalistas constituíram-se plenamente, configurando o modo de produção capitalista, com a subsunção formal do trabalho ao capital, proporcionada pela introdução do sistema de máquinas.

e) A constituição do modo de produção especificamente capitalista ocorreu a partir da consolidação da mais-valia relativa que, por meio do sistema de máquinas, consolidou a subsunção real do trabalho ao capital.

Referências

AMORIM, Elaine R. A. Desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas e lutas sociais: a trajetória e os desafios do movimento social AC! **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 23, 2013. p. 35–66. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n23p35/24751>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81. São Paulo, 2014. p. 39-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, 1 (2), p. 229-237, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/04.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. 696 p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977. 379 p.

BRUSCHI, Valéria. **Mais Marx**: material de apoio à leitura d´O Capital, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2016. 142 p.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 19 – 44.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. 384 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000305036&fd=y>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

GORENDER, Jacob. O nascimento do materialismo histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 7 – 11.

HARNECKER, Marta. **Explotados y explotadores**. Chile: Akal Editor, 1979. 24 p.

_____. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. Chile: Akal Editor, 1984. 238 p.

HARVEY, David. **Para entender O Capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013. 335 p.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 11. Curitiba, 2010. p. 1 – 7. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557/1661>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982. 125 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198 p.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, Tomo 1, 1988. 287 p.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, Tomo 2, 1988a. 294 p.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, s/data. 169 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Fundamentos da história. In: IANNI, Octavio. **Karl Marx (Sociologia)**. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 45 -61.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999. 138 p.

MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje. Entrevista com István Mészáros. **Crítica Marxista**. São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 2, 1995. p. 129-137. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista20Entrevista.pdf>. Acesso em 16 jul. 2017.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx**: ciência e revolução. São Paulo/Campinas: Editora Moderna/Editora da Unicamp, 2000. 144 p.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 159 p.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1994. 96 p.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001. 174 p.

_____. Apresentação – sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 11 – 17.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: anos 90. Campinas: Autores Associados, 2002. 223 p.

A sociedade de classes sociais

Convite ao estudo

Cara aluna, caro aluno!

Nesta terceira unidade, discutiremos o tema das classes sociais na teoria social marxista. Na unidade anterior, tomamos contato com a discussão realizada por Karl Marx sobre os princípios e o funcionamento do modo de produção capitalista; discussão cuja complexidade você pode perceber nas suas diferentes dimensões analíticas – social, histórica, política e econômica. Com base no entendimento da extração contínua da mais-valia e da exploração do trabalho excedente, como características inerentes à natureza do capitalismo, daremos continuidade ao nosso estudo sobre a configuração da sociedade capitalista por meio da análise das classes sociais, tema que remete às relações de dominação e exploração estabelecidas nessa sociedade, bem como à luta política. Por isso, ao longo desta unidade, temos como objetivo compreender o conceito de classe social, o significado de interesses de classes e também o que se entende por luta de classes.

Para tanto, o conteúdo contemplado, respectivamente, em cada uma das três seções, procura discutir o que caracteriza uma classe social e as suas diferenciações internas, as relações estabelecidas entre classe dominante e classe dominada, e, por último, a configuração dos conflitos, dos interesses e da luta de classes. Embora classe social seja um termo de uso corrente no nosso cotidiano, espera-se que você possa compreender a sua especificidade no âmbito do pensamento marxista, assim como a atualidade e o vigor da análise das classes para o entendimento da sociedade capitalista contemporânea.

Para aprofundar a discussão dos temas mencionados, propomos que você reflita e se posicione a respeito de um debate que aqui lhe apresentaremos: nos últimos anos, ganhou grande

repercussão a ideia segundo a qual o Brasil teria se tornado um país de classe média. Foram inúmeras as reportagens veiculadas sobre esse assunto conforme nos mostram os títulos de algumas matérias produzidas pelos principais jornais e revistas do país: *"Mais da metade da população está na classe média"* (Revista Exame, 20/09/2012); *"A nova classe média existe?"* (Carta Capital, 05/09/2014); *"As diferentes faces da classe C"* (Folha de São Paulo, 18/02/2014); *"Nova classe média brasileira já movimentou R\$1 trilhão por ano"* (Jornal do Brasil, 12/12/2016); *"A vez da classe C: 32 milhões de brasileiros realizam sonhos de consumo"* (Jornal Zero Hora, 07/02/2010); *"Brasil: um país de classe média?"* (Le Monde Diplomatique, 01/11/2010).

Essa mudança na estrutura social brasileira resultava, segundo as informações divulgadas, da ascensão social de uma parcela significativa de pessoas (que, antes, pertenceriam à classe trabalhadora) para uma "nova classe média". Para utilizar a linguagem da grande imprensa, indivíduos das "classes D e E" teriam deixado essa condição econômica e passado a integrar a "classe C", uma vez que passaram a ter uma renda mensal familiar em torno de dois salários mínimos e maior acesso ao consumo de bens duráveis. Essa "nova classe média" teria se tornado a condição de mais da metade da população brasileira.

Diante do que foi exposto sobre essa suposta configuração mais recente da estrutura de classe no Brasil, de que maneira você se colocaria frente a esse polêmico debate: como você analisa a nossa estrutura social? Será que surgiu no país uma "nova classe média" ou uma "nova classe trabalhadora"? Se somos um país de classe média por que há ainda uma grande desigualdade social? A qual classe você pertence? Como se configuram as relações de classe na sociedade capitalista, segundo a análise marxista? O que significa o conceito "luta de classes"?

São muitas questões, não? Vamos, então, buscar elementos para respondê-las?

Desejamos a você bons estudos!

Seção 3.1

Classes sociais

Diálogo aberto

Nesta seção, você terá como desafio se posicionar frente ao debate atual sobre as mudanças na estrutura da sociedade brasileira, em particular, a sua caracterização como um país de classe média. Essa adjetivação surgiu para se referir à inserção na classe média de uma parcela significativa da população que, antes, se encontrava inserida nos setores populares e passou a obter uma renda familiar mensal de aproximadamente dois salários mínimos ou mais. Além da renda, o acesso ao mercado de consumo de bens duráveis foi o outro critério levado em conta pelas análises que apontaram, a partir disso, a ascensão social dessas pessoas e o surgimento de uma “nova classe média”.

Para assumir e defender um posicionamento em relação ao debate proposto será necessário construir a sua argumentação, que é um aspecto crucial de um debate. A capacidade de argumentar, ao contrário da simples reprodução de ideias do senso comum, exige tomar contato com diferentes tipos de conhecimento e fontes de informação, que lhe permitam conhecer diversas perspectivas e pontos de vistas sobre determinado assunto. Ao cotejar cada uma das visões existentes, você terá condições de fundamentar e construir bons argumentos, formar a sua própria opinião e assumir um posicionamento crítico sobre o assunto em questão. Cabe ainda lembrar que a argumentação não é uma capacidade necessária apenas em um debate, como o que está colocado aqui para você, mas sim um requisito indispensável para a sua trajetória pessoal e, futuramente, profissional.

Desse modo, com base nos seus conhecimentos, nas discussões realizadas ao longo desse livro e em outras fontes de informação, procure responder às seguintes questões: o que é uma classe social? Partindo da perspectiva marxista, a definição de classe é construída com base em quais critérios? A classe social é homogênea ou apresenta diferenciações no seu interior? E você, a qual classe pertence? Por quê?

Para auxiliar o desenvolvimento dessa reflexão, estudaremos a concepção de Marx e de alguns estudiosos do marxismo sobre as classes sociais e as suas diferenciações internas. Compreenderemos também como alguns marxistas contemporâneos definem a classe média - tema importante para a resolução da situação-problema lançada aqui.

Não pode faltar

A teoria marxista das classes sociais

À luz da análise materialista da história desenvolvida por Karl Marx, discutimos nas seções anteriores a explicação desse autor a respeito do modo pelo qual os homens organizaram historicamente a sua produção, assegurando as condições necessárias para a sua subsistência e para a sua reprodução social. Vimos que a forma pela qual a organização dessa produção é realizada configura um determinado modo de produção. O tipo de divisão do trabalho, as formas de apropriação e repartição do produto social (formas de propriedade), o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, nesse sentido, as relações sociais de produção estabelecidas, caracterizam e diferenciam os diversos modos de produção. Dentre estes, nos detivemos no modo de produção capitalista, objeto central da análise marxista.

A discussão das classes sociais está estreitamente vinculada com essa análise, na medida em que diz respeito às divisões sociais e, por conseguinte, às desigualdades presentes na realidade social. Historicamente as sociedades apresentaram divisões das pessoas em grupos baseadas em questões econômicas, políticas, religiosas, culturais ou sociais. A divisão do trabalho, por exemplo, esteve presente em diferentes fases históricas na medida em que a produtividade atingiu a capacidade de produzir e gerar um excedente. Porém, no modo de produção capitalista, segundo Bensaïd (2013), o contrato de trabalho moderno ocultou a violência e a coação exercidas sobre o trabalhador; a apropriação do excedente passou a se dar por meio da extração da mais-valia, ocultada pelo salário pago em troca do uso da força de trabalho.

O capitalismo introduziu, assim, novas formas de divisão do trabalho, porque além de manter a extorsão, por um não trabalhador,

do sobretrabalho realizado pelo produtor direto, ele pôs fim à "unidade" que havia entre este último e os meios de produção, separando cada um deles e convertendo o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital (COLETTI, 1996; HIRANO, 2002). Um dos resultados dessas modificações nas relações sociais de produção foi a consolidação da sociedade de classes.

O conceito de classes sociais tem uma importância crucial no interior do pensamento marxista e, em certa medida, pode ser considerado o ponto de partida de toda a teoria elaborada por Marx, pois foi a descoberta do proletariado como uma nova força política que levou esse autor a analisar a estrutura econômica das sociedades modernas. A análise da estrutura de classes existente na fase inicial do capitalismo e as lutas de classes desencadeadas nesse momento histórico constituíram o principal ponto de referência da teoria marxista da história (BOTTOMORE, 2012). Por isso, é importante entender que a discussão das classes sociais se relaciona, na teoria marxista, não só com as divisões sociais e econômicas, mas também com os conflitos existentes na sociedade, justamente porque as mudanças históricas são concebidas como produto da ação política das classes.



Exemplificando

O sociólogo Francisco de Oliveira (1987, p. 8; grifos do autor) argumenta que o marxismo se diferencia de outras teorias cujas análises tendem a explicar a divisão da sociedade por meio de esquemas bipolares e categorias que a naturalizam, como se "[...] a divisão da sociedade fosse *natural*, e qualquer que seja o movimento das estruturas haverá sempre dominantes e dominados, ricos e pobres, elites e massas". Em contrapartida, o marxismo concebe a existência de um movimento interno às estruturas e "[...] o caráter antagônico dos interesses é a base da possibilidade de *transformação e produção* das classes".

Nesse sentido, o estudo das classes sociais no âmbito da Sociologia das Contradições Sociais é fundamental para a compreensão das divisões e desigualdades sociais que estruturam a sociedade capitalista e para o entendimento do papel que certos agentes sociais podem exercer na superação do capitalismo.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o conceito de classes sociais não foi criado por Marx, uma vez que ele já era utilizado muito

antes dos escritos desse autor pelos representantes da economia política clássica e pelos socialistas utópicos. Para exemplificar, enquanto o economista Adam Smith diferenciava, com base na função econômica, três classes fundamentais existentes na sociedade - classes agrária, industrial e assalariada -, o utopista Saint-Simon concebia que duas eram as classes existentes: a classe industrial e a classe ociosa (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). O próprio Marx, escrevendo a um amigo, em março de 1852, faz a seguinte ressalva:



No que a mim se refere, não me cabe o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e alguns economistas burgueses a sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi a demonstração de que: 1) a existência das classes só se liga a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; 2) a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) esta mesma ditadura não é por si mais que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes [...] (MARX, 1980, p. 99; grifos no original).

Marx e Engels não definiram de modo sistemático o conceito de classes sociais nem mesmo em *O Capital*, no qual o capítulo dedicado a esse tema no final do último volume permaneceu inacabado. Se, por um lado, nos livros escritos por Marx não se encontra uma definição fixa e formal de classes sociais, neles aparecem, conforme ressalta o sociólogo Daniel Bensaïd (2013), uma abordagem dinâmica que leva em consideração a história e os processos de luta, assim como aparecem aproximações descritivas do que seria a classe social.

Entre os livros nos quais essa abordagem dinâmica aparece se destacam, além de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* que será discutido na terceira seção desta unidade, *A miséria da filosofia*, *A luta de classes na França* e *O Manifesto Comunista*. Deste último, você deve se lembrar, conforme discutimos na primeira unidade, da frase introdutória que abre o primeiro capítulo intitulado "Burgueses e Proletários": "*A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes*" (MARX; ENGELS, 1996, p. 9). Observe, aqui, o sentido amplo dado pelos autores às classes, ao estendê-las para outras formas de sociedade (como a

antiga e a medieval), englobando outras formas de agrupamentos sociais (como castas, clãs, estamentos etc.) (BENSAÏD, 2013) e não somente as “classes modernas” que são próprias da sociedade capitalista (BENSAÏD, 2013).

No entanto, é importante perceber que em *O Manifesto Comunista*, escrito e publicado em 1848, às vésperas das revoluções desencadeadas pelo proletariado europeu, os autores tinham como objetivo “[...] demonstrar a transitoriedade dos grupos de opressores e oprimidos” e que esses grupos “são as forças motrizes da história, ou seja, é pela luta de classes que se faz a história das sociedades” (HIRANO, 2002, p. 135). Por isso, Marx e Engels procuraram evidenciar, no seu sentido genérico, a existência, ao longo dos diferentes períodos históricos, de uma classe opressora e outra oprimida. Isto é: a existência de um grupo social conformado, de um lado, pelos proprietários dos meios de produção, e de outro, pelos produtores diretos da riqueza (os escravos, os servos, o proletariado) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010; BOTTOMORE, 2012). Disso resulta a afirmação dos autores:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. Contudo, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica distintiva: simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais dividindo-se em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se confrontam frente a frente: burguesia e proletariado. (MARX; ENGELS, 1996, p. 9-10)

De acordo com Sedi Hirano (2002, p. 130), a classe social tem, para Marx, um “significado historicamente determinado”, pois é um “produto da sociedade burguesa moderna”, assim como o proletariado pertence também a uma “determinada fase de desenvolvimento do capitalismo moderno”. No entender de Marx, conforme explica Hirano (2002, p. 148, grifos nossos):

[...] é somente com o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista que os contornos das classes sociais fundamentais em oposição começam a transparecer no cenário da sociedade moderna, como grupos de oposição política, econômica e social

O capitalismo seria caracterizado, então, pelo antagonismo estrutural entre a burguesia e o proletariado, as duas **classes fundamentais** do modo de produção capitalista.

Considerando que Marx e Engels, procuraram, por meio daquela frase célebre, ressaltar as relações de dominação e exploração existentes em todas as sociedades e o papel da luta de classes na mudança histórica, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, encontramos uma aproximação descritiva do conceito de classe, quando Marx (2002, p. 127), referindo-se aos camponeses franceses de meados do século XIX, afirma:



Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. [...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe.

Nessa abordagem descritiva os camponeses constituem uma classe do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista político e ideológico, porque para isso é necessário que eles se organizem em um coletivo ativo que defenda os seus interesses. Conforme (Marx (2002, p. 127-128).afirma na sequência do trecho:



Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São conseqüentemente incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome.

As classes sociais enquanto fenômeno objetivo e subjetivo

O que são as classes sociais? Para um melhor entendimento do conceito de classe social retomamos, aqui, a definição dada pelo estudioso marxista Nicos Poulantzas (1984, p. 95, grifos do autor), segundo o qual “as classes sociais são grupos de agentes sociais, homens, definidos **principalmente**, embora não exclusivamente, por seu lugar no **processo de produção**, isto é, na esfera econômica”. Detalhemos um pouco o significado dessa definição.

Em primeiro lugar, as classes sociais são determinadas “*principalmente, mas não exclusivamente*” pelo lugar ocupado na esfera econômica. Isso quer dizer que, segundo o autor, as classes sociais se definem simultaneamente no nível econômico, político e ideológico. Cada um desses níveis influencia a constituição das classes, que não são, de acordo com essa perspectiva, “*meros reflexos da posição na estrutura produtiva*” (GALVÃO, 2011, p. 109). Por exemplo, “[...] para que a classe operária, que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista, adquira uma existência ativa, é necessária a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política e ideológica [...]” (BOITO Jr., 2003, p. 245).

Em segundo lugar, o critério econômico constitui o elemento principal na determinação das classes. O que isso quer dizer? Boito Jr. (2003, p. 244) nos explica: “Os lugares ocupados no processo de produção, basicamente a grande divisão entre proprietários não-trabalhadores e trabalhadores não-proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a organização de coletivos com interesses opostos”. As classes sociais são determinadas pela “posição” (POULANTZAS, 1984) ocupada pelos indivíduos (os agentes sociais) nos diferentes setores da produção social, isto é, na estrutura produtiva.

Perceba, com isso, que as classes sociais não são determinadas pela “esfera do mercado”, ou seja, pela capacidade de consumo ou pela renda dos indivíduos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), mas sim pelas **relações de produção**, isto é, pelo seu lugar ocupado na esfera produtiva. Essa posição designa tanto uma dimensão objetiva e estrutural de classe, relacionada propriamente à condição de classe dos indivíduos, como uma dimensão subjetiva e conjuntural, ao se referir ao posicionamento, isto é, à ação assumida por uma classe, em uma determinada conjuntura, na luta de classes (GALVÃO, 2011). Retomaremos, mais adiante, essa segunda dimensão.

Talvez você esteja se perguntando: como é possível saber o que determina a posição ocupada pelo indivíduo no processo produtivo? Os autores Montaño e Duriguetto (2010, p. 86) respondem a essa questão apresentando três aspectos fundamentais: a) "o tipo de propriedade"; b) "as relações de produção"; c) "as formas de enfrentamento". Cada um desses aspectos, para esses autores, determina a posição e o papel desempenhado pelo indivíduo na estrutura produtiva. E o que cada um deles significa?

O primeiro aspecto diz respeito ao tipo de propriedade possuído pelos indivíduos no modo de produção capitalista e que corresponde a três tipos fundamentais: a propriedade da força de trabalho, a propriedade dos meios de produção e a propriedade da terra. O tipo de propriedade é um dos elementos que determina a posição dos indivíduos na estrutura produtiva e as relações que estabelecem no processo produtivo. "Assim, não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o tipo e o volume da renda dos indivíduos e das classes" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 87).



Assimile

A propriedade, como um dos fundamentos do modo de produção capitalista, tem uma importância na posição ocupada pelos indivíduos na estrutura produtiva e, nesse sentido, na determinação das classes sociais. De acordo com Montaño e Duriguetto (2010) um erro cometido quando se fala em "classe" é:



[...] geralmente esta [a classe] é caracterizada meramente pelo poder aquisitivo, pela capacidade de consumo, como "classe" alta, média e baixa. Esse uso do termo esconde o fundamento da constituição das classes no MPC [modo de produção capitalista]. Há que se diferenciar *setor socioeconômico* (definido na esfera do mercado, pelo poder aquisitivo) de *classe social* (definido na esfera produtiva, pelo papel desempenhado no processo produtivo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 87; grifos dos autores)

As relações de produção, segundo aspecto apontado, diz respeito à relação necessária que deve ser estabelecida entre os donos dos meios de produção e a força de trabalho. Como um dos fundamentos do capitalismo é a separação entre trabalho e meios de produção, cada uma das classes necessita relacionar-se com a outra, seja no caso da classe trabalhadora, para assegurar a sua própria subsistência com a venda da sua força de trabalho, seja no caso da classe capitalista para obter mais-valia. É por meio das relações de produção, portanto, que trabalho e meios de produção voltam a se vincular no modo de produção capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010); e o trabalho assumindo a forma de trabalho assalariado.

Por último, as “formas de enfrentamento” relacionam-se com a percepção dos interesses antagônicos existentes entre capital-trabalho e com a organização coletiva dos membros de uma classe contra outra. Esse aspecto diz respeito à dimensão subjetiva da classe social, ou seja, ao seu posicionamento nos conflitos e nas lutas.

Marx, no livro *A miséria da filosofia*, argumenta que com o surgimento da grande indústria uma grande massa de trabalhadores que não se conhecem é agrupada em um mesmo local e os seus interesses divididos frente à concorrência imposta pelo patrão. No entanto, é a partir de um interesse comum existente entre esses trabalhadores, a defesa do seu salário, que os levam a ter um pensamento comum de resistência e a formar uma “coalizão” (associação) entre eles. A partir dessa resistência (que, num primeiro momento tem um duplo objetivo: cessar a concorrência entre os trabalhadores imposta pelo capitalista e manter os salários), o interesse comum que a move pode, posteriormente, estender-se para o conjunto dos trabalhadores e o objetivo da luta passar a ser a manutenção dessa coalizão; a qual é compreendida como “[...] uma forma de os operários superarem a competição entre si e de resistirem frente aos capitalistas” (GALVÃO, 2011, p. 114).

O desdobramento desse conflito imediato, localizado, pode ser a organização de uma luta política, na medida em que os interesses comuns defendidos tornem-se interesses de classe e se forme uma identidade de classe entre os trabalhadores.

Vejamos a análise de Marx (1985, p. 159) realizada no livro *A miséria da filosofia*:



Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação [coalizão] adquire um caráter político.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.

Os interesses de classe correspondem "(...) aos interesses estratégicos a longo prazo que surgem da situação própria de cada classe na estrutura econômica da sociedade" (HARNECKER, 1984, p.179, tradução livre). Os interesses de classe podem surgir a partir do desdobramento das lutas conduzidas por interesses espontâneos imediatos, cujo objetivo é alcançar uma melhor condição de vida, um melhor bem-estar, mas sem, necessariamente, colocar em questão a lógica de funcionamento do próprio sistema.

Na passagem citada destacam-se alguns elementos importantes: "[...] o interesse como uma unidade-força de uma classe" (HIRANO, 2002, p. 140); o movimento entre a constituição objetiva dos trabalhadores como classe ("classe em si") e a sua constituição subjetiva, isto é, política ("classe para si"), ao passo em que aquela luta inicial contra o capital se torna uma luta política até se converter em uma luta de classes. Nesse sentido, a associação de trabalhadores tem uma repercussão sobre o plano político ao permitir o desenvolvimento da consciência de classe (GALVAO, 2011).

Enquanto a dimensão objetiva da classe refere-se propriamente à condição de classe, a dimensão subjetiva faz referência à consciência subjetiva dessa condição, isto é, à consciência de classe. Este conceito, segundo Marta Harnecker (1984, p. 180), está diretamente relacionado com o conceito de "interesse de classe", já que "[...] um indivíduo ou um grupo social tem consciência de classe quando está consciente dos seus interesses de classe" (HARNECKER, 1984, p. 180, tradução livre). Isso não significa, contudo, que a consciência de classe resulte automaticamente da posição ocupada na estrutura

produtiva, uma vez que um trabalhador pode não se identificar com a classe trabalhadora. Argumento que pode ser estendido à condição de classe, que não gera automaticamente uma organização coletiva ou uma luta entre os membros de uma mesma classe.

Classe média

Conforme dito antes, para Marx, a burguesia e o proletariado são as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Porém, isso não quer dizer que elas sejam as únicas classes existentes em uma **formação social**, vide a existência da classe média.



Assimile

Com base nas análises de Marta Harnecker (1984, p. 130-133, tradução livre). podemos distinguir três conceitos do corpo teórico marxista: "modo de produção", "formação social" e "conjuntura política". Enquanto o "**modo de produção**" é um objeto abstrato e refere-se a uma "*totalidade social abstrata*" (como o modo de produção feudal, escravista, capitalista etc.), a "**formação social**" refere-se a uma "totalidade social concreta historicamente determinada". Em outras palavras, a formação social é "[...] uma realidade concreta, historicamente determinada, estruturada a partir da forma, em que se combinam as diferentes relações de produção que coexistem no nível da estrutura econômica". Uma formação social pode corresponder a um país determinado ou a um conjunto de países com características mais ou menos semelhantes; por isso é possível referir-se à formação social brasileira ou mesmo à formação social latino-americana. Já a "**conjuntura política**" refere-se "[...] ao nível mais concreto de uma formação social" ao se referir "à situação política" de um país ou conjunto de países.

Considerando que o processo de formação das classes sociais transcende o nível econômico (BOITO Jr, 2004), um bom exemplo para se pensar a não restrição da determinação das classes ao aspecto econômico é o da classe média, já que os aspectos políticos e ideológicos são fundamentais, conforme explica Santiane Arias (2011, p. 41): "[...] na demarcação das fronteiras entre aqueles que vivem da venda do seu trabalho, isto é, os assalariados; sobretudo em casos imprecisos, tais como: os supervisores do processo de trabalho, técnicos e/ou burocratas dotados de autoridade no seio da empresa [...]".

Na classe média encontram-se trabalhadores cuja inserção na produção social é muito diversa e varia de acordo com diferentes fatores: montante de remuneração, qualificação, posse de diploma universitário, conteúdo do trabalho, atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores etc. Desse modo, os critérios de definição dessa classe (que são inclusive motivo de debate no interior do marxismo), não se restringem aos aspectos econômicos – como o assalariamento –, uma vez que englobam, na concepção de Boito Jr. (2004), a “ideologia meritocrática”.



Assimile

A meritocracia considera as diferenças sociais e econômicas existentes na sociedade como resultante de dons e méritos individuais. O cientista político Armando Boito Jr. utiliza o termo “ideologia meritocrática” pelo fato dos valores e ideias meritocráticas *“ocultarem a verdadeira origem das desigualdades sociais”* e por serem, desse modo, mistificadores. Ademais, para esse autor trata-se de uma ideologia porque:



[...] procura legitimar os interesses particulares de um setor social – no caso, os trabalhadores não-manuais que apresentam as eventuais vantagens que usufruem frente aos trabalhadores manuais como um justo prêmio aos dons e méritos dos que “trabalham com a cabeça”. [...] É por isso que, obrigatoriamente, a ideologia meritocrática estigmatiza e segrega o trabalho (e o trabalhador) manual. (BOITO Jr., 2004, p. 12; grifos do autor)

O que permite considerar como classe média trabalhadores com situações de trabalho tão diversas é, segundo Boito Jr. (2004, p. 17), o fato de que eles poderão conceber a si próprios “[...] como um trabalhador não-manual que merece, enquanto tal, um tratamento social diferenciado, isto é, poder[ã]o professar a ideologia meritocrática e, nessa medida, integrar a classe média”.



Exemplificando

Nos últimos anos difundiu-se a ideia, segundo a qual, o Brasil teria se tornado um país de classe média, com o crescimento da chamada

“classe C” que passou a ser designada como uma “nova classe média” e seria composta por pessoas com uma renda mensal per capita entre R\$291,00 e R\$1.019,00 ou uma renda familiar média entre R\$1.164,00 e R\$4.076,00 (LUCE, 2013). Entre as causas desse crescimento estaria, além da renda, o potencial de consumo de bens duráveis por parte desse segmento social, que se tornou o maior do país, totalizando cerca de 110 milhões de habitantes. Um dos principais defensores do surgimento dessa nova classe média afirmou:

Nova classe média foi o apelido que demos à classe C anos atrás. Chamar a pessoa de classe C soa depreciativo, pior que classe A ou B, por exemplo. [...] Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida. (NERI, 2012, p. 1)

No entanto, além da crítica que pode ser feita à designação de uma nova classe média com base nas variáveis renda e consumo, vários autores (LUCE, 2013; BRAGA, 2012; POCHMANN, 2014) a contestaram argumentando que houve, com o aumento do emprego formal a partir de 2003, a expansão de uma “nova classe trabalhadora” (POCHMANN, 2014; SOUZA, 2010). Esta, segundo o economista Márcio Pochmann, corresponderia a 80% da população ocupada no país e estaria na base da pirâmide social, ou seja, ocupando postos de trabalho com remunerações de até 1 ½ salário mínimo. Isso significa que a nova classe trabalhadora se difere da classe média “[...] que tem capacidade de renda para fazer poupança, consegue pagar por serviços privados de educação/saúde, e faz investimentos altos em bens culturais e turismo” (POCHMANN, 2014, p. 1). Outro traço importante que distingue essa classe trabalhadora diz respeito às longas jornadas de trabalho, pois segundo Souza (2010, p. 1) ela “[...] trabalha de 10 a 14 horas por dia, tem dois ou mais empregos, estuda a noite enquanto trabalha de dia e vive para trabalhar e para consumir um pouco daquilo que não podia antes”.



Refleta

Fundamentando-se em uma análise dos estratos sociais, o economista Waldir Quadros apresenta a seguinte tabela:

Quadro 3.1 | Estratificação da sociedade brasileira

ESTRATOS SOCIAIS	2003 (%)	2008 (%)	2009 (%)
Alta classe média	6,8	7,6	7,7
Média classe média	9,7	12,9	13,2
Baixa classe média	30,2	37,0	38,8
Massa trabalhadora	28,4	32,8	30,7
Miseráveis	24,9	9,6	9,7
TOTAL	100	100	100

Fonte: adaptada de Quadros (2010).

Para esse autor, a “baixa classe média” ou classe C é composta por pessoas com rendimentos declarados no valor de R\$700,00 a R\$1.750,00 mensais e engloba um grupo heterogêneo de ocupações: balconistas, recepcionistas, garçons, professores do ensino fundamental, motoristas, trabalhadores qualificados etc. Apesar do crescimento desse estrato nos anos 2000, ele não corresponderia para Quadros a uma autêntica classe média, mas poderia vir a ser um “embrião de classe média” se o país passasse a contar com condições estruturalmente mais favoráveis para a consolidação dessa classe.

Com base nessas informações escritas em 2010, é possível dizer que ocorreram mudanças na estratificação da sociedade brasileira? Essas mudanças contribuíram para que tipo de mobilidade social (ascensão ou descensão social) da baixa classe média e dos estratos inferiores?



Pesquise mais

Para conhecer mais sobre o debate crítico à noção “nova classe média” difundida no país, você pode ler os textos de Ruy Braga e Mathias Luce. O primeiro autor relaciona a difusão daquela noção com o “aprofundamento da financeirização do consumo popular”, enquanto o segundo autor demonstra com base em vários dados estatísticos que os trabalhadores e suas famílias, que têm sido considerados como

parte da “nova classe média”, estariam vivendo em condições de “superexploração”.

Pesquise mais:

BRAGA, Ruy. **O enigma da “nova classe média**. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/06/04/o-enigma-da-nova-classe-media/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LUCE, Mathias. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010>. Acesso em: 17 jul 2017.

Camadas e frações de classes

Assim como as classes sociais não se restringem à burguesia e ao proletariado, elas não são internamente homogêneas, pois cada uma delas apresenta diferenciações internas designadas como “camadas” e “frações de classe”. Os critérios políticos e ideológicos são, nesse caso, também importantes na determinação dessas camadas e frações de classe. Para exemplificar, na classe operária encontram-se, no seu interior, diferenciações em camadas diversas, que dependem de critérios político-ideológicos e das suas formas de organização e de luta (POULANTZAS, 1984). Em uma classe pode existir ainda o que se denominou por frações de classe, que se distinguem das camadas por envolverem diferenciações econômicas importantes e poderem assumir o papel de “forças sociais” (POULANTZAS, 1984). Desse modo, no interior da classe burguesa encontram-se as suas diferentes frações, como a fração da burguesia industrial, da burguesia comercial, da burguesia financeira, entre outras. Perceba, com isso, que camadas e frações de classe fazem parte das classes, ou seja, não estão fora destas e foram conceitualizadas com o objetivo de evidenciar as divisões presentes no interior das próprias classes.



Exemplificando

Um bom exemplo para a compreensão da relação entre burguesia, interesses de classe e frações de classe é formulado pelo cientista político Armando Boito (2003, p. 243):



No capitalismo, a burguesia, na condição de classe dominante, já está formada como classe social. O Estado burguês é a burguesia organizada como classe. Ele estabelece e legitima a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado, a desigualdade de riquezas e todas as demais condições necessárias para que o capitalismo possa perpetuar-se. Em tais condições, de modo “espontâneo”, todo capitalista individual conhece seus interesses de classe e, regra geral, age nos limites dados por esses interesses. Pode agir, e age, movido pelos interesses particulares de sua empresa ou pelos interesses particulares do ramo ou setor no qual a sua empresa está inserida. Esse é o fenômeno da formação das frações burguesas – grande e média burguesia, burguesia industrial, comercial e financeira etc. Porém, conhecedor, graças à existência do Estado burguês, das condições gerais necessárias para que ele se reproduza como capitalista, sua ação tende a se manter dentro dos limites de seus interesses de classe.

Para finalizar, cabe ressaltar a existência no interior do marxismo de diferentes interpretações sobre a noção de classes sociais desenvolvidas por vários teóricos, entre os quais, podemos mencionar as análises de Nicos Poulantzas, György Lukács, Edward Thompson, Antonio Gramsci, entre outros. Devido à existência dessas diferentes interpretações é possível encontrar no âmbito do marxismo tanto leituras sobre as classes sociais que foram designadas como economicistas, por enfatizarem uma visão estritamente econômica das classes, como leituras que destacaram muito mais a dimensão subjetiva por contemplarem outros aspectos na definição das classes, como a política, a cultura e a ideologia.

Portanto, conforme procuramos explicitar ao longo desta seção, a discussão das classes sociais no âmbito da teoria marxista envolve um conjunto de conceitos aqui indicados e que evidenciam a complexidade das divisões sociais existentes na sociedade capitalista.

Sem medo de errar

Para se posicionar no debate sobre a caracterização da sociedade brasileira como um “país de classe média”, difundida nos últimos anos, você pode, entre os procedimentos possíveis, fazer um levantamento de diferentes materiais teóricos que discutem o tema das classes sociais. Nessa análise, dentre as diversas abordagens teóricas existentes, a teoria social marxista é uma perspectiva válida para a compreensão do conceito de classe social.

De acordo com esta perspectiva, a classe social, ao contrário do que se poderia imaginar, não teria sido um termo descoberto por Karl Marx. Nesse sentido, se esse autor não foi o formulador desse termo, o que ele trouxe de novo nas suas discussões sobre as classes que poderia contribuir para a compreensão da estrutura da sociedade brasileira?

Um dos aspectos importantes diz respeito ao fato das classes sociais corresponderem a um fenômeno da sociedade burguesa moderna, pois é a partir do pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista que as duas classes fundamentais se consolidaram como dois grupos sociais opostos e antagônicos. Essas duas classes fundamentais referem-se à burguesia e ao proletariado. As classes sociais são definidas, então, como grupos de indivíduos, de agentes sociais, que ocupam uma determinada posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica. Isso significa que a posição dos indivíduos na estrutura produtiva é determinada, além dos fatores políticos e ideológicos, pelas relações de produção e pelo tipo de propriedade que eles possuem ou controlam; nesse caso, se são proprietários (ou detêm o controle) dos meios de produção ou não. Com isso, fica demonstrado que, entre os fatores que definem a classe social, o tipo de propriedade seria um deles, inclusive porque um dos fundamentos do modo de produção capitalista é a propriedade. Essa constatação lhe permite compreender que não é a renda, nem o poder aquisitivo e tampouco a capacidade de consumo o que define uma classe social na concepção marxista.

Além das classes fundamentais presentes no modo de produção capitalista, o marxismo compreende que em uma formação social concreta as classes sociais não se restringem ao proletariado e à burguesia, mas sim abrangem outras classes, como é o caso da classe

média. Esta classe, composta por indivíduos que estão inseridos de modo diverso na estrutura produtiva e que se diferenciam de acordo com vários fatores (como a qualificação, a posse de diploma universitário, o conteúdo do trabalho, a realização de tarefas de controle ou direção sobre outros trabalhadores, entre outros), é definida com base nas relações de produção, ou seja, no lugar que esses indivíduos ocupam no processo de produção, mas também em elementos políticos e ideológicos. Nesse sentido, a ideologia meritocrática exerce um papel importante na definição da classe média, pois, conforme a explicação do cientista político Armando Boito Jr (2004), essa ideologia procura legitimar os interesses de um setor social, no caso, o dos trabalhadores não manuais que compõem a classe média, frente aos trabalhadores manuais. Entre esses trabalhadores, os primeiros podem recorrer a essa ideologia, exigindo um tratamento social diferenciado que lhe premie os seus "dons" e "méritos" por exercerem um trabalho não manual.

Os aspectos políticos e ideológicos são, nesse sentido, fundamentais para determinar a classe social dos trabalhadores não manuais que, embora sejam também assalariados, encontram-se em situações de trabalho que envolvem, por exemplo, o exercício da autoridade ou o controle do processo de trabalho.

À luz dessa discussão você poderia contestar a ideia difundida nos últimos anos a respeito de o Brasil ter se tornado um país de classe média, devido ao aumento dos indivíduos com renda per capita entre R\$291,00 e R\$1.019,00 e dotados de um maior poder de consumo de bens duráveis; aumento que teria alcançado mais de 50% da população brasileira. Fundamentando-se na teoria marxista das classes sociais, a sua contestação a essa ideia pode indicar a não validade das variáveis renda e consumo na definição das classes sociais, mas, ao contrário disso, a importância dos elementos econômicos, políticos e ideológicos na determinação das classes. Na análise específica da composição dessa suposta "nova classe média", o seu argumento poderia apoiar-se nos dados sobre os baixos salários e a longa jornada de trabalho dos trabalhadores que supostamente comporiam essa nova classe; tais dados lhe permitiriam mostrar que houve a partir do ano de 2003 uma expansão da classe trabalhadora no país, cujas condições de vida e de trabalho se distanciam daquelas próprias de uma classe média.

Por último, caberia ressaltar, ainda, na sua resposta a essa hipotética situação-problema, que a teoria marxista não só definiu a burguesia e o proletariado como as classes fundamentais do modo de produção capitalista, mas também apontou a existência das camadas e frações de classe existentes no interior de uma mesma classe. As camadas correspondem a diferenciações no interior da classe operária que dependem de critérios políticos e ideológicos, enquanto as frações de uma mesma classe distinguem-se por envolverem importantes diferenciações econômicas. Por meio dessa análise, uma das conclusões a que você poderia chegar estaria relacionada não só com os critérios considerados pela teoria marxista na definição de classe social, mas, também, da heterogeneidade existente no interior de uma mesma classe.

De todo modo, como a teoria marxista das classes sociais será trabalhada durante toda a Unidade 3, a sua argumentação em relação ao debate aqui proposto poderá ser, portanto, complementada ao longo das discussões.

Faça valer a pena

1. Na frase introdutória do capítulo “Burguesia e Proletariado” do livro *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmam: “*A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes*” (MARX; ENGELS, 1996, p. 9).

Considerando a perspectiva marxista sobre as classes sociais, em especial a análise de Marx e Engels, é correto afirmar que:

- Os autores procuram generalizar as classes sociais para todas as sociedades existentes ao longo da história da humanidade, já que estas não se diferenciam entre si.
- As classes sociais são abordadas no seu sentido amplo, na medida em que os autores pretendem enfatizar a existência de grupos sociais opressores e oprimidos ao longo da história.
- O sentido amplo dado às classes sociais na frase citada visa evidenciar que elas já existiam antes da consolidação do capitalismo, mas não envolviam relações de dominação e exploração.
- Os autores generalizam o conceito de classe social para todas as sociedades pré-capitalistas para ressaltar a ausência de conflitos entre proprietários e não proprietários dos meios de produção.

e) As classes sociais são apresentadas de modo genérico pelos autores porque eles pretendem demonstrar a presença da burguesia e do proletariado em diferentes fases da história.

2. O trecho a seguir foi retirado do livro *O Manifesto Comunista*, escrito por Marx e Engels.

Complete as lacunas da sentença a seguir:

Contudo, a nossa época, a época da _____, possui uma característica distintiva: simplificou os _____. A sociedade como um todo está cada vez mais dividindo-se em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se confrontam frente a frente: _____ e _____” (MARX; ENGELS, 1996, p. 10).

Agora, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- a) Burguesia – contradições sociais – capitalistas – classe média.
- b) Monarquia – antagonismos de classe – patrões – empregados.
- c) Industrialização – problemas sociais – empregadores – patrões.
- d) Burguesia – antagonismos de classe – burguesia – proletariado.
- e) Classe média – desigualdades sociais – trabalhadores – empregados.

3. Na concepção marxista, as classes sociais são determinadas principalmente, mas não exclusivamente, pela posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo.

Com base nessa definição das classes sociais, quais são os três aspectos que determinam a posição dos indivíduos na estrutura produtiva?

- a) Os três aspectos determinantes da posição dos indivíduos na estrutura produtiva são o tipo de propriedade, os interesses comuns e a identidade de classe.
- b) O lugar ocupado pelos indivíduos no processo produtivo é determinado pelo seu poder aquisitivo, pelas formas de luta e pelas forças produtivas.
- c) Os três aspectos são: as relações de produção, a consciência de classe e os interesses de classe.
- d) A posição dos indivíduos na estrutura produtiva é determinada pela sua renda, pela sua capacidade de consumo e pela sua propriedade.
- e) Os três aspectos determinantes do lugar ocupado na estrutura produtiva são: o tipo de propriedade, as relações de produção e as formas de enfrentamento.

Seção 3.2

Relações de classes

Diálogo aberto

Na seção anterior, compreendemos sob quais critérios o conceito de classe social é definido. Nesse caso, ao contrário das análises reducionistas, que associam a classe social exclusivamente a critérios econômicos (como a renda ou a posição no processo produtivo), percebemos a importância dos aspectos político e ideológicos na sua definição. Além disso, discutimos as diferenciações existentes no interior de uma classe, como é o caso, por exemplo, da presença das camadas na classe trabalhadora e das frações de classe na burguesia.

Nesta seção, vamos retomar o debate sobre a ideia difundida nos últimos anos, a respeito do Brasil ter se tornado um *país de classe média*. Imagine que você decide desenvolver uma pesquisa para verificar a validade dessa designação atribuída ao país e compreender a configuração atual da nossa estrutura social. Porém, os dados coletados por você sobre os principais indicadores sociais e econômicos revelam que o Brasil é um dos países com maior desigualdade social no mundo devido à sua alta concentração de renda. Ora, qual é a relação entre a concentração de renda e a estrutura de classe no Brasil? Somos, de fato, um país de classe média? Com base nessa análise e considerando que o Brasil é um país capitalista, você deve responder também como as relações entre a classe dominante e a classe dominada se configuram na sociedade capitalista.

Para responder à hipotética situação-problema aqui proposta, você deve mobilizar os seguintes conteúdos tratados nesta seção: classe dominante, classe dominada, relações de classe, além dos conteúdos relacionados precisamente à realidade brasileira, como a desigualdade social, a concentração de renda e a estrutura ocupacional.

Classe dominante e classe dominada e suas relações de classe

Na seção anterior, realizamos uma discussão conceitual das classes sociais no âmbito da teoria social marxista e apresentamos alguns dos seus traços característicos, como os seus aspectos objetivos e subjetivos, a identidade de classe e suas diferenciações internas expressas pelos termos camadas e frações de classe. Porém, cabe compreender que as classes sociais enquanto um construto teórico somente existem e podem ser analisadas em suas relações de classe, daí a importância do entendimento das relações que são estabelecidas entre elas em uma dada formação social e em determinadas conjunturas políticas. Por isso, nesta seção, discutiremos as relações de classe estabelecidas entre a classe dominante e a classe dominada e que se caracterizam como relações de exploração devido à contradição estrutural existente entre essas duas classes, respectivamente, entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários. Além disso, tais relações caracterizam-se também como uma relação de dominação, por isso, contemplaremos, nessa discussão, esses dois aspectos presentes nas relações de classe.

Vejamos, então, como se configuram as relações de classe e as especificidades da exploração e da dominação no modo de produção capitalista.

Relações de exploração e classe dominada

A exploração não é algo exclusivo da sociedade capitalista, mas pode ocorrer em qualquer sociedade na qual as forças produtivas permitam uma produção excedente, isto é, que exceda o necessário para a sobrevivência da população (BOTTOMORE, 2012), e seja apropriada não por aqueles que a produziram, mas por um grupo social que a controla. A origem da exploração e da classe dominante está relacionada com o controle e a apropriação privada desse excedente: enquanto a classe dominante surge a partir da apropriação (MANDEL, 1982) ou do controle (MILIBAND, 1999), por parte de uma fração da sociedade, do produto social excedente produzido por outra parcela da população, a exploração concretiza-se no próprio ato de apropriação dessa produção por aquela fração em prejuízo de quem a produziu.

A exploração é um conceito fundamental da análise materialista da

história desenvolvida por Marx. Ela ocorre, no capitalismo, por meio da extração da mais-valia da classe operária pela classe dos capitalistas industriais, embora outras classes ou frações de classe também participem da distribuição da mais-valia (BOTTOMORE, 2012). Ao contrário de outros modos de produção, no capitalismo a exploração ocorre normalmente sem a intervenção direta da força física, uma vez que os trabalhadores, por não disporem e terem sido separados dos meios de produção, vendem a sua força de trabalho em troca de um salário; o capitalista, ao comprá-la, a utiliza no processo de produção, extraindo dos trabalhadores um valor superior ao que lhes paga pela jornada de trabalho.

Porém, “[...] os trabalhadores não experimentam sua produção de mais-valor do mesmo modo como os servos e escravos experimentam o mais-trabalho [...]” (HARVEY, 2013, p.139). Pois o trabalho assalariado impede uma compreensão da apropriação que é feita do mais-valor produzido por cada trabalhador. Em contrapartida, no sistema de corveia que existiu na Europa Central, “[...] o trabalhador era forçado a ceder certo número de dias de trabalho ao proprietário da terra, de modo que a apropriação do mais-trabalho era totalmente transparente” (HARVEY, 2013, p. 139).



Assimile

Segundo o *Dicionário do pensamento marxista*, a exploração é o fundamento da sociedade de classes e o que origina a luta de classes. Ela ocorre quando uma parte da população produz um excedente cuja utilização é controlada por outra parte (BOTTOMORE, 2012).

As relações de produção capitalista caracterizam-se, desse modo, pelas relações de propriedade estabelecidas entre o produtor direto (o trabalhador) proprietários dos meios de produção (não trabalhador) que extorque sobretrabalho do primeiro, mas também pela separação entre os meios de produção e o produtor direto. Com essa separação, a relação de trabalho assalariada representa um elemento fundamental do modo de produção capitalista (COLETTI, 1996), à qual os trabalhadores submetem-se por meio da venda da sua força de trabalho. Mesmo no caso do campesinato que designa aqueles que trabalham na terra e possuem os meios de produção (a terra e os instrumentos de produção) (BOTTOMORE, 2012), estão expostos a processos de expropriação da sua pequena propriedade rural ou a

condições precárias de subsistência que os levam a vender a sua força de trabalho como único meio de assegurar a sua sobrevivência.

No capitalismo, a classe dominada é constituída, desse modo, por um conjunto heterogêneo de classes sociais, como o operariado, as classes médias, o campesinato que ocupam determinadas posições na estrutura produtiva. A análise de Andréia Galvão, embora se refira ao termo “classes trabalhadoras”, no plural, serve como referência para a discussão da classe dominada quando a autora argumenta que as diferentes classes que compõem as classes trabalhadoras “[...] se distinguem quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo estabelecido com a pequena propriedade” (GALVÃO, 2011, p. 110-111).

Podemos afirmar, com base nessa análise, que as diferentes classes que compõem a classe dominada se diferenciam, nesse sentido, quanto ao trabalho (manual ou não manual) e às tarefas (supervisão ou execução) que realizam, às condições de venda da sua força de trabalho (assalariado ou não) ou ao tipo de relação que podem ter com a pequena propriedade, como é o caso do campesinato, que muitas vezes combina a produção voltada para a sua subsistência com outras formas de trabalho.



Exemplificando

Quadro 3.2 | Brasil: evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração

	2000	2009
Sem remuneração	11,5	10,9
Até 1,5 s.m.	34,3	47,8
1,5 a 3 s.m.	25,5	24,9
3 a 5 s.m.	12,0	8,9
Mais de 5 s.m.	16,7	7,5

Fonte: Pochmann (2012, p. 28).

As classes sociais não são definidas exclusivamente pela posição na estrutura produtiva, contudo, os dados do quadro oferecem elementos importantes para uma análise parcial da estrutura de classes no Brasil.

Entre 2000 e 2009, houve no país uma expansão das pessoas ocupadas nos postos de trabalho de até 1,5 salário mínimo mensal e, em contrapartida, uma redução daquelas trabalhando sem remuneração ou recebendo acima de três salários mínimos. Isso significa que 47,8% do total da força de trabalho ocupada no Brasil, quase metade do total das ocupações existentes em 2009, estava em empregos de baixa remuneração. Trata-se de trabalhadores expostos a um nível intenso de exploração, na medida em que executam trabalhos terceirizados, temporários e/ou sob condições precárias.

De acordo com Márcio Pochmann (2012, p. 30): “Esse segmento social em especial não poderia estar associado ao conceito de classe média ascendente tendo em vista as peculiaridades de suas ocupações e remunerações [...]”.

Classe dominante e relações de dominação

De acordo com o *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 2012), na concepção de Marx e Engels, a classe dominante pode ser entendida a partir de duas noções. Uma delas se refere a uma classe economicamente dominante, a qual, em decorrência da sua posição econômica, exerce um domínio e controle sobre o conjunto da vida social. Essa noção pode ser constatada na seguinte passagem do livro *A ideologia alemã*:

As ideias [...] da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 1999, p. 72; grifos no original)

”

Entende-se, com base no trecho citado, que a classe dominante dispõe não apenas dos meios de produção necessários para o processo produtivo da vida material, mas também dos “meios de produção espiritual” que dizem respeito à elaboração não só das ideias difundidas em uma sociedade, mas das representações, valores e ideologias. Isso quer dizer que a classe dominante controla também as instâncias não econômicas relacionadas ao âmbito da arte, da política, do direito, entre outras e que correspondem à esfera superestrutural. Esta, conforme vimos anteriormente, é condicionada pelas “relações materiais dominantes”, ou seja, pela base econômica ou infraestrutura. O que isso significa quando se trata de pensar as relações de classe? O sociólogo Márcio Naves (2000, p. 36-37) nos dá a resposta:



[...] se uma determinada classe é dominante economicamente, se ela é a “força material” dominante, então ela será, necessariamente, também dominante no âmbito da superestrutura, isto é, será a “força espiritual” dominante. Isso significa que o controle dos meios de produção materiais implica o controle dos meios de produção espirituais”, acarretando assim a submissão da classe despojada desses meios à classe que possui esses meios à sua disposição.

Nesse sentido, as ideias, os conceitos e as representações difundidas pela classe dominante de cada período histórico e pelos seus ideólogos são apresentadas como se fossem “verdades eternas”, imutáveis e as únicas válidas, com o objetivo de impedir que sejam transformadas ou extinguidas (NAVES, 2000). Desse modo, as relações sociais necessárias para a própria existência dessa classe dominante são naturalizadas, por exemplo, as relações de dominação e exploração, como se estas não fossem historicamente determinadas.

Além desse caráter de “verdade eterna”, a classe dominante apresenta não apenas as suas ideias, mas os seus “interesses particulares de classe (dominante) como sendo o interesse do conjunto da sociedade, e as suas relações de dominação como a expressão da vontade geral obtida consensualmente” (NAVES, 2000, p. 36). Porém, esses interesses de classe não são os do conjunto da sociedade, mas, como o próprio nome diz, são os de uma “classe”; como tampouco as relações de dominação expressam uma vontade do conjunto da sociedade obtida

por meio de um consenso favorável a elas, mas sim a imposição de um domínio que tem como um dos seus fundamentos a divisão da sociedade em classes.



Exemplificando

A distribuição desigual da riqueza e da renda pode ser tomada como exemplo de um fenômeno apresentado como resultado de um determinismo econômico sobre o qual é impossível ou difícil intervir; nesse caso, a concentração da renda em uma pequena parcela da população pode ser tomada pelo senso comum como irreversível (uma “verdade eterna”), cuja consequência é a aceitação e naturalização da desigualdade social que favorece a classe dominante. No entanto, conforme explica o sociólogo Clemente Ganz Lúcio (2016), a distribuição da riqueza e da renda é uma construção histórica e, portanto, política. A forma pela qual os governos decidem tributar os rendimentos e a riqueza (por exemplo, as fortunas) é uma decisão política que incide diretamente sobre os níveis de desigualdade social, cujo surgimento e causa estão relacionados com o modo pelo qual a renda e a riqueza de um país são produzidas e distribuídas. Na sociedade capitalista, esta produção e distribuição não são igualitárias devido à própria existência das classes sociais, cujas relações são caracterizadas pela exploração e dominação.



Assimile

De acordo com a definição do Departamento Intersindical de Estudos de Estatística e Socioeconômicos (DIEESE, 2012, p. 324), o conceito “desigualdade” significa a distribuição não igualitária de algum tipo de recurso entre os membros de uma comunidade (indivíduos, famílias ou grupos sociais). Entendendo por recurso não apenas a renda, mas também um determinado tipo de propriedade (como imóvel urbano ou terra rural), consumo de bens, saúde, educação, poder político, entre outros. Porém, como em uma sociedade capitalista o acesso ao consumo de mercadorias ocorre especialmente por meio do dinheiro, nela a desigualdade de renda é central, inclusive porque a distribuição da renda está intimamente associada à distribuição de bens, no seu sentido amplo, e de poder.

A medição da desigualdade pode ser feita com base nos censos, nas pesquisas domiciliares ou na declaração do Imposto de Renda. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

(PNAD) relacionados à **renda domiciliar per capita**, em 2009, os 10% mais ricos no Brasil absorviam 43% do total da **renda** (DIEESE, 2012). Já o estudo realizado pela Secretaria de Política Econômica, com base nos dados do Imposto de Renda de 2015/2014 de uma amostra de 26,7 milhões de pessoas (de um total de 101 milhões), constatou que: 8,4% da população se apropriam de 59,4% da **riqueza** no Brasil; os 5% mais ricos detêm 28% da renda total e da riqueza; o 1% dos declarantes mais ricos detêm 14% da renda e 15% da riqueza; enquanto 0,1% dos mais ricos (26,7 mil pessoas) que se encontram no topo da pirâmide, detêm 6% de toda a renda e riqueza daqueles que declararam o imposto de renda, estes ganham 6.100% a mais que a renda média dos declarantes e um volume de riqueza 6.450% superior à média dos últimos citados. (BRASIL, 2016, p. 14-15). A desigualdade social expressa nesses dados pode ser ainda maior, considerando, entre outros fatores, que neles não estão incluídos 75 milhões de brasileiros não declarantes do imposto de renda porque têm renda muito baixa (LÚCIO, 2016).

Assim explicam Marx e Engels (1999, p. 74):



Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas.

As relações de dominação e o papel do Estado

A segunda noção refere-se à classe dominante como aquela que domina politicamente por meio do exercício do poder de Estado. Ao exercer esse poder, essa classe assegura a manutenção e a reprodução da exploração e da sua dominação (BOTTOMORE, 2012) que, no modo de produção capitalista, corresponde à dominação de classe burguesa.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. (MARX; ENGELS, 1999, p. 98)

É importante perceber que a forma política do domínio exercido por essa classe está articulada com as relações de produção dominantes em uma sociedade. Em outras palavras: “[...] a determinadas relações de produção dominantes deve corresponder uma certa forma política de domínio de classe” (NAVES, 2000, p. 38).

Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1996, p. 12) afirmam:

A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia.

Dito isso, é possível compreender que para a classe dominante, o Estado torna-se a forma de domínio, por meio da qual ela consegue assegurar e fazer prevalecer os seus “interesses comuns” (MARX; ENGELS, 1999, p. 98). O caráter “comum”, de acordo com a explicação de Naves (2000, p. 38), cumpre dois papéis importantes: 1º) ele permite que o Estado defenda os interesses do conjunto da classe dominante, ainda que para alcançar esse objetivo tenha, em determinados momentos, de sacrificar os interesses específicos de alguma fração ou membro da classe dominante; 2º) ele possibilita apresentar os interesses da classe dominante como interesses de toda a sociedade, como se tivessem um caráter público (e não privado) e, desse modo, faz com que o exercício do poder político pela classe dominante apareça como se fosse algo impessoal de uma pessoa jurídica, destituído de qualquer ideia que o caracterize como uma dominação de classe.

No entanto, por trás dessa representação do Estado, segundo a qual ele aparece como representante do interesse geral da sociedade, esconde-se a verdadeira função dele, qual seja:



[...] ao garantir a propriedade dos meios de produção, o Estado já garante por força desse ato mesmo, a posição de domínio da classe que é titular dessa propriedade. Desse modo, o domínio da burguesia sobre a classe operária, no âmbito de cada unidade produtiva, estende-se imediatamente para o domínio da política, como o domínio do conjunto da classe burguesa sobre a classe operária. (NAVES, 2000, p. 38)

O Estado é, nesse sentido, concebido pela teoria marxista como instrumento da classe dominante (BOTTOMORE, 2012). Uma vez que as contradições de classe provocam conflitos caracterizados pelo seu caráter inconciliável, a existência do Estado torna-se uma exigência, uma necessidade, pois ele atua procurando conter os antagonismos de classe e a conservação da dominação de classe da burguesia (NAVES, 2000).

O Estado, para conter esses conflitos e preservar o modo de produção, atua não apenas pelo uso da força e dos aparatos repressivos, mas também por meio da difusão de ideologias. Em uma sociedade de classes, a ideologia dominante corresponde à ideologia da classe dominante, que por meio do Estado tem assegurada uma dominação ideológica. Nas palavras de Mandel (1982, p. 23):



Para consolidar a dominação de uma classe sobre outra, é portanto absolutamente indispensável que os produtores, membros da classe explorada, sejam levados a aceitar como inevitável, permanente e justa a apropriação por uma minoria do sobreproduto social. Eis porque o Estado não desempenha apenas a função de repressão, mas também uma função de integração ideológica.

Talvez você esteja perguntando: o que é a ideologia? No interior do marxismo há um extenso e polêmico debate sobre o conceito de ideologia (GALVÃO, 2007). Em Marx, o conceito de ideologia tem uma conotação crítica e negativa, na medida em que é definido como um ocultamento da realidade, que distorce e representa de modo errôneo as contradições presentes na realidade, servindo,

assim, aos interesses da classe dominante (BOTTOMORE, 2012). Posteriormente, porém, Lenin (1870-1924), pensador marxista russo, atribui um sentido diferente e não pejorativo à ideologia, ao concebê-la “[...] como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LÖWY, 2002, p. 12); concepção que permite pensar na existência de uma ideologia proletária.

A ideologia enquanto conjunto de ideias, representações, valores, está presente em todas as atividades dos homens e, segundo Marta Harnecker (1984), tem como função assegurar uma determinada relação dos indivíduos entre si e suas condições de existência, adaptando-os às suas tarefas fixadas pela sociedade. Embora pertença à superestrutura, a ideologia está presente também em outras esferas da sociedade, assegurando a coesão dos indivíduos nos seus papéis, nas suas funções e nas suas relações (HARNECKER, 1984).

Nesse sentido, para um melhor entendimento do significado da dominação ou integração ideológica exercida pelo Estado, conforme mencionamos, cabe reter três aspectos fundamentais relacionados ao conceito de ideologia:

1) a ideologia não é neutra: exprime posições de classe; 2) as ideologias das classes dominantes influenciam as ideologias das classes dominadas; 3) a ideologia das classes dominantes é incorporada pelas classes dominadas – a despeito de contrariar seus interesses – na medida em que [...], alude ao real ao mesmo tempo em que oculta interesses de classe, conseguindo, por isso, iludir as classes dominadas. (GALVÃO, 2007, p. 36)



Refleta

Se a ideologia exprime posições de classe, não sendo, portanto, neutra, quais ideologias presentes na sociedade podem ser identificadas como próprias das classes dominantes e quais seriam as ideologias das classes dominadas? Refleta e encontre alguns exemplos!



David Harvey (2008), no livro *O neoliberalismo: história e implicações*, argumenta que no processo de implantação do neoliberalismo na Inglaterra, a primeira ministra, Margareth Thatcher, adotou um ataque ideológico implacável a todas as formas de solidariedade social existentes na sociedade inglesa, por meio da difusão de ideias favoráveis ao individualismo, à responsabilidade individual, à propriedade privada etc. Com isso, ela almejou acabar com as políticas do Estado de bem-estar social consolidado a partir de 1945 naquele país.

Quais ataques ideológicos estariam em curso atualmente na sociedade? Quais são os seus principais difusores e a quais interesses de classe eles buscam atender? Considerando que o funcionamento dos meios de comunicação é regulado pelo Estado, eles também podem atuar como instrumentos da dominação ideológica?

Pois bem, à luz da discussão realizada até aqui, é importante ressaltar dois pontos importantes que dizem respeito às relações de classes. O primeiro deles refere-se à relação entre o Estado, classe dominante e classe dominada. O fato de o Estado ter como função assegurar o domínio da classe dominante, não significa que ele, no modo de produção capitalista, não contemple certos interesses das outras classes ou frações no âmbito das diferentes políticas (sociais, econômicas, culturais etc.) que são implementadas. Contudo, quando esses outros interesses são atendidos, o são de um modo que não altera a natureza de classe do Estado e, nesse sentido, as relações de dominação e exploração próprias do capitalismo.

Para o pensador marxista Nicos Poulantzas (1977), o “Estado Capitalista” comporta nas suas próprias estruturas algumas condições que lhe permitem, “dentro dos limites do sistema”, assegurar certa garantia dos interesses econômicos de algumas classes dominadas. Não se deve esquecer, contudo, que essa garantia é imposta ao Estado pela “luta política e econômica das classes dominadas” (POULANTZAS, 1977, p. 186). Essa garantia, segundo o autor, faz parte da própria função do Estado, na medida em que ela seja compatível com a “dominação hegemônica das classes dominantes”; por isso, o atendimento de alguns desses

interesses não pode ser concebido como uma “limitação do *poder político*” dessas classes, já que não o coloca em questão. De acordo com a explicação de Poulantzas (1977, p. 186):

A luta de classes nas formações capitalistas implica em que essa garantia, por parte do Estado, de interesses econômicos de certas classes dominadas está inscrita, *como possibilidade* [...]. Essa garantia visa precisamente a desorganização política das classes dominadas, e é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes em uma formação em que a luta propriamente política das classes dominadas é possível.

A possibilidade de atender a tais interesses corresponde, para o autor, a uma característica “particular” do Estado capitalista, devido à autonomia relativa da instância política em relação à instância econômica no capitalismo. No capitalismo, uma reivindicação econômica das classes dominadas não necessariamente atinge a dominação política das classes dominantes; ao contrário do que poderia ocorrer nas sociedades anteriores à capitalista, nas quais uma reivindicação econômica das classes dominantes representava quase sempre uma reivindicação política, por exemplo, a revogação de um privilégio (POULANTZAS, 1977).

No caso do Estado capitalista, a autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando mesmo, eventualmente o poder econômico das classes dominantes, restando em caso de necessidade a sua capacidade de realizar os seus interesses econômicos a curto prazo, na única condição, porém – tornada *possível* nos casos do Estado capitalista -, de que o seu poder político e o aparelho de Estado permanecem intactos. (POULANTZAS, 1977, p. 186)

O segundo ponto a ser destacado sobre as relações de classe diz respeito às alianças de classe. Conforme vimos na seção anterior, as classes sociais estão segmentadas por camadas ou frações que apresentam interesses específicos. Nesse caso, a referência

à burguesia como classe dominante não significa que ela seja uma classe homogênea, mas sim nela estão presentes diversas frações burguesas (como a fração da burguesia nacional, a fração da burguesia financeira etc.), dotadas de interesses próprios e, por isso, de contradições internas, embora estas sejam secundárias em relação ao que as une: a contradição entre burguesia e proletariado. Do mesmo modo, a referência à classe operária ou, num sentido mais amplo, à classe trabalhadora, abarca também segmentações internas denominadas pelos termos camadas e frações de classe.



Pesquise mais

Para uma análise sobre as classes e frações, ver o artigo de autoria do cientista político Armando Boito Jr. sobre a atual crise política brasileira.

Pesquise mais em: BOITO JR. Armando. A natureza da crise política brasileira. **Le monde diplomatique**, n. 104, mar. 2016.

Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/a-natureza-da-crise-politica/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Essas especificidades das classes sociais são importantes para o entendimento das relações estabelecidas entre elas e no posicionamento assumido pelas suas frações e camadas nos processos políticos e nos conflitos desencadeados em determinadas conjunturas políticas. As diferentes classes e frações podem, de acordo com a conjuntura política, estabelecer uma aliança entre suas forças sociais com a finalidade de alcançar um interesse comum. De acordo com a definição do cientista político Armando Boito (BOITO JR, 2012, p. 72): “A aliança reúne classes ou frações de classe que agem, cada qual, organizada de modo independente, com base em um programa político próprio, e que estabelecem um programa mínimo comum”.

Nesse sentido, a aliança se trata de uma “união temporal” que apresenta uma “unidade” (HARNECKER; URIBE, 1974, p. 5; tradução livre) no sentido de levar a cabo ações ou uma luta pelo atendimento dos seus interesses comuns. Porém, como se trata de classes ou frações diferentes, essa aliança também apresenta

contradições que podem, num futuro, produzir uma ruptura ou a sua superação. Em outros casos, a aliança pode se dar entre frações e camadas de classe que têm um mesmo interesse de classe e, por isso suas contradições internas são menores.

O entendimento das alianças de classe permite uma compreensão das relações, ações e alianças estabelecidas pelas diferentes classes, frações e camadas nos processos políticos e sociais de determinada conjuntura. Ele permite identificar porque, em determinadas conjunturas políticas e econômicas, alianças são estabelecidas, momentaneamente, em defesa de um interesse comum imediato, por certos setores da sociedade.



Exemplificando

Para exemplificar, a fração da burguesia interna pode estabelecer uma aliança com a classe operária contra uma política de diminuição das taxas de importação como parte de uma política de abertura do mercado nacional. Se o interesse comum, nessa aliança, é impedir a adoção de uma política econômica de redução das tarifas aduaneiras, a burguesia interna tem como interesse de classe não ser afetada pela concorrência dos produtos estrangeiros, enquanto o interesse de classe do proletariado é justamente assegurar a manutenção dos seus empregos que podem ser eliminados com uma crise na indústria nacional.

Portanto, com base na análise das relações de classe desenvolvida nessa seção, expusemos os traços principais das relações entre classe dominante e dominada no modo de produção capitalista. Procuramos demonstrar as especificidades da exploração e da dominação exercidas no capitalismo, como também a função do Estado como moderador do conflito de classes e, ao mesmo tempo, o seu papel na concretização da dominação ideológica da classe dominante. Por último, discutimos as alianças estabelecidas entre classes e frações de classe em determinadas conjunturas, procurando explicitar a complexidade das relações de classe nos processos políticos.

Sem medo de errar

Após ter supostamente desenvolvido uma pesquisa para verificar a validade da designação atribuída ao Brasil como um *país de classe média*, você teria percebido pelos dados coletados a grande desigualdade social existente na sociedade brasileira devido à sua alta concentração de renda. Com base nessa observação, você teria procurado identificar alguns elementos indicativos da relação entre essa concentração de renda e a estrutura de classes, a fim de responder se de fato somos um país de classe média. Além disso, tendo em vista que o Brasil se caracteriza como um país capitalista periférico, você deve indicar como se configuram as relações entre a classe dominante e a classe dominada em uma sociedade capitalista.

Embora a desigualdade social refira-se à distribuição não igualitária de algum tipo de recurso entre os membros da sociedade, por exemplo, o tipo de propriedade e o acesso a bens e serviços (como saúde e educação), a desigualdade de renda possui uma centralidade na sociedade capitalista, porque é principalmente por meio do dinheiro que se tem acesso às mercadorias e aos serviços. A sua pesquisa pode indicar, então, que a desigualdade está relacionada com o modo pelo qual a renda e a riqueza de um país são produzidas e distribuídas. Nesse caso, fundamentando-se na teoria marxista das classes sociais, dentre outras concepções analíticas, você pode compreender que em uma sociedade capitalista a desigualdade está relacionada com a própria existência das classes sociais que podem ser divididas, em um sentido amplo, entre classe dominante e classe dominada, sendo que as relações estabelecidas entre ambas caracterizam-se pela exploração e dominação exercida pela primeira sobre a segunda.

Considerando o fato de o Brasil ser um país capitalista periférico a desigualdade social está também presente nele; os dados sobre a concentração de renda e riqueza coletados ao longo da sua pesquisa lhe dão uma dimensão da magnitude dessa desigualdade, das relações de classes e uma aproximação da configuração da estrutura de classes da sociedade brasileira. Especialmente

as informações do estudo realizado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2016), com base na declaração do imposto de renda (2015-2014), confirmam o acentuado grau dessa concentração, afinal: 8,4% da população se apropria de 59,4% da riqueza no Brasil; os 5% mais ricos detêm 28% da renda total e da riqueza; o 1% dos declarantes mais ricos detêm 14% da renda e 15% da riqueza; enquanto 0,1% dos mais ricos ganham 6.100% a mais que a renda média dos declarantes e possuem um volume de riqueza 6.450% superior à média destes últimos (BRASIL, 2016, p. 14-15).

Diante dessas informações, você pode buscar dados relativos às pessoas que podem ser consideradas como parte da classe dominada no país, considerando como classe dominada um conjunto heterogêneo de classes sociais que se diferenciam entre si quanto ao trabalho (manual ou não manual) e às atividades (execução ou supervisão) que realizam, às condições de venda da sua força de trabalho, entre outros aspectos. Embora você possa ter claro que as classes sociais não são determinadas unicamente pela posição no processo de produção, os dados encontrados sobre a composição ocupacional, segundo a faixa de remuneração, lhe apontam pistas para uma compreensão introdutória da estrutura de classes no país. O que chama a atenção, com base nesses dados, é a expansão entre os anos de 2000 e 2009, da porcentagem de trabalhadores em ocupações com rendimentos de até 1,5 salário mínimo. Nesse último ano, eles representavam 47,8% do total da força de trabalho ocupada no Brasil, quase metade do total das ocupações existentes. Em contrapartida, houve um decréscimo das ocupações com salários acima de três salários mínimo.

Esse conjunto de informações lhe possibilita contestar a noção do Brasil ser um país de classe média, pois como vimos, teria crescido no país um segmento social que pode ser muito mais identificado à classe trabalhadora; tratam-se de trabalhadores expostos, provavelmente de modo ainda mais intenso, à exploração, já que suas condições de trabalho são precárias, os seus contratos temporários, os seus salários muito baixos, entre outros aspectos; eles ocupam praticamente a base da pirâmide

social (estando abaixo deles apenas as pessoas que trabalham sem remuneração) e estão do lado oposto ao da parcela mais rica da população, que concentra a maior parte da riqueza e da renda total do país.

Essa caracterização geral permite estabelecer uma relação entre cada um desses segmentos como ilustrativos, respectivamente, da configuração em uma sociedade capitalista da classe dominada e da classe dominante, cujas relações pautam-se em uma contradição estrutural decorrente das diferentes posições que cada uma delas ocupa na estrutura produtiva. Enquanto a classe dominante detém a posse e o controle dos meios de produção, a classe dominada é composta por um conjunto de classes sociais heterogêneas que, em sua grande parte, dispõe apenas da sua força de trabalho, a ser oferecida no mercado como qualquer outra mercadoria, em troca de um salário que lhe garanta os meios necessários para a sua subsistência. No capitalismo, portanto, a relação entre a classe dominante e a classe dominada pauta-se na exploração e na dominação política que a primeira exerce sobre a segunda, pois a classe que domina economicamente é também dominante na esfera política. Conforme vimos, a distribuição desigual da riqueza e da renda geradas em uma sociedade tem como consequência não apenas uma desigualdade econômica e social, relacionada ao acesso a uma propriedade, a bens e serviços, mas também ao poder político.

Faça valer a pena

1. No livro *O Capital*, Karl Marx (1988, p. 181) afirma:



O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir

os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção [...]. É claro, entretanto, que se numa formação sócio-econômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho no próprio caráter da produção.

Com base na afirmação do trecho citado, é correto afirmar que:

- a) O trabalho excedente é uma característica peculiar do modo de produção capitalista.
- b) O trabalho excedente realizado pelo trabalhador livre, que não dispõe dos meios de produção, é inerente a todos os modos de produção.
- c) As relações de classe estabelecidas entre classe dominante e classe dominada, no modo de produção capitalista, visam à eliminação do trabalho excedente.
- d) A necessidade ilimitada de mais-trabalho é intrínseca a qualquer processo de produção, por isso a exploração dos trabalhadores ocorre em todos os modos de produção.
- e) Nas sociedades, em que o valor de troca dos produtos tem uma predominância em relação ao valor de uso dos produtos, o mais-trabalho não é limitado ao atendimento de algumas necessidades, por isso, a exploração do trabalhador pode ser ainda maior.

2. No livro *A ideologia alemã*, Karl Marx e Friedrich Engels afirmam que as ideias da classe dominante são, em cada período histórico, as ideias dominantes em uma sociedade. Para o estudioso marxista, Márcio Naves (2000, p. 36), essa célebre frase dos autores reafirma o “[...] o princípio da determinação da superestrutura pela base econômica”.

Considerando a frase de Marx e Engels, como também a afirmação de Márcio Naves, analise as afirmações a seguir:

- I. Uma classe dominante na esfera da infraestrutura é necessariamente dominante no âmbito da superestrutura.
- II. O controle dos meios materiais de produção exercido por uma classe dominante implica o controle dos meios de produção e difusão das ideias.
- III. As ideias dominantes em cada época histórica são a expressão das relações materiais dominantes.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II, III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.

3. Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1996, p. 12) afirmam: "A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia" burguesia".

Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir referentes à concepção marxista sobre o Estado e as relações de classe.

() O Estado tem a função de representar os interesses gerais do conjunto da sociedade, independentemente da classe social à qual pertencem os indivíduos.

() Por meio do Estado moderno a burguesia conquistou autoridade política para a classe dominada.

() A integração ideológica é um dos papéis cumpridos pelo Estado, com a finalidade de possibilitar que a classe dominada aceite as relações de exploração exercidas pela classe dominante.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) F-F-F.
- b) V-F-V.
- c) V-F-F.
- d) F-F-V.
- e) V-V-V.

Seção 3.3

Lutas, conflitos e interesses de classes

Diálogo aberto

Nas duas seções anteriores, discutimos a definição de classes sociais e como se configuram as relações de classe na sociedade capitalista, segundo o pensamento marxista. Na última seção, em especial, especificamos a relação entre classe dominante e classe dominada e o caráter antagônico dessa relação devido à dominação e exploração exercidas por uma classe sobre a outra.

Nesta seção, discutiremos e ampliaremos nosso conhecimento sobre o conceito de luta de classes, conflito, interesses de classe e Estado.

Para compreender melhor esses conceitos e ideias, imagine que você tenha decidido compartilhar com um amigo as suas impressões a respeito da designação do Brasil como um país de classe média e as suas incertezas sobre a adequação dessa caracterização da nossa estrutura social. Para isso, você lhe explica que a sociedade é composta por diferentes classes, camadas e frações de classe, por isso o surgimento do termo classe média. O seu amigo fica em dúvida e lhe pergunta: ‘isso quer dizer que os membros dessas classes, camadas e frações de classe teriam diferentes interesses? Se assim for, cada uma delas pode entrar em conflito com as outras em nome dos seus próprios interesses? Em que circunstâncias elas podem se unir? Não há uma instância que possa representar a todas e evitar um conflito de classes? O que seria, então, a luta de classes? Como essas reflexões se aplicam à sociedade brasileira contemporânea?

Como você responderia às dúvidas do seu amigo?

Não pode faltar

O 18 Brumário de Luís Bonaparte

A discussão desta seção fundamenta-se em uma obra clássica das ciências sociais: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Nas duas seções precedentes, discutimos a análise marxista das classes sociais e das

relações estabelecidas entre estas, particularmente, entre a classe dominante e a classe dominada, caracterizadas como relações de exploração e dominação. Enquanto em algumas discussões anteriores destacamos as análises especialmente econômicas realizadas por Karl Marx sobre o funcionamento e as especificidades do modo de produção capitalista, aqui destacaremos a sua análise da política em uma situação histórica concreta. O destaque dado às análises econômicas em certas seções, correspondeu a uma forma de exposição utilizada com a finalidade de proporcionar uma melhor compreensão dos conteúdos discutidos, mas isso não significa que Marx tenha analisado de modo dissociado as esferas econômica e política, pois, ao contrário disso, na sua obra esses dois âmbitos da realidade estão intrinsecamente articulados.

O objetivo desta seção que encerra a terceira unidade é discutir os interesses de classe, os conflitos e a luta de classes, com base na história de uma formação social concreta, mais precisamente, nos acontecimentos que culminaram no golpe de Estado de 1851 na França, examinados por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Todos esses aspectos – interesses, conflitos e luta de classes – remetem a uma análise da política que, por um lado, não exclui ou está desvinculada de um entendimento da economia, ao contrário, uma vez que a política reflete as relações sociais de produção; por outro, ela envolve uma compreensão sobre o poder político e os interesses das diferentes classes, frações e camadas em uma dada formação social. E é essa análise da política e, especificamente, da luta política que Marx realiza naquele livro ao apresentar a teoria da luta de classes e a sua concepção de Estado, desvendando os interesses de classes existentes por trás da cena política francesa nos anos de 1848 a 1852.

Antes de adentrarmos nessa análise, cabe situar *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* no conjunto da obra de Marx. Este livro ocupa um lugar destacável ao lado das publicações *O Capital* e *O Manifesto Comunista*. Nesses três livros, encontram-se, segundo o sociólogo Octavio Ianni (2002, p. 11), “[...] as contribuições fundamentais do marxismo, particularmente quanto à interpretação do capitalismo. Além disso, aí a dialética acha-se aplicada em seus desenvolvimentos mais originais”.

Figura 3.1 | Barricada na Rua de Soufflot, em Paris, no dia 25 de junho de 1848



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=71217>>. Acesso em: 31.jul. 2017.

Além disso, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* compõe em conjunto com *A luta de classes* na França as obras históricas de Marx, nas quais são examinadas, não um modo de produção determinado, mas sim, com base no exemplo francês, conjunturas políticas específicas. Este trabalho foi escrito entre dezembro de 1851 – no mesmo mês em que Luís Napoleão Bonaparte desferiu sobre a França um golpe de Estado –, e fevereiro de 1852, ou seja, redigido “[...] sob a pressão imediata dos acontecimentos” (MARX, 2002, p. 13); sua publicação ocorreu em maio deste mesmo ano no primeiro fascículo da revista *Die Revolution* (A Revolução) (BOITEMPO, 2011; MARX, 2002). E, apesar das dificuldades que a dinâmica dos fatos impõe para uma análise das conjunturas políticas ainda em curso, Marx conseguiu, segundo Engels (2011), expor de modo conciso e com magistralidade uma análise sobre o golpe, que foi observado por todos com assombro sem ser compreendido por ninguém: “Essa compreensão eminente da história viva em curso, essa clarividência em relação aos fatos no momento em que ocorrem, é de fato ímpar” (ENGELS, 2011, p. 21) .

Para compreendermos o significado das contribuições desse livro, discutiremos primeiramente a concepção marxista dos termos conflitos, interesses e luta de classes.

Lutas, conflitos e interesses de classe

A análise de Marx sobre as lutas de classes tomou o caso francês como exemplo, porque elas se desenvolveram de modo mais nítido e intenso nesse país que em outros. Além desse aspecto relacionado à França, Engels ressalta que Marx pôde, ao analisar os acontecimentos políticos franceses, colocar à prova a sua descoberta da luta de classes como o motor da história, ao mesmo tempo em que esse descobrimento lhe proporcionou a chave para a compreensão da história francesa entre os anos de 1848 e 1852 (ENGELS, 2011).

O que se entende por luta de classes? Todo confronto ou conflito pode ser considerado como luta de classes? O que significam conflito e interesses de classe? Vejamos mais detidamente esses conceitos.

Você deve se lembrar, conforme vimos na Seção 1.1, que para a perspectiva marxista o **conflito de classes** tem uma origem estrutural decorrente do modo pelo qual a sociedade está organizada, ou seja, da sua divisão social em classes. Estas se diferenciam fundamentalmente entre os donos dos meios de produção e os produtores diretos que, por ocuparem posições antagônicas nas relações sociais de produção, defendem interesses irreconciliáveis que as levam a entrar em conflito. A **contradição** é o conceito que qualifica esse conflito de classe, pois há uma tensão permanente entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores (GALVÃO, 2003), já que estes são submetidos à exploração do trabalho assalariado e às relações de dominação exercidas pelos primeiros.

Trata-se, nesse sentido, de um conflito caracterizado por uma contradição estrutural (e não ocasional ou momentânea) que para ser suprimida implica a eliminação das próprias classes sociais. Nesse sentido, ainda que em determinados contextos históricos o conflito de classes pareça não existir, ele na verdade se encontra latente ou mesmo velado por alianças e consensos estabelecidos

momentaneamente, uma vez que a contradição entre os interesses de classe segue existindo (GALVÃO, 2003).

Os **interesses de classe**, segundo a explicação de Marta Harnecker (1984), correspondem a interesses estratégicos de longo prazo e se diferem dos interesses espontâneos imediatos relacionados a melhorias econômicas nas condições de vida, assegurados, geralmente, por meio de reformas que não alteram as relações de exploração e, conseqüentemente, a estrutura social. Desse modo, os interesses de classe de cada uma das classes fundamentais não são simplesmente diferentes, mas sim antagônicos e apresentam um caráter estratégico na medida em que visam a objetivos políticos opostos. Nas palavras de Harnecker (1984, p. 179, tradução livre)

O interesse estratégico da classe dominante é perpetuar a sua dominação, o da classe dominada é destruir o sistema de dominação. O interesse estratégico do proletariado, por exemplo, é destruir o sistema de produção capitalista, origem de sua condição de explorado, destruindo aquilo que é seu fundamento: a propriedade privada dos meios de produção.



Refleta

Na definição de “interesses de classe” proposta por Marta Harnecker há uma separação entre economia e política, já que os interesses voltados para a satisfação de necessidades econômicas não são considerados como interesses de classe, isto é, estratégicos, políticos. Economia e política estariam realmente separadas? Interesses econômicos imediatos não teriam uma relação com a política? O tratamento dado à política como uma esfera a parte da economia não esvaziaria o seu próprio significado e a sua relação com outras dimensões da realidade social?

É importante perceber, desse modo, que embora em determinadas conjunturas a classe dominante e suas frações de classe estabeleçam pactos ou acordos passageiros que afetem os seus interesses imediatos, elas o fazem em nome da preservação da sua posição de classe e, portanto, dos seus interesses estratégicos.

Na primeira seção deste livro, vimos também uma definição genérica do conceito **luta de classes**, segundo a qual, “denomina-se LUTA DE CLASSE o enfrentamento que se produz entre duas classes antagônicas, quando estas lutam pelos seus interesses de classe” (HARNECKER, 1979, p. 22; caixa alta no original; tradução livre). Iremos, aqui, expor de modo mais detido as complexidades desse conceito, para que você possa conhecer o sentido estrito e o sentido amplo, atribuídos a ele pela teoria social marxista.

O conceito de luta de classes, de acordo com Andréia Galvão (2011), caracteriza-se pelo seu caráter controverso no interior do marxismo devido à separação feita por Lênin (com base na interpretação que este faz do livro *O Manifesto Comunista*) entre uma luta política e luta sindical; enquanto a primeira visaria a uma transformação do modo de produção capitalista, a segunda reivindicaria melhorias nas condições de trabalho, não se direcionando necessariamente contra o capitalismo (GALVÃO, 2011).

Luta de classes no sentido restrito refere-se, assim, à ação política pela conquista do poder, nesse caso o uso desse conceito caberia somente quando a reprodução do modo de produção (capitalista) estivesse ameaçada (GALVÃO, 2011). É esse o sentido contido na frase introdutória de *O manifesto comunista*: “A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1996, p. 9). Nela os autores expressam a passagem de um modo de produção a outro (por exemplo, do feudalismo para o capitalismo) como resultado da luta política entre as classes sociais, ou seja, da luta de classes. Por meio desta, uma determinada classe conquistou o poder político e consolidou um novo modo de organização da sociedade, com suas respectivas relações de produção e forças produtivas. A luta de classes, assim compreendida, tem uma importância fundamental para o marxismo, uma vez que a ocorrência dela no interior do capitalismo teria como resultado a transição para uma sociedade sem classes, isto é, para o socialismo (BOTTOMORE, 2012).

De acordo com esse entendimento da luta de classes nem todo enfrentamento ou conflito entre as classes pode ser denominado como luta de classes. Marta Harnecker (1984) argumenta que, de acordo com esse sentido restrito, não se pode designar como

lutas de classes os conflitos desencadeados pelos trabalhadores contra os patrões em um país ou mesmo pelo conjunto da classe trabalhadora contra o conjunto dos capitalistas, se esses conflitos forem motivados por interesses econômicos imediatos; no limite tais conflitos podem ser considerados como uma forma embrionária, germinal, de uma luta de classes. Esta, no seu sentido estrito, refere-se às lutas que mesmo voltadas para interesses econômicos imediatos, estejam conectadas com os interesses estratégicos de uma determinada classe e que consistam na tomada do poder político. As condições para que se produza uma luta de classes no sentido estrito implicam, portanto, que as lutas:

[...] ainda que defendam os *interesses imediatos* desse grupo de trabalhadores, esteja conectada à luta organizada da classe pela realização dos seus interesses de longo prazo, quer dizer, à luta pela conquista do poder político para conseguir a partir daí destruir a sociedade capitalista e construir a sociedade socialista. (HARNECKER, 1984, p. 195; grifos da autora; tradução livre)

No entanto, a luta de classes também pode ser definida em um sentido amplo, englobando os conflitos motivados pela “*situação de classe das classes exploradas*”, mas que não questionam o sistema de exploração propriamente dito (HARNECKER, 1984).



Assimile

O conceito de luta de classes é definido por Marta Harnecker (1984, p. 195; caixa alta no original; tradução livre) com um sentido estrito e outro amplo, conforme descritos, respectivamente, a seguir:

Denominaremos LUTA DE CLASSES o enfrentamento que se produz entre duas classes antagônicas quando estas lutam, não exclusivamente pelos seus interesses imediatos, senão pelos seus interesses de longo prazo, quer dizer, pelos seus interesses de classe.
Denominaremos LUTA DE CLASSES em um sentido amplo todos os enfrentamentos que se produzem entre duas classes antagônicas.

De acordo com Andréia Galvão, é possível encontrar em outros textos de Marx nuances que permitem definir a luta política de modo mais amplo, não se restringindo somente à tomada do poder. Além da luta política revolucionária, é possível delinear a luta reformista, por exemplo, pela democracia e pela ampliação dos direitos, como outra forma de luta política. Na interpretação de Galvão, Marx propõe uma imbricação entre luta política e luta econômica, pois se a luta dos trabalhadores é pela melhoria das suas condições econômicas, tais lutas podem, dependendo das orientações político-ideológicas das organizações à frente dos trabalhadores, afetar os interesses de classe da burguesia e se articularem às lutas pelo socialismo.



Exemplificando

Um exemplo dado por Andréia Galvão de lutas que produziram impactos políticos e poderiam se somar a uma luta política revolucionária, mesmo não tendo questionado em um primeiro momento o capitalismo, seriam as lutas pela ampliação/criação de determinados direitos. Nas palavras da autora (GALVÃO, 2011, p. 115):



Quando se analisam as lutas conduzidas nos séculos XIX e XX, é possível perceber que mesmo as ações que não colocam em xeque a reprodução do modo de produção capitalista (isto é, que não ameaçam a sobrevivência da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado) produzem um impacto político. A luta pela ampliação dos direitos políticos e pela criação de direitos sociais e trabalhistas constitui um desses momentos.

À luz da discussão desses conceitos passemos a discutir a análise realizada por Marx do golpe de Estado em 1852, na França, a qual demonstra justamente os interesses das classes e frações de classe no desenrolar dos acontecimentos políticos que precederam e possibilitaram o início do bonapartismo.

O bonapartismo

Para uma melhor compreensão sobre o surgimento do bonapartismo e do golpe de Estado dado por Luís Bonaparte cabe contextualizar brevemente os acontecimentos políticos mais importantes que o antecederam. O nosso ponto de partida é a revolução de fevereiro de 1848, desencadeada contra a Monarquia de Julho (1830-1848). Esta, durante a sua vigência, “[...] representou uma apropriação privilegiada do Estado pela aristocracia financeira” (SADER, 1993, p. 95), pois assegurou a esta fração da burguesia francesa a reprodução dos juros do capital (SADER, 1993), ao mesmo tempo em que tornou o Estado cada vez mais dependente dos empréstimos que ela lhe fazia a juros altos.

Em contrapartida, apesar do grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas na França, a burguesia industrial não era a fração hegemônica no interior do Estado, mas sim um “apêndice do capital financeiro” (SADER, 1993). A expansão da revolução burguesa estava entravada pelo domínio da aristocracia financeira (SADER, 1993), o que levou a burguesia industrial a conformar uma aliança com os operários, a pequena burguesia e o campesinato com o objetivo político imediato de derrubar a monarquia.

Atenção! Perceba aqui um exemplo de aliança estabelecida entre classes opostas (a burguesia industrial e o proletariado) visando a um objetivo político imediato – a queda da monarquia – almejado por ambas, mas de acordo com interesses de classes específicos: enquanto a burguesia industrial visava consolidar o capitalismo e assegurar o seu domínio no âmbito do Estado, o proletariado visava instaurar uma República social, que estabelecesse, por exemplo, o direito ao trabalho (BUONICORE, 2013a). Conforme os fatos posteriores dessa revolução confirmam, essa aliança entre classes antagônicas não eliminou os interesses estratégicos de cada uma delas (expressos através dos seus respectivos partidos e agrupamentos políticos), e tampouco impediu a ocorrência de conflitos após a conquista daquele objetivo.

Com a derrubada da monarquia, foi constituído um governo provisório e proclamada a República. A revolução de fevereiro de 1848 tornou possível a consolidação do poder burguês, tendo à frente

a burguesia industrial. Segundo a explicação de Sader (1993, p. 66): “A República tinha um papel definido enquanto bandeira de ascensão burguesa: livrar o capital dos entraves estatais à sua circulação mais produtiva, criando as condições políticas para uma economia de mercado”. Em contrapartida, tão logo proclamada a República, as reivindicações do proletariado, que almejava a consolidação de uma República social, passaram a ser contestadas pelos republicanos burgueses.

A Assembleia Constituinte eleita poucos meses depois da revolução foi formada por uma maioria conservadora e os dirigentes do partido proletário afastados da cena política. Em resposta, o proletariado organizou a “Insurreição de junho” (1848), sendo violentamente reprimido pela república burguesa: ao lado desta,



[...] alinhavam-se a aristocracia fundiária, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpen proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio” (MARX, 2002, p. 29).

Republicanos e monarquistas estabeleceram, então, uma aliança para derrotar a insurreição de junho e as reivindicações do proletariado, como também os levantes de pequeno-burgueses ocorridos em junho de 1849; percebe-se, nesse caso, que não eram os valores republicanos ou a forma de governo que estavam em questão, pois se fossem seria impossível tal aliança (BOITO Jr., 2002). A aparente contradição existente na união desses dois grupos é desfeita por Marx ao analisar, de um lado, o projeto político defendido pelos partidos e agrupamentos políticos representantes das diferentes classes e frações de classe e, de outro, a prática política adotada por cada um deles. Marx desmistifica, assim, os conflitos que aparecem na cena política entre republicanos e monarquistas (e no interior destes), pois embora eles existam e se expressem por meio dos seus partidos e correntes de opinião, tais conflitos [...] ao mesmo tempo ocultam uma realidade mais profunda, a realidade da luta entre classes e frações de classe” (BOITO Jr., 2002, p. 132). Dito de outro modo, esses conflitos, embora fossem reais, dissimulam a luta de classes.

Por isso, na aliança contra o proletariado e os pequeno-burgueses o que interessava para republicanos e monarquistas eram os seus interesses de classe enquanto membros da burguesia, ou seja, a prática política de cada uma dessas frações da classe dominante era movida pela sua posição de classe (BOITO Jr., 2002). Assim, “os monarquistas aceitaram a República, enquanto essa se revelou adequada para a dominação burguesa” (BOITO Jr., 2002, p. 132).



Refleta

Para Marx, segundo o cientista político Armando Boito Jr. (2002), a cena política é o espaço da luta entre os partidos e organizações políticas, mas ela é uma realidade superficial, pois para compreendermos os verdadeiros interesses das classes e frações defendidos por essas organizações é necessário desmistificá-la, ou seja, despi-la dos seus próprios termos. Isso significa, conforme explica o autor, que é insuficiente uma descrição das siglas partidárias ou uma caracterização baseada nas distinções esquerda e direita, progressista e conservador, entre outros. A pergunta que deve ser feita para o entendimento profundo da cena política e, portanto, dos partidos e organizações políticas que nela atuam é: quais interesses de classe ou fração eles defendem e representam de fato?

Com base nessa argumentação: quais interesses de classe ou fração os partidos políticos brasileiros representam? E por quê? Você saberia identificar quais seriam esses interesses? Em que medida o discurso de cada um deles na cena política mascara, oculta ou revela de fato a quais interesses seus projetos políticos atendem? Você já tomou contato com os seus programas de governos? Já comparou esses programas e os seus discursos com as políticas e ações que os seus políticos efetivamente adotam no exercício do poder?

Nesse sentido, enquanto a forma de Estado monárquica correspondia aos interesses de uma fração da classe dominante (a burguesia financeira), a forma de Estado constitucional-republicana (democrática) constituída após a revolução de 1848 correspondeu “[...] ao interesse do conjunto da classe burguesa, podendo, assim, a totalidade das frações em que se divide a burguesia exercer em comum a sua dominação de classe” (NAVES, 2000, p. 75).

De acordo com a explicação de Emir Sader (1993, p. 96):



A Revolução de 1848 representa a cristalização do capitalismo na França, pela hegemonia do capital industrial que vai passar a coordenar as outras classes sociais em torno de si. Para tanto, ela vai encontrar no bonapartismo um modo de conciliar sua predominância nas relações de produção com uma forma de convivência com as outras classes sociais.

O que foi o bonapartismo? O que ele significa? Na seção anterior, discutimos a concepção marxista do Estado, segundo a qual, este é um instrumento da classe dominante e sua função é preservar as relações de dominação e exploração. Pois bem, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa uma forma de governo assumida pelo Estado, na França, em uma conjuntura política caracterizada por um intenso conflito de classe e na qual a classe dominante transfere o seu poder político, exercido por meio do poder legislativo, ao executivo, com a finalidade de preservar a sua dominação.

O bonapartismo é, segundo Sader (1993, p. 99), uma forma de governo no qual a relativa autonomia do Estado é ressaltada e este aparece desempenhando o papel de “unificador da sociedade como um todo”, ou seja, como representante do conjunto da sociedade. Essa forma de governo, embora apareça como estando acima da luta de classe e dos interesses de classe, corresponde a uma “[...] forma historicamente superior de apropriação do Estado pelas classes dominantes”, pela qual a burguesia abdica de exercer o poder político diretamente, transferindo-o, como no caso francês, para um déspota.

O bonapartismo, como forma de governo é, em geral, fruto: “1) da incapacidade das classes no poder de assumir as funções políticas como representantes do conjunto da classe dominante e em nome da sociedade; 2) da divisão e equilíbrio relativo entre os grupos dominantes” (SADER, 1993, p. 100). Isto é, o bonapartismo resulta do conflito de classes existente na sociedade e de uma crise no interior da classe dominante que, para preservar o seu poder, abandona a posse direta do Estado.

Em suas análises sobre a luta de classes na França, Marx demonstra que apesar da classe dominante preferir o exercício direto do poder político, através do Poder Legislativo, em certas condições políticas ela prefere “ceder o exercício do seu Poder Político ao Poder Executivo (SAES, 1998, p. 68; grifos do autor). Essas condições ocorrem quando a classe trabalhadora, participante do poder legislativo, ameaça transformar o regime parlamentar e pôr em risco a dominação de classe (SAES, 1998). Em outras palavras, a burguesia abandona a forma democrática de exercício do poder e abdica “[...] de exercê-lo diretamente, para desviar de si o centro da luta social [...]” (NAVES, 2000, p. 76).



Assimile

Segundo o *Dicionário de Política* (BOBBIO, 1998, p. 118):

O bonapartismo é a forma de governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o Parlamento, que no Estado representativo, criado pela burguesia, constitui normalmente o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garantia da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes. Na realidade, a autonomia do poder bonapartista com relação à classe burguesa dominante é, para Marx e Engels, pura aparência, se se atender ao conteúdo concreto da política por ele levada a efeito, uma política que coincide com os interesses econômicos fundamentais da classe dominante. Esta autonomia é, porém, real no nível da superestrutura, onde foi efetivamente desautorizado o órgão, Parlamento, através do qual se exprime o poder político da classe dominante.



Figura 3.2 | Cavalaria nas ruas de Paris, em 2 de dezembro de 1851



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5543025>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Essa forma de governo instalou-se na França com o golpe de Estado desferido, em 2 de dezembro de 1851, por Luís Bonaparte. Este depois de eleito presidente em dezembro de 1848, com o apoio dos monarquistas e, especialmente, dos pequenos camponeses que eram a massa do povo francês, propôs reformas na legislação eleitoral visando permanecer mais tempo no governo. Frente à oposição do Partido da Ordem (composto pelos monarquistas) que representava a maioria parlamentar (BUONICORE, 2013c), Luís Bonaparte dissolveu o Legislativo, prendeu os líderes partidários opositores e prolongou o seu mandato por 10 anos. Esse golpe de Estado, contou com o apoio da burguesia, que um ano depois apoiou a dissolução da República e o retorno ao Império, com a constituição do Segundo Império por Luís Bonaparte, que passou a ser chamado, então, como imperador Napoleão III. A República encontrava aqui o seu fim.

Tanto o golpe como o retorno da monarquia obtiveram também o apoio direto da classe mais numerosa da sociedade francesa, isto é, dos camponeses, cujos interesses de classe não se assemelhavam aos do proletariado e não eram necessariamente antagônicos aos da classe dominante. Na explicação de Marx (2002, p. 128-129):



“A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade.

A reivindicação desses camponeses era justamente o retorno do Império e a restauração da ordem social atingida pelos levantes operários de 1848.



Pesquise mais

Para um melhor entendimento da conjuntura política francesa, dos conflitos entre os partidos e agrupamentos políticos que representavam as diferentes classes e frações de classe entre 1848 e 1852, leia os artigos escritos pelo historiador Augusto Buonicore de um modo conciso e didático sobre essas temáticas, fundamentando-se, sobretudo, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Pesquise mais:

BUONICORE, Augusto. *Marx e o 18 Brumário de Louis Bonaparte*, 2013. Texto em quatro partes. Disponível em:

<<http://www.vermelho.org.br/noticia/212161-1>> (Parte 1).

<<http://www.vermelho.org.br/noticia/212162-9>> (Parte 2)

<<http://www.vermelho.org.br/noticia/213007-9>> (Parte 3)

<<http://www.vermelho.org.br/noticia/213008-1>> (Parte 4).

Acesso em: 14 de ago. 2017.

Em sua síntese sobre a forma de governo estabelecida por Luís Bonaparte, Sader (1993, p. 99; grifos nossos) argumenta:

O bonapartismo [...] enfatiza a tarefa de “unificação de todas as classes”. Para que este papel propriamente político se realize, é necessária uma nova forma de apropriação do Estado pelas classes dominantes; uma dominação mediada por uma forma de governo com predominância do Executivo sobre o Legislativo, aparentemente acima do corpo social, fora da sociedade. Ele representa, assim, uma *aparente abdicação do poder político pela burguesia*, quando se trata apenas de abandonar a posse direta do Estado, o que *não só não lhe retira o poder político na sociedade, como se torna requisito de sua manutenção*



Portanto, apesar do Estado assumir sob o bonapartismo a aparência de uma independência em relação à luta de classes e colocar-se a serviço da “unificação de todas as classes”, ele mantém e preserva a sua função de assegurar a dominação da burguesia e a reprodução do capital. Por fim, a importância da compreensão dessa forma de governo analisada por Marx, com base na luta de classes em meados do século XIX na França, encontra-se não só nos aspectos aqui tratados sob o Estado e o exercício do poder político no capitalismo, mas também na contribuição dessa análise para o entendimento de algumas conjunturas políticas em determinadas formações sociais.



Pesquise mais

Para um entendimento da análise do bonapartismo aplicada à realidade brasileira, sugerimos a leitura de dois textos:

1º) “Raízes ideológicas do lulismo”, escrito por André Singer (2012), cientista político e autor do livro “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”. Nesse artigo, o autor defende que houve um realinhamento eleitoral nas eleições de 2006, na medida em que o “subproletariado”, isto é, pessoas na faixa de renda mais baixa, tornaram-se a base social de apoio do governo Lula da Silva, a partir do seu primeiro mandato presidencial, assegurando-lhe a reeleição e uma “autonomia bonapartista”. De acordo com o autor: “[...] o lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo, as suas próprias formas de organização”. O subproletariado teria, então, como expectativa a existência de um “[...] Estado suficiente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida” (SINGER, 2009, p. 84).

2º) “O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer”.

Nesse texto o cientista político Armando Boito Jr. problematiza as teses defendidas por Singer e considera incorreto denominar a relação dos governos presidenciais petistas com o subproletariado de tipo bonapartista.

Pesquise mais:

SINGER, André. Raízes ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 85, p. 93 -102, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BOITO Jr. Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica marxista**. São Paulo, n. 37, p. 171-181, 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario51comentario51.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Sem medo de errar

Após ter tomado contato com o debate sobre a caracterização feita nos últimos anos do Brasil como *um país de classe média*, e ter desenvolvido, de certa maneira, uma pesquisa para conhecer a estrutura social brasileira, pedimos para que você se imaginasse compartilhando com um amigo as suas impressões sobre essa característica e designação atribuídas ao país, como também as suas incertezas sobre a adequação delas.

Na exposição dos seus argumentos você poderia fundamentar-se em diferentes concepções sobre a estrutura social e as classes sociais, entre elas a concepção marxista. Para esta, a sociedade capitalista é dividida em classes sociais (por exemplo, burguesia, classe operária, camponato), em frações e camadas, por isso o surgimento da noção de classe média.

Sugerimos ainda a situação hipotética de que, ao ouvir a exposição dos seus argumentos o seu amigo lhe faz várias perguntas. Ele quer saber se os membros dessas classes, frações e camadas, teriam diferentes interesses e se cada uma dessas divisões entraria em conflito com as outras; além disso, ele pergunta se não existiria uma instância para evitar possíveis conflitos e o que seria, afinal, a luta de classes.

Em sua resposta você pode, entre outras possibilidades de expor o seu argumento, tomar como exemplo o caso da classe dominante.

Desse modo, como foi estudado nesta disciplina, no interior dessa classe encontram-se frações de classe que, embora tenham um interesse estratégico comum entre elas, que é a preservação do seu domínio de classe em relação à classe dominada, elas apresentam também interesses específicos relacionados à fração a qual pertencem. Para exemplificar, a burguesia enquanto classe fundamental do modo de produção capitalista tem no seu interior frações de classe, tais como: a fração da burguesia industrial, a fração da burguesia financeira, a fração da burguesia agrícola, entre outras. Os membros de cada uma dessas frações de classe podem pressionar o Estado para que adote políticas-econômicas que as favoreçam em detrimento de outras classes sociais, por exemplo, a classe trabalhadora. Essa situação geraria, conseqüentemente, conflitos de classe, nos quais cada classe ou fração de classe defenderiam os seus próprios interesses.

Por outro lado, em determinadas conjunturas políticas, determinadas classes sociais podem se unir, a despeito dos seus interesses de classe serem opostos, para alcançarem um objetivo comum almejado por elas. Para tornar mais claro o argumento para o seu amigo, você pode dar o exemplo da história francesa, citando, particularmente, a Revolução de 1848, na qual a fração industrial da burguesia fez uma aliança com outras classes, entre as quais, o proletariado. Você pode citar, ainda, as alianças que podem ser formadas entre a classe operária e a fração da burguesia industrial, contra uma política-econômica de abertura do mercado nacional às importações, que provocaria uma concorrência inadequada com os produtos nacionais e, conseqüentemente, o desemprego dos trabalhadores dos setores produtivos atingidos com essa medida.

Esse último exemplo lhe permitiria explicar que, apesar das situações nas quais o Estado adota certas políticas que podem desfavorecer uma fração da classe dominante, a sua função é assegurar o domínio da classe dominante, por meio da preservação das relações de dominação e exploração. Para a concepção marxista na sociedade capitalista o Estado aparece como uma instância representativa do conjunto da sociedade, no entanto, sob essa "aparência" esconde-se os interesses de classe da burguesia assegurados por ele. A sua tarefa, nesse sentido, é atuar no sentido de evitar um conflito de classes que assuma o caráter de uma luta política revolucionária, isto é, de uma luta de classes, colocando em

risco a manutenção e reprodução do capital e, conseqüentemente, a existência do modo de produção capitalista.

Faça valer a pena

1. Um dos conceitos importantes da análise das classes sociais, segundo a teoria marxista, é o de "interesses de classe". Esse conceito é, por exemplo, fundamental para a compreensão dos partidos e organizações políticas, correntes de opinião etc., pois o conhecimento dos reais interesses de classe representados por eles permite o entendimento das suas práticas políticas efetivas, visões de mundo ou doutrinas.

Sobre a discussão marxista a respeito dos interesses de classes, é correto afirmar que:

- a) Os interesses de classe referem-se sempre aos interesses imediatos almejados pelas diferentes classes sociais.
- b) O interesse de classe da classe operária é assegurar a manutenção das relações de exploração e dominação.
- c) Os interesses de classe da burguesia e do proletariado são equivalentes no modo de produção capitalista.
- d) A burguesia tem como interesse de classe conquistar a transição para uma sociedade socialista.
- e) Os interesses de classe correspondem aos interesses estratégicos a longo prazo de uma classe ou fração de classe.

2. De acordo com a cientista política Andréia Galvão (2011, p. 113): "Luta de classes é um conceito controverso no interior do marxismo".

Considerando o conceito luta de classes no seu sentido restrito e amplo, analise as afirmações a seguir:

I. A luta de classes no seu sentido restrito, conforme definição presente no livro *O Manifesto Comunista*, refere-se a todo tipo de conflito desencadeado entre as diferentes classes sociais.

II. A luta de classes, tal como concebida em *O Manifesto Comunista*, por Marx e Engels, refere-se às lutas que resultam em uma transformação histórica, ou seja, na passagem de um modo de produção para outro.

III. No seu sentido amplo, a luta de classes refere-se a todos os enfrentamentos desencadeados entre duas classes sociais antagônicas.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.

3.



A Revolução de 1848 representa a cristalização do capitalismo na França, pela hegemonia do capital industrial que vai passar a coordenar as outras classes sociais em torno de si. Para tanto, ela vai encontrar no bonapartismo um modo de conciliar sua predominância nas relações de produção com uma forma de convivência com as outras classes sociais. (SADER, 1993, p. 96)

Considerando o bonapartismo surgido na França, em meados do século XIX, analise as afirmações a seguir:

- I. Por meio do bonapartismo a burguesia francesa abandonou a forma democrática de exercício do poder ao abdicar de exercê-lo diretamente.
- II. Com o bonapartismo há uma centralização do poder na esfera do Poder Legislativo, por meio do enfraquecimento do Executivo.
- III. Sob o bonapartismo o Estado reveste-se de uma aparência de unificador de todas as classes sociais, mas prossegue com a sua função de assegurar a dominação da burguesia.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

Referências

ARIAS, Santiane. **O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC**. 2011. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280197/1/Ribeiro_SantianeArias_D.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BENSAÏD, Daniel. **Marx**: manual de instruções. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998.

BOITEMPO. Nota da editora. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 7 – 8.

BOITO Jr. Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica marxista**. São Paulo, n. 37, p. 171-181, 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario51comentario51.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. A (difícil) formação da classe operária. In: BOITO Jr., Armando; TOLEDO, Caio Navarro. **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 239 – 247.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. **Crítica marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n.15, p. 127 – 139, 2002.

_____. **Classe média e sindicalismo**. Primeira versão. Campinas, n. 123, p. 1 – 30, 2004.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p.67-104.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BRAGA, Ruy. **O enigma da “nova classe média”**. 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/06/04/o-enigma-da-nova-classe-media/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2016. 20 p. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-dapopulacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BUONICORE, Augusto. **Marx e o 18 Brumário de Louis Bonaparte (Parte 1)**. 2013. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/212161-1>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Marx e o 18 Brumário de Louis Bonaparte (Parte 2)**. 2013a. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/212162-9>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Marx e o 18 Brumário de Louis Bonaparte (Parte 3)**. 2013b. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/213007-9>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Marx e o 18 Brumário de Louis Bonaparte (Parte 4)**. 2013c. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/213008-1>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**. 1996. 278 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281704>>. Acesso em: 24 jul. 2017

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. DIEESE, São Paulo, 2012.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3. ed. [1885]. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21 – 22.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e movimentos sociais. Crítica marxista**. São Paulo, Editora da Unesp, n. 32, p. 107 – 126, 2011.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP, 2007. 344 p.

_____. Algumas abordagens teóricas nos estudos do trabalho e sindicalismo. In: _____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. 384 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000305036&fd=y>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

HARNECKER, Marta. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. Chile: Akal Editor, 1984.

_____. **Clases sociales y luchas de clases**. Chile: Akal Editor, 1979. 35 p.

_____. URIBE, Gabriela. Las alianzas. In: HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela; CID, Eduardo Varela. **Alianzas y frente político**. Argentina: Centro de Estudios Políticos, 1974. p. 5 – 9. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/88351.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

HARVEY, David. **Para entender O Capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013. 335 p.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **La era de la revolución (1789-1848)**. La era del capital (1848-1875). La era del imperio (1875-1914). Barcelona: Critica, 2015.

IANNI, Octavio. Apresentação. In: MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.11-12.

_____. **Karl Marx**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **Teorias de estratificação social**. São Paulo: Companhia Nacional, 1972.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCE, Mathias. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010>. Acesso em: 17 jul 2017.

LÚCIO, Clemente Gans. A desigualdade no Brasil. **Revista IHU ON-LINE**. Rio Grande do Sul, 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/558938-a-desigualdade-no-brasil>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARX, Karl. As classes sociais. In: IANNI, Octavio. **Karl Marx**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 99 – 101.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 346 p.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, Tomo 1, 1988. 287 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editoria UNESP, 1999. p. 471- 502.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx**: ciência e revolução. São Paulo/Campinas: Moderna/ Editora da Unicamp, 2000.

NERI, Marcelo. A nova classe média. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 29 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/22760-a-nova-classe-media.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIKETTY, Thomas. “Não discutir impostos sobre riqueza é loucura” (Entrevista). **Carta Capital**. São Paulo, 30 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/thomas-piketty-nao-discutir-impostos-sobre-riqueza-no-brasil-e-loucura-7525.html>> Acesso: 23 jul. 2017.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. Pochmann derruba mito da "nova classe média": "É classe trabalhadora!". **Revista fórum**, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/05/01/pochmann-derruba-mito-da-nova-classe-media-e-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In: SILVEIRA, Paulo. **Poulantzas**. São Paulo: Ática, 1984.

_____. O estado capitalista e os interesses das classes dominadas. In: _____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p.185 -188.

QUADROS, Waldir. **Brasil**: um país de classe média? *Le Monde Diplomatique*. São Paulo, p. 1-1. 1 nov. 2010. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/brasil-um-pais-de-classe-media/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SADER, Emir. O bonapartismo: o Estado na política de Marx. In: SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 54-113.

SAES, Décio. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

SINGER, André. Raízes ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 85, p. 93 -102, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 27 jul 2017.

SOUZA, Jessé de. Uma nova classe social. *Le Monde Diplomatique*. São Paulo, p. 1-1. 1 nov. 2010. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/uma-nova-classe-social/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Superação da sociedade de classes

Convite ao estudo

Chegamos, aqui, à última unidade do presente livro, dedicado à análise da teoria social marxista. Nas unidades anteriores, a discussão centrou-se na contribuição dessa teoria para a Sociologia das Contradições Sociais, na formulação do materialismo histórico, no funcionamento do modo de produção capitalista por meio da organização do processo de trabalho e da acumulação do capital e, por último, na importância das classes sociais para a compreensão tanto das relações de exploração e dominação, como dos interesses, conflitos e lutas de classes existentes na sociedade capitalista. À luz dessa ampla discussão, a presente unidade concentra-se na análise da superação da sociedade de classes.

Tendo como objetivo possibilitar o aprendizado do papel da revolução e da transição no processo de superação do capitalismo e conformação de uma sociedade sem classes sociais, os conteúdos que ora serão tratados dizem respeito ao conceito de revolução, à teoria da transição e às contradições eliminadas e mantidas com a configuração do socialismo e do comunismo. Ao longo das seções desta unidade, você perceberá o vínculo entre a teoria e a prática estabelecido pelo pensamento marxista e, assim, o motivo pelo qual este se tornou uma vertente crítica da sociologia, comprometido com a eliminação das relações de exploração e dominação entre as classes sociais. Nesse sentido, esperamos que ao término do estudo desses conteúdos você compreenda de modo mais aprofundado os conceitos de "revolução", "socialismo", "comunismo", entre outros.

Para alcançar os objetivos de aprendizagem mencionados, propomos que você se imagine o seguinte contexto: você,

enquanto sociólogo, foi convidado a participar de um programa educativo transmitido por um canal público de televisão. Por ocasião do aniversário da Revolução Russa, o programa elaborou uma série especial cuja temática é "A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI". O objetivo do programa é realizar uma recuperação das revoluções ocorridas ao longo da história, discutir as principais ideias marxistas a respeito da revolução e do comunismo, além de debater as especificidades do chamado "socialismo real" na ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

Imagine que você é um estudioso do pensamento marxista e foi convidado para participar do episódio que trata da concepção de Karl Marx sobre a revolução e o comunismo. Nesse caso, deverá preparar-se para discutir algumas questões importantes, que poderão ser levantadas pela entrevistadora e pelo público, como qual é a concepção marxista dos conceitos revolução e comunismo? Essas concepções permanecem atuais no século XXI? Como se dá a transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista? Com a superação da sociedade de classes, teríamos o fim de todas as contradições sociais?

Desejamos-lhe uma boa preparação e bons estudos!

Seção 4.1

Revolução e o marxismo

Diálogo aberto

Nesta primeira seção, vamos acompanhar a sua hipotética participação, como estudioso e especialista do pensamento de Karl Marx, em um programa educativo transmitido pela televisão pública. Imagine que você foi convidado para participar de um dos episódios de uma programação especial, produzida por ocasião do aniversário da Revolução Russa (1917) e intitulada "A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI". O título da série deve-se a uma perspectiva dos produtores de discutir de modo abrangente essa temática, abordando o significado conceitual de revolução e de comunismo, as experiências históricas de lutas revolucionárias, assim como as especificidades da Revolução Russa e do "socialismo real" que se conformou na ex-URSS.

Suponha que a sua participação consistirá em apresentar as principais contribuições do pensamento de Karl Marx sobre a revolução e o comunismo, porém logo que se inicia o programa você percebe que a apresentadora se refere às revoluções como protestos e revoltas, termos que não seriam apropriados na sua visão. Como você explicaria a concepção de revolução no pensamento marxista? No que se difere a revolução proletária da revolução burguesa? Qual é o objetivo da revolução proletária?

Dentre os conteúdos discutidos ao longo desta seção, a discussão sobre o conceito de "revolução" e a diferenciação entre os diferentes tipos de revolução de acordo com a sua natureza e com os agentes que a desencadeiam, deverão ser mobilizadas por você na resolução dessa situação-problema.

Não pode faltar

Revolução: o que é?

Nas últimas três seções, tratamos da análise das classes sociais realizada pela teoria social marxista. Discutimos as características das

relações estabelecidas entre a classe dominante e a classe dominada no modo de produção capitalista, a função desempenhada pelo Estado e o significado dos interesses e da luta de classes. Nesta seção, nos dedicaremos à discussão da revolução, tema fundamental no interior do marxismo, por articular a análise crítica e científica do capitalismo com a busca de um entendimento sobre o processo para uma transformação social que coloque fim à sociedade de classes. Nas palavras de José Paulo Netto (2006, p. 22):



É a partir da perspectiva da revolução que Marx pensa a sociedade burguesa; a prática política que pode conduzir à ultrapassagem desta sociedade fornece-lhe o ponto arquimediano do qual arranca a sua reflexão. A perspectiva revolucionária confere sustentação social ao caráter radicalmente crítico da teoria marxiana, um caráter aliás imprescindível a qualquer conhecimento que não se contente com a constatação dos fatos - mas que tome os fatos como sinais e índices, avançando deles para os processos nos quais adquirem sentido e significação.

A revolução corresponde, nesse sentido, a uma temática que conecta a teoria à prática política desenvolvidas de modo articulado por Marx durante a sua vida.

Dito isso, podemos colocar algumas questões: o que se entende por revolução? Quais são as condições para que ela ocorra? Quem são os seus agentes, isto é, quem faz a revolução? Quais são os seus objetivos? Estas são parte das indagações que a discussão sobre a revolução suscita, algumas inclusive objeto de debate no interior das correntes marxistas. Mais que discutir cada uma dessas questões, o nosso objetivo é expor, aqui, o entendimento da revolução pelo marxismo, que se caracteriza pela sua “[...] tentativa de compreender a revolução como fenômeno sociológico de classe” (FERNANDES, 2005, p. 65).

No seu sentido corrente, revolução significa uma mudança radical na estrutura da sociedade, que subverte a ordem social existente. Tal mudança, não se dá gradualmente, mas sim de modo drástico e violento (FERNANDES, 2005). A revolução não é, assim, uma forma de luta, ou seja, não se confunde com protestos ou revoltas, cujos impactos políticos e sociais não alteram a estrutura da sociedade nos seus diferentes âmbitos.

Figura 4.1 | A tomada da Bastilha-14 de julho de 1789 (Revolução Francesa)



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=106405>>. Acesso: 30 ago. 2017.

Apesar de o termo revolução não se restringir a um período histórico específico, a Revolução Francesa de 1789 constitui uma referência histórica importante para a definição desse termo, pelo fato de ela significar um processo político e social de longa duração: político e social por ter dissolvido, respectivamente, o antigo poder político e a antiga sociedade (BENSUSSAN; LABICA, 1998).



Refleta

Várias revoluções ocorreram ao longo do processo histórico em diferentes continentes. Quais delas você conhece ou teve a oportunidade de estudar? Você saberia dizer quais foram os seus impactos políticos e sociais?

Na perspectiva marxista, uma revolução social pressupõe a eliminação da antiga classe que domina o poder político do Estado, sendo acompanhada, desse modo, por uma revolução política. A tomada revolucionária do Estado, ou seja, a conquista do poder político por uma determinada classe social é central nessa definição de revolução. O marxista Ernest Mandel (1982) explica que se toda revolução social é também uma revolução política, nem toda

revolução política é necessariamente uma revolução social, uma vez que pode apenas substituir pela via revolucionária “uma forma de dominação” ou “uma forma de Estado de uma classe” por outra forma de Estado que se mantém sob o domínio da mesma classe.



Exemplificando

A título de exemplo, Mandel (1982) menciona que as revoluções políticas ocorridas na França em 1830, 1848 e 1870 não foram acompanhadas por uma revolução social e instauraram diversas formas de governo sob o domínio de uma mesma classe, isto é, da burguesia. Cada uma dessas revoluções instaurou, respectivamente, a Monarquia de Julho (1830), a II República e o II Império (1848-1851) e a III República (1870).

De acordo com a explicação do autor:



Em geral, as revoluções políticas transformam a forma do Estado de uma mesma classe social, em função de interesses predominantes das diversas camadas e frações dessa mesma classe, que se sucedem no poder. Mas o modo de produção fundamentalmente não é de forma nenhuma alterado por essas revoluções. (MANDEL, 1982, p. 26)

Ao explicar, em uma passagem do “Prefácio” ao livro *Contribuição à crítica da economia política* (1859), como ocorrem as mudanças na história, Marx vincula a essa explicação, que enfatiza o primado das forças produtivas, o surgimento das revoluções sociais.



Em certo estágio do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de **revolução social**. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. (MARX, 1977, p. 10-11; grifos nossos)

Em síntese, podemos apontar que o conceito de revolução em geral na concepção de Marx está relacionado a dois aspectos: 1º) as revoluções não ocorrem em períodos de estabilidade econômica e sim em períodos de crise; 2º) as revoluções são transformações de alcance global e envolvem o conjunto da sociedade (WEFFORT, 2001).

Revolução burguesa e revolução proletária

Nas análises de Marx, encontra-se, além dos significados específicos atribuídos à revolução política e à revolução social, uma diferenciação entre revolução burguesa e revolução proletária levadas a cabo por duas classes sociais revolucionárias e antagônicas.

Ao analisar a revolução burguesa (desencadeada entre meados do século XVIII e XIX, especialmente na Inglaterra e na França) no livro *O manifesto comunista*, Marx e Engels a consideram como uma mudança ampla, ou seja, política, econômica e social (BOITO JR., 2013). Ela é concebida como resultado da ação política da burguesia, que foi o seu principal agente ao lutar contra a aristocracia feudal pela construção da sociedade capitalista. Não por acaso, os autores afirmam que “a burguesia, historicamente, teve um papel extremamente revolucionário” (MARX; ENGELS, 1996, p. 12); papel decorrente do seu protagonismo nessa revolução e do seu avanço político, que se consolidou com a conquista, para si própria, do poder político, ou seja, do Estado Moderno. Isso quer dizer que: “Cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um avanço político correspondente da classe” (MARX; ENGELS, 1996, p. 12).

O desenvolvimento da economia capitalista e a formação do Estado nacional burguês corresponderam às duas “tarefas” (BOITO JR., 2008). colocadas em prática pela revolução burguesa. Com a concretização dessas tarefas a burguesia, por um lado, desenvolveu uma economia industrial capitalista e, ao mesmo tempo, introduziu o direito burguês, que garantia a igualdade e a liberdade no plano jurídico formal, fundamentais para o funcionamento do modo de produção capitalista; por outro lado, a burguesia consolidou o seu principal objetivo: exercer o seu domínio sobre as demais classes sociais.



Antes da introdução do direito burguês, era possível falar na existência de uma "cidadania"? Qual o papel da revolução burguesa na expansão da cidadania política e social? Quais são os limites e os avanços do direito burguês para os trabalhadores em relação às suas condições de luta política e econômica?

Quais condições possibilitaram a eclosão da revolução burguesa? Em *O manifesto comunista*, Marx e Engels indicam a incompatibilidade entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção existentes na sociedade como o elemento causador dessa revolução:



[...] os meios de produção e de troca, fundações nas quais a burguesia erigiu-se, foram gerados na sociedade feudal. Em um certo estágio do desenvolvimento destes meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produziu e trocou, a organização feudal de agricultura e indústria manufatureira, resumindo, as relações de propriedade feudais tornaram-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Tornaram-se vários grilhões. Tinham de ser estilhaçados [...] (MARX; ENGELS, 1996, p. 17).

Porém, segundo Márcio Naves (2000), essa análise é posteriormente retificada por Marx, especialmente em *O capital*, no qual é demonstrado o papel das relações de produção na transformação das forças produtivas (e não o contrário). Essa demonstração é realizada na análise da subsunção formal e da subsunção real do trabalho ao capital, quando Marx argumenta que a constituição das relações de produção capitalistas se dá previamente à constituição de forças produtivas capitalistas.

Qual é a importância dessa retificação? Embora fosse admitido em *O manifesto comunista* o papel da luta de classes como motor da história, a explicação dos diferentes modos de produção e, desse modo, das revoluções que subverteram a estrutura das sociedades ao longo do processo histórico, era atribuída ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, como se estas fossem neutras e externas às relações de produção (NAVES,

2000). Dentre as implicações políticas do primado das forças produtivas, podemos destacar: a primazia dada às mudanças econômicas como impulsionadoras das mudanças históricas e, por conseguinte, o obscurecimento do papel da luta de classes na transformação histórica, isto é, da luta política revolucionária, como também o reforço à figura do homem enquanto "produtor de coisas" (NAVES, 2000, p. 45). Conforme as obras históricas de Marx acabaram demonstrando, as revoluções são concebidas não como produto de ações individuais, mas sim da luta política das classes sociais.



Assimile

Perceba nessa retificação realizada por Marx um procedimento comum no processo de elaboração do conhecimento científico nas ciências sociais. Para desenvolver os seus estudos, os pesquisadores partem de algumas hipóteses, teses ou problemáticas que podem ser alteradas ou rejeitadas, ao longo do processo de pesquisa, levando o pesquisador a retificá-las. É importante assimilar ainda que as retificações podem ser sutis e não necessariamente explicitadas, como podem indicar também rupturas ou "cortes epistemológicos" no pensamento de um determinado autor. Para exemplificar, o filósofo marxista Louis Althusser estabelece uma demarcação na obra de Marx ao separar os textos produzidos por esse autor entre os da fase juvenil ("jovem Marx") e o da fase madura ("Marx maduro").

Diante dessa exposição, quais seriam as características da revolução proletária? Uma das suas características diz respeito ao proletariado como a sua principal força revolucionária, isto é, como o agente que a conduz. Devido à imposição do uso extensivo de maquinários e da divisão do trabalho, o proletariado tornou-se no capitalismo um "apêndice da máquina", submetido ao despotismo do supervisor, da classe burguesa e do Estado burguês (MARX; ENGELS, 1996). A sua luta individual contra a burguesia, que se inicia no instante em que ele surge, torna-se coletiva à medida que a sua organização política avança no interior da fábrica, contra a exploração e os baixos salários, em direção à sua constituição como classe e, conseqüentemente, como partido político (MARX; ENGELS, 1996).



De todas as classes que se põe frente a frente com a burguesia hoje, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes declinam e, finalmente, desaparecem frente à indústria moderna. O proletariado é o seu produto especial e essencial. (MARX; ENGELS, 1996, p. 25)

Marx e Engels afirmam que ao contrário de todos os movimentos históricos que agiram em nome dos interesses de minorias, o movimento proletário é em prol do interesse da maioria. Ao contrário das classes que, sob o comando das lutas políticas precedentes, sujeitaram a sociedade às suas “condições de apropriação”, os “[...] proletários não podem se tornar patrões das forças produtivas da sociedade, exceto abolindo seus próprios meios de apropriação anteriores e, de tal modo, também todos e quaisquer outros modos de apropriação anteriores” (MARX; ENGELS, 1996, p. 27). Daí a importância do que será concebido como uma ideologia proletária que exprima os interesses de classe dos trabalhadores. De acordo com Décio Saes (1998, p. 70):



Do ponto de vista político, a ideologia proletária revolucionária aponta, em meados do século XIX, para a necessidade de uma ditadura operária que, ao liquidar economicamente a burguesia e ao instaurar o socialismo, crie condições para a sua própria extinção e para a extinção do Estado em geral.



Exemplificando

A Revolução Russa (1917) significou a primeira experiência revolucionária de tomada do poder pela classe operária no século XX, repetindo o exemplo histórico da Comuna de Paris (1871). Ela provocou a queda do regime monárquico governado pelo czar Nicolau II e o início da transição para a constituição de uma nova organização social, política e econômica baseada no socialismo. Porém, a natureza do caráter socialista da sociedade foi questionada, uma vez que o “socialismo” implantado na ex-União Soviética, em especial durante o stalinismo,

distanciou-se do entendimento marxista (que discutiremos na próxima seção) do que deveria ser a transição socialista para uma sociedade comunista.

Por isso, o objetivo da revolução proletária é pôr fim à existência das classes sociais, do Estado, do modo de produção capitalista e, com isso, conformar uma nova organização social, política e econômica – a sociedade comunista –, na qual o trabalho seja emancipado por meio de novas formas de organização da produção, como a associação dos produtores livres. Para Marx: “Com a emancipação do trabalho cada homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe” (MARX, 2011a, p. 59). Segundo a explicação de Armando Boito Jr (2008, p. 132):

O movimento socialista e a teoria que o informou apontavam para a necessidade de, no nível da economia, instaurar a propriedade coletiva dos meios de produção, unindo o produtor direto às condições de trabalho e tornando o processo econômico um processo controlado pelo “trabalhador livremente associado” [...] e, no nível da política, extinguir a organização burocrática do Estado e seu direito apenas formalmente igualitário, criando um novo tipo de democracia e uma nova forma de fazer política. Seriam aquela base econômica nova e essa democracia de novo tipo que poderiam permitir submeter a produção global ao controle consciente e democrático do conjunto dos trabalhadores.

Perceba nessa diferenciação entre revolução burguesa e proletária a análise realizada por Marx do caráter de classe de cada uma delas, que são desencadeadas por duas classes revolucionárias e antagônicas. Conforme o sociólogo Octávio Ianni (1980) destaca, enquanto a burguesia é a classe que constrói o capitalismo, o proletariado é a classe que o nega e luta para criar a sociedade sem classes. A burguesia, apesar do seu caráter revolucionário no enfrentamento contra a aristocracia feudal, passa a não ser mais revolucionária assim que se constitui como classe dominante e direciona as suas ações para a preservação do seu domínio de classe.

A revolução proletária, em contrapartida, pretende colocar fim às relações sociais de produção capitalistas e emancipar o trabalho da exploração e da dominação burguesas. Ao não estar mais submetido aos obstáculos impostos pela lógica do capital, o trabalhador pode emancipar-se dos obstáculos que impedem o seu pleno desenvolvimento.



Se o proletariado, durante a sua contenda com a burguesia, for constrangido, pelas forças das circunstâncias, a se organizar como classe, se, através de uma revolução, tornar-se a classe governante e, como tal, varrer à força as condições de produção antigas, então, com estas condições, varrer as condições para a existência dos antagonismos de classe e de classes em geral, desse modo terá abolido a sua própria supremacia como classe.

No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos. (MARX; ENGELS, 1996, p. 46)

O proletariado deve, logo após a conquista do poder político, tomar as medidas necessárias para dissolução de todas as classes, inclusive de sua própria classe. Tais medidas, que discutiremos na seção seguinte, compreendem o período de transição denominado socialismo.

O debate marxista sobre o conceito de revolução

Diante da exposição realizada até aqui, é importante compreender que no século XX o conceito de revolução passou a ser debatido por pensadores marxistas e entre as perspectivas que podem ser identificadas como “reformistas” e “revolucionárias” (BIHR, 2007). Já no início desse século o debate envolvia as seguintes questões: seria possível uma profunda e ampla transformação social sem o uso da violência? Caberia na transição para uma sociedade sem classes a ocorrência de uma revolução desencadeada a partir de uma crise aguda ou de mudanças graduais e cumulativas nos interstícios da sociedade capitalista? (BOTTOMORE, 2012).

Daquelas duas perspectivas, a reformista concebia a possibilidade de construir progressivamente o socialismo no interior do próprio capitalismo através de reformas (como a nacionalização dos grandes grupos industriais, a regulamentação da legislação do trabalho, a criação de um sistema público de proteção social, entre outras). Em oposição, a segunda perspectiva defendia a ruptura revolucionária, por meio da expropriação da burguesia e da reapropriação por parte dos trabalhadores dos meios de produção, como a única via para o socialismo (BIHR, 2007). Embora para cada uma dessas vertentes a conquista do poder estatal estivesse colocada, a reformista propunha o acesso ao Estado via eleições, enquanto a revolucionária defendia a luta política revolucionária.

Dentre alguns dos principais pensadores marxistas do século XX que analisaram o conceito de revolução, encontram-se Lênin e Antonio Gramsci. De acordo com o *Dicionário do pensamento marxista* (BOTTOMORE, 2012), para Lênin, a revolução socialista somente poderia ocorrer quando as massas estivessem preparadas para deflagrar uma revolta e quando a classe dominante demonstrasse incapacidade para manter a ordem social; duas condições objetivas que independiam da vontade dos partidos e das classes. Nessa concepção, a revolução socialista correspondia a um longo processo de lutas progressistas e cada vez mais intensas (BOTTOMORE, 2012). Em 1917, essas duas condições possibilitaram, tal como Lênin havia indicado, a deflagração da Revolução Russa. Ademais, no seu entendimento “a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é [seria] possível sem revolução violenta” (LÊNIN, 2011, p. 55).



Exemplificando

Em 1917, a Rússia passava por uma crise econômica e social profunda devido ao fracasso do regime czarista para aprovar reformas fundamentais e ao abismo existente entre ricos e pobres. Nesse mesmo ano, em fevereiro, as mulheres incitaram o que é considerada por Murphy (2017, p. 137) como a “greve mais importante da história mundial”. Trabalhando 13 horas por dia, essas mulheres estavam incumbidas de prover suas famílias, o que as levava a esperar em filas, durante horas, por uma quantidade de pão. A greve deflagrada no dia internacional da mulher por trabalhadoras do setor têxtil ocorreu de modo espontâneo,

sem nenhum tipo de propaganda que as incitasse a não trabalhar e foi seguida por trabalhadores de outros setores que decidiram também entrar em greve.

A mobilização dessas trabalhadoras e trabalhadores, assim como os conflitos entre eles e a polícia evidenciam o caráter gradual e cada vez mais intenso dessas revoltas, tal como Lênin compreendia a revolução e que, nesse caso, teve como resultado a Revolução de outubro de 1917, conhecida como Revolução Russa.



Pesquise mais

Para aprofundar os seus conhecimentos sobre a Revolução Russa (1917) sugerimos que você consulte os textos, elaborados por ocasião do seu centenário completado em 2017.

Pesquise mais em:

TRUDELL, Megan. **As mulheres de 1917**. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/14/as-mulheres-de-1917-especial-revolucao-russa/>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

MURPHY, Kevin. A história da Revolução Russa de fevereiro de 1917. **Outubro**, São Paulo, n. 28, 2017, p. 135-149. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/04/08_Murphy_2017.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Em contrapartida, o marxista Antonio Gramsci elaborou o conceito de "revolução passiva" ao analisar a formação do Estado burguês moderno na Itália e os principais traços da passagem do capitalismo italiano para sua fase monopolista. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1999), estudioso brasileiro do pensamento gramsciano, a revolução passiva implicaria sempre a presença de dois momentos: o da "restauração" e o da "renovação". Enquanto a restauração corresponderia a uma reação da classe dominante (dirigente) à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ser desencadeada de "baixo para cima", por meio de uma revolução popular, a renovação envolveria a adoção por parte da classe dominante de demandas populares, por exemplo, através de reformas. A revolução passiva corresponderia, nesse sentido, a uma revolução realizada "pelo alto" e

não a partir “de baixo” (por meio da iniciativa popular). Trata-se, assim de um conceito específico desenvolvido por Gramsci para entender situações nas quais a classe dominante procura afastar a possibilidade de transformações via ação revolucionária e manter o seu poder.

O debate sobre a revolução não se restringiu, contudo, ao início do século passado. No início dos anos 2000, o cientista político John Holloway (2003) colocou novamente no centro da discussão o conceito de revolução ao contestar a base comum daquelas versões revolucionária e reformista, isto é, a conquista do poder estatal como fundamento para a revolução. Ambas, para esse autor, fracassaram ao longo do século XX, na medida em que não conseguiram provocar uma mudança radical na sociedade. A sua proposta para a concretização de uma “mudança radical” contra o capitalismo consiste em romper com o vínculo entre a noção de revolução e a tomada do poder do Estado. Daí o título do seu livro: *Mudar o mundo sem tomar o poder*.

As indagações e proposições colocadas por Holloway instigam a reflexão sobre as potencialidades, limites e características da revolução em pleno século XXI à luz da teoria marxista, mas tanto para esse autor como para outros autores marxistas, que possam divergir sobre os aspectos da revolução no mundo contemporâneo, o objetivo de uma transformação profunda que elimine a sociedade de classes fundada sobre a contradição entre capital-trabalho parece ser um alvo comum.



Refleta

Na sua opinião é possível uma transformação radical da estrutura da sociedade sem uma alteração de quem controla o Estado? É possível promover mudanças sociais e políticas de grande envergadura à margem do poder político?

Sem medo de errar

Você recorda qual foi a situação-problema proposta nesta seção para aprofundar a discussão marxista sobre o conceito de revolução? Lembre-se de que você deveria se imaginar participando de um programa educativo transmitido pela televisão pública que discutiria

"A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI", por ocasião do aniversário da Revolução Russa. A sua participação consistiria em discutir as principais contribuições de Karl Marx sobre a revolução e o comunismo. No entanto, logo que a apresentadora inicia a sua exposição você percebe um equívoco e uma inadequação no uso de termos para se referir a uma revolução. Você, então, pode iniciar a sua participação explicitando o significado de revolução e a compreensão desse conceito pela teoria marxista.

É importante destacar que o conceito de revolução refere-se, nesse sentido, a uma ampla transformação de ordem política, social e econômica na estrutura de uma sociedade, desencadeada de modo abrupto e violento, que consiste em um processo de longa duração, que pode envolver diferentes conflitos e revoltas enquanto esse processo perdurar. Se essas formas de luta podem ocorrer durante a vigência desse processo revolucionário, a definição de revolução não tem o mesmo significado que o de um protesto, uma greve, uma ação política coletiva espontânea direcionados para objetivos que não alteram a estrutura social.

Na perspectiva marxista uma revolução pode ser caracterizada como política ou social: a primeira refere-se a uma mudança na instância política, por exemplo, na forma de governo, enquanto a segunda tem uma abrangência maior, na medida em que implica a eliminação da antiga classe que dominava o poder político, conquistado pela classe revolucionária. Nesse caso, você pode citar a Revolução Russa, como exemplo de uma revolução social, na medida em que ela alterou profundamente a estrutura social desse país e envolveu a conquista do Estado.

Você poderia, ainda, dizer que as revoluções são diferenciadas por Marx em revoluções burguesas e revoluções proletárias. Entre as características que distinguem ambas pode destacar duas centrais: quem é a classe revolucionária e o objetivo da revolução. Isso significa que a revolução burguesa é realizada pela burguesia na sua luta contra a aristocracia feudal e na sua conquista do poder político. O objetivo da revolução burguesa é possibilitar o domínio burguês sobre todos os âmbitos da sociedade, ou seja, tornar a burguesia a classe dominante e o capitalismo o novo modo de produção sob o qual toda a sociedade estará submetida. Em contraposição, a revolução proletária tem como seu protagonista o proletariado, considerado

por Marx, a classe revolucionária que colocará fim ao domínio da burguesia e às relações de produção capitalistas. Ao contrário das revoluções desencadeadas em outros períodos históricos, a revolução proletária tem, desse modo, a particularidade de visar à eliminação da sociedade de classes e, com isso, a sua própria existência como classe, uma vez que não pretende tornar-se uma classe dominante que subjuga as demais classes.

Para finalizar você poderia argumentar que o exemplo da Revolução Russa pode ser tomado como uma aproximação do que na perspectiva marxista se entende por revolução proletária, embora o desdobramento dela e, especialmente, a natureza do socialismo posto em prática nas décadas subsequentes sejam objeto de debate.

Faça valer a pena

1. A revolução corresponde a um dos temas importantes da teoria marxista. Considerando precisamente o significado do conceito de revolução para a referida perspectiva teórica, analise as afirmações a seguir:

I. Toda revolução política é necessariamente uma revolução social.

II. Na concepção marxista, a revolução social envolve a tomada revolucionária do Estado.

III. As revoluções transformam a estrutura de uma sociedade em suas diferentes dimensões: econômica, social e política.

Agora, assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) III, apenas.

2. A revolução burguesa e a revolução proletária são analisadas de modo distinto pelo marxismo. Considerando as especificidades de cada uma delas indicadas pela perspectiva marxista, analise as afirmações:

I. A burguesia correspondeu à classe revolucionária que durante a revolução burguesa pôs fim ao domínio da aristocracia feudal.

II. A revolução proletária levada a cabo pelo proletariado tem como objetivo extinguir a sociedade de classes.

III. Após a revolução burguesa, a burguesia deixa de se constituir como uma classe revolucionária ao passar a exercer o seu domínio sobre as demais classes.

Agora, assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

3. Uma revolução pode ser, segundo a concepção marxista, caracterizada como social ou política. Complete as lacunas do trecho, a seguir, no qual aparece uma análise sobre uma dessas formas de revolução.

Em geral, as _____ transformam a forma do _____ de uma mesma _____, em função de interesses predominantes das diversas camadas e frações dessa mesma classe, que se sucedem no poder. Mas o _____ fundamentalmente não é de forma nenhuma alterado por essas revoluções. (MANDEL, 1982. p. 26).

Agora, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- a) Revoluções sociais – governo – fração de classe – Estado.
- b) Revoluções políticas – Estado – classe social – modo de produção.
- c) Lutas de classes – reinado – dinastia – capitalismo.
- d) Revoluções sociais – Estado – nacionalidade – desenvolvimento.
- e) Revoluções políticas – poder judiciário – classe social – poder executivo.

Seção 4.2

Transição e comunismo

Diálogo aberto

Na seção anterior, compreendemos a concepção e o debate marxista a respeito do conceito de revolução, como também aprendemos a diferenciar as revoluções burguesas das revoluções proletárias. Estas, embora produzam rupturas e mudanças na ordem social como as primeiras, diferenciam-se, segundo o marxismo, por lutarem pelo fim das relações sociais de produção capitalistas; emancipando, assim, o trabalho da organização capitalista da produção.

Para a resolução da situação-problema proposta para esta seção, você deverá mobilizar os conteúdos relacionados à Comuna de Paris, à ditadura do proletariado, ao socialismo, às medidas adotadas durante a transição socialista e ao significado do comunismo.

Esses conceitos poderão ser mobilizados na seguinte situação-problema proposta para esta seção. Imagine que, agora, você está participando do segundo bloco do programa educativo que tem como objetivo discutir a temática "A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI".

Com base na sua exposição inicial sobre o conceito de revolução no marxismo, a apresentadora lhe faz as seguintes questões: "o que é o comunismo? Qual é a diferença entre socialismo e comunismo? Para Karl Marx, como ocorreria a transição da sociedade capitalista para o comunismo? Em qual experiência histórica Marx se inspirou para explicar essa transição? O que significa a "Ditadura do Proletariado" e por que o uso desse termo?"

Como você responderia a todos esses questionamentos? Por onde começaria a sua argumentação? Você utilizaria exemplos de experiências históricas? Quais?

Então, vamos iniciar esta reflexão?

A guerra civil na França

À luz da discussão realizada anteriormente sobre a compreensão marxista da revolução, nesta seção daremos continuidade à análise da superação da sociedade de classes, discutindo especialmente como o marxismo entende o processo de transição entre o modo de produção capitalista e a configuração de uma nova sociedade caracterizada como comunista. Assim como a passagem entre o feudalismo e o capitalismo resultou de determinadas condições desencadeadas no decorrer de um longo processo histórico, a configuração de uma sociedade sem classes não é pensada como um processo breve e tampouco como o resultado imediato e irreversível da revolução proletária. Por isso, o nosso objetivo aqui é apresentar como a teoria marxista explica esse processo de transição, de modo que você compreenda os seus principais aspectos, entre os quais, o significado da “ditadura do proletariado”, “da socialização do poder político e dos meios de produção”, do “socialismo” e do “comunismo”.

Nesta seção, tomaremos como principal referência da nossa análise a obra *A guerra civil na França*. Escrito por Karl Marx, entre abril e maio de 1871, esse livro analisa a “[...] primeira experiência histórica de tomada do poder pela classe trabalhadora” (RAGO FILHO, 2011, p. 9), que ficou conhecida como a Comuna de Paris. Esta, apesar de sua curta duração (72 dias), ofereceu a Marx exemplos de ações estratégicas que lhe permitiram confirmar as suas ideias e retificar uma delas sobre a luta revolucionária dos trabalhadores. Tal como afirma Lênin (2011, p. 73): “Analisar essa experiência, colher nela lições de tática e submeter à prova a sua teoria, eis a tarefa que Marx se impôs” frente à importância histórica desse movimento revolucionário que ousou fundar “[...] uma sociedade mais justa, igualitária e radicalmente democrática” (TOLEDO, 2011, p. 1).

Para entender como foi possível o desdobramento dessa luta revolucionária, é importante recuperarmos, brevemente, os seus principais antecedentes políticos. Vamos lá?

Você deve se lembrar, conforme discutimos na Seção 3.3, que após desferir um golpe de Estado sobre a população francesa, em

1851, Luís Bonaparte pôs fim à República e instaurou o Segundo Império, passando a ser denominado como Napoleão III. Pois bem, como consequência do seu interesse expansionista e de recuperar as valorizadas fronteiras do Reno, perdidas em 1814, o imperador declarou guerra à Prússia (governo de Bismarck), em 1870.

Para surpresa dos franceses, o próprio Napoleão foi feito prisioneiro pelos prussianos, que derrotaram em poucos dias as tropas francesas na batalha de Sedan (DEL ROIO, 2011), provocando a queda do Império. Em um manifesto, Marx advertiu: “A trama de guerra de julho de 1870 não foi senão uma edição emendada do coup d’Etat [golpe de Estado] de dezembro de 1851. À primeira vista, a coisa parecia tão absurda que a França não quis realmente levá-la a sério” (MARX, 2011b). Ocupado pelas tropas alemãs, o país proclama a República e, em estado de emergência, constitui um “Governo de Defesa Nacional”.

Os trabalhadores juntamente com os soldados da Guarda Nacional passaram a defender Paris contra a invasão prussiana, mas foram obrigados a se render diante da situação de penúria e fome. Ao mesmo tempo, os trabalhadores foram traídos pelo próprio governo francês, que estabeleceu uma política de proibição das liberdades políticas e de repressão militar, visando atacar a organização da classe trabalhadora.

Os trabalhadores e a Guarda Nacional reagiram contra essas medidas impopulares através de uma revolta popular espontânea, que resultou na Comuna de Paris (TOLEDO, 2011) e cujo ato inaugural foi a tomada do governo parisiense (“Hotel de Ville”). No manifesto de 18 de março de 1871, escrito pelo Comitê Central da Comuna, afirmava-se que os proletários de Paris:

em meio a fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que é chegada a hora de salvar a situação, tomando em suas próprias mãos a direção dos negócios públicos [...] Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito absoluto tornar-se donos dos seus próprios destinos, tomando o poder governamental. (MARX, 2011a, p. 54)

”

Na sua Declaração de Princípios defendia-se:



Não haverá mais opressores e oprimidos, fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos. A família é a primeira forma de associação e todas as famílias se unirão em uma maior, a pátria [...] e esta numa personalidade coletiva superior, a humanidade. (TOLEDO, 2011, p. 3)

Para concretizar os seus objetivos, a Comuna adotou um conjunto de medidas econômicas, políticas e sociais. Vejamos algumas delas.

Figura 4.2 | Barricada durante a Comuna de Paris



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1449348>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

A Comuna era formada por conselheiros municipais (Assembleia Municipal) eleitos nos bairros de Paris por sufrágio universal, já que até então o direito de voto não se estendia a toda população. O primeiro decreto instituído consistiu na supressão do exército permanente e na sua substituição por uma Guarda Nacional, da qual poderia fazer parte todo cidadão (TOLEDO, 2011; MARX, 2011a). Os cargos dos oficiais e suboficiais da polícia, como também dos funcionários do judiciário (magistrados, juízes) e dos demais servidores públicos eram “eletivos, responsáveis e demissíveis” (MARX, 2011a, p. 57). Tais prerrogativas – eleição, responsabilidade e revogabilidade – estendiam-se também aos cargos educativos e administrativos. Nesse caso, todos aqueles que viessem a ocupar um cargo nos órgãos do Estado, inclusive os conselheiros municipais, eram eleitos, estavam sob o controle e a vigilância da população e tinham que prestar contas dos seus atos. Eles eram na sua maioria trabalhadores ou representantes reconhecidos da classe operária e eram remunerados com “salários de operários”; o que, segundo Marx, possibilitou que os gastos com

os “altos dignitários do Estado” desaparecessem juntamente com estes (MARX, 2011a, p. 57).

A igreja foi separada do Estado e, com isso, a educação tornou-se laica e o acesso a ela gratuito e aberto a toda população. No âmbito do trabalho instituiu-se o salário mínimo, proibiu-se o trabalho de crianças, o trabalho noturno dos padeiros, e formaram-se cooperativas funcionando com base na autogestão nas empresas abandonadas pelos seus patrões. Ademais, protelou-se a cobrança de aluguéis atrasados, um dos principais problemas enfrentados pela classe média.

Figura 4.3 | Combate no cemitério Père-Lachaise, durante a Semana Sangrenta



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1449348>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

Por meio dessas medidas é possível ver o caráter de classe proletário (ENGELS, 2011) da Comuna de Paris, considerada por Marx como a “primeira revolução em que a classe trabalhadora foi reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande massa da classe média parisiense” (MARX, 2011a, p. 61). Não à toa, o temor da classe dominante era que se estabelecesse um contato entre a Comuna e os camponeses, devido ao grande risco desses trabalhadores (sujeitos a pagar impostos cobrados pelo governo) desencadearem uma insurreição geral. Sob a condição de que fosse posto fim à Comuna, o governo republicano burguês assinou um tratado de paz com as forças militares prussianas que ocupava o país e liberou as tropas francesas feitas prisioneiras para reprimir a Comuna. O massacre que se seguiu tornou-se conhecido como a “Semana Sangrenta” (RAGO FILHO, 2011), na qual milhares de homens, mulheres e crianças foram mortos nas barricadas ou sumariamente.

Diante do exposto, passemos a discutir como a Comuna de Paris contribuiu com as análises de Marx sobre o processo de superação da sociedade de classes e de transição para o comunismo.



Pesquise mais

A Comuna de Paris é um tema que foi e continua sendo bastante estudado e debatido em inúmeros artigos e livros. Para você ter uma noção, na França, a Associação das Amigas e Amigos da Comuna de Paris, fundada em 1882, é a mais antiga organização do movimento operário francês e realiza periodicamente atividades visando difundir a história da Comuna. No Brasil, essa experiência foi tratada por inúmeros pesquisadores em eventos e publicações, muitas delas compiladas no dossiê "A Comuna de Paris", organizado pelo site marxismo21. Nele você encontrará também indicações de vídeos, filmes e dados muito interessantes. Além dessa referência, indicamos um texto crítico, intitulado *A Comuna de Paris para além dos mitos*.

Para saber mais:

A COMUNA DE PARIS. [S.l.]:Marxismo21, [2013]. Disponível em: <<http://marxismo21.org/a-comuna-de-paris/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BERNARDO, João. A Comuna de Paris para além dos mitos. [S.l.]: Passa palavra, [2011]. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/05/39835>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

Ditadura do Proletariado

A **transição** de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista **inicia-se** com a **revolução proletária**, na qual, a expropriação econômica da classe dominante é uma medida indispensável para a transformação social, que consiste na eliminação da exploração capitalista e na emancipação dos trabalhadores (MARTORANO, 2001).

Esse processo de transição entre o modo de produção capitalista para o comunista não se dá de modo direto, pois envolve um período de mudanças nas formas de propriedade dos meios de produção, nas forças produtivas, na organização do processo de trabalho e na organização política da sociedade (BOITO JR., 2008); em suma, envolve transformações nas relações de produção e no poder político até alcançar propriamente a consolidação do comunismo.

O socialismo corresponde à fase na qual essas modificações ocorrem e ela se caracteriza, entre outros aspectos, pela presença de um Estado controlado pelos trabalhadores; enquanto o comunismo corresponde ao modo de produção no qual não há mais classes sociais, como tampouco a exploração ou a dominação de uma classe sobre outra, uma vez que houve uma emancipação do trabalho e a supressão (destruição) do Estado.



Assimile

Embora os termos socialismo e comunismo às vezes sejam tratados como sinônimos, é importante perceber as especificidades de cada um deles aqui indicadas.

Nesse sentido, a transição socialista é pensada por Marx por meio de uma noção fundamental: a **ditadura do proletariado**. Talvez você esteja pensando: como esse autor propõe uma “ditadura”, mesmo que exercida pelo proletariado, quando defende o fim do domínio de classe? Na verdade, conforme esclarece Márcio Naves (2000, p. 94; grifos nossos), Marx:

[...] entende que todo **Estado é uma ditadura, na medida em que ele é a forma política de dominação de uma classe**. Assim, um Estado pode ser “democrático”, isto é, ele pode admitir certo grau de liberdades públicas, o parlamento e o sufrágio universal, e nem por isso deixar de ser uma ditadura, porque o poder político continua a ser exercido pela classe dominante. Ao contrário da ditadura burguesa – que é a ditadura de uma minoria em favor dessa minoria –, a ditadura do proletariado é uma ditadura exercida pela maioria, pelos trabalhadores, contra a antiga classe dominante.

Trata-se, então, de uma “ditadura” de acordo com o sentido explicado acima, porque na transição para o comunismo ainda existe uma forma política de dominação de uma classe. Essa forma política se caracteriza pelo domínio exercido por aqueles que representam a maioria da população, ou seja, pelos trabalhadores.

Para Marx a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado que “não é mais que a transição para a supressão de todas as classes e para uma sociedade sem classes” (MARX, 1980, p. 99). Isso significa que a luta de classes não termina quando o proletariado conquista o poder do Estado, mas sim ela tem continuidade e, por isso, é necessária a “ditadura do proletariado” como um período de transição. Pois, neste: “Os operários estabelecerão o seu próprio domínio de classe como uma necessidade transitória para a supressão de todas as diferenças de classe e das próprias classes” (MARTORANO, 2001, p. 66). A ditadura do proletariado deve ser compreendida, nesse sentido, como “provisória”, embora isso não signifique que seja necessariamente breve (MARTORANO, 2001), porque ela se prolonga até que a transição para o comunismo se complete (NAVES, 2000)



Assimile

Na citação a seguir, José Paulo Netto explica o significado de socialismo, ditadura do proletariado e comunismo.



Para Marx, a revolução exigia a ascensão do proletariado, à frente de um bloco de forças anticapitalistas, ao poder político: a desestruturação do Estado burguês abriria a via à nova sociedade, num período de transição, denominado *socialismo*. Essa transição [...] seria o lapso de tempo para a reorganização da sociedade, com a supressão das classes sociais e seus fundamentos (especialmente a propriedade privada dos meios de produção) e o Estado como instância coatora; a transição seria caracterizada por uma democracia de massas dirigida, hegemonzada, pelo proletariado (o que, umas poucas vezes, Marx chamou de *ditadura do proletariado*) e criaria as condições para a ordem social isenta de exploração e opressão, o *comunismo*. Essa sociedade não configuraria a meta final da evolução da humanidade, o fim da história, mas seria a *forma* da organização social verdadeiramente humana. (NETTO, 1987, p. 44, grifos do autor)

Se a ditadura do proletariado é uma fase transitória na qual os trabalhadores exercem o seu domínio de classe para poderem pôr fim às classes sociais, quais devem ser as características da forma política do Estado durante o processo de transição socialista?

A socialização do poder político

No livro *O manifesto comunista* (1848), Marx e Engels destacaram “a conquista do poder político pelo proletariado”, isto é, a tomada do poder do Estado como o objetivo estratégico da revolução proletária. Apesar de os autores assinalarem a importância dessa ação, eles não explicitam nesse livro um elemento decisivo: se o Estado burguês tomado pelo proletariado pode ser utilizado para a conformação de outra forma de sociedade (NAVES, 2000). A esse respeito a experiência da Comuna de Paris foi decisiva para a retificação feita por Marx e Engels no prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto Comunista, pois nela afirmam: “A Comuna, sobretudo, provou que ‘a classe operária não pode limitar-se a apoderar-se da máquina do Estado, nem colocá-la em movimento para atingir seus objetivos’” (MARX; ENGLER, 2001, p. 13-14). Segundo a explicação de Engels:

Desde o primeiro momento, a Comuna teve de reconhecer que a classe trabalhadora, uma vez no poder, não podia continuar a operar com a velha máquina estatal; que essa classe trabalhadora para não tornar a perder o poder que acabara de conquistar, tinha de, por um lado, eliminar a velha maquinaria opressora até então usada contra ela, enquanto por outro lado, tinha de proteger-se de seus próprios delegados e funcionários, declarando-os, sem qualquer exceção, como substituíveis a qualquer momento. (ENGELS, 2011, p. 195-196)

Marx compreende, com base na experiência da Comuna, que o Estado burguês não serve aos objetivos do proletariado, pois estando estruturado para funcionar de acordo com os interesses da classe burguesa, ele se transforma conseqüentemente em um obstáculo para a transformação do modo de produção capitalista (NAVES, 2000). Se o Estado burguês é o instrumento político utilizado pela classe dominante para dominar o proletariado, este não pode utilizá-

lo como seu instrumento político de emancipação. Por isso Marx passará a defender a necessidade de eliminar, quebrar, suprimir o aparato estatal burguês por meio da apropriação, por parte da classe operária, das funções do Estado, logo no início do processo de transição. Dentre as medidas tomadas pela Comuna de Paris que exemplificam essa eliminação destacam-se:

a) As medidas de controle do Estado pelos trabalhadores: i) a adoção dos princípios - eleição, responsabilidade e revogabilidade – como critérios que recaíam sobre todos os cargos no aparelho do Estado permitiam, respectivamente: a escolha de todos os funcionários e servidores públicos pelo voto livre e democrático dos trabalhadores, no sentido de conformar uma democracia de massas; o comprometimento de responsabilidade desses servidores e funcionários na execução das suas funções perante a população que os elegeu; e por meio da revogabilidade o controle fundamental contra a burocracia, “[...] que por sua presença nos órgãos do Estado, qualquer que seja ele, forma interesses políticos e sociais próprios e age em sua defesa procurando preservá-los e ampliá-los” (MARTORANO, 2001, p. 70-71); ii) o fim da separação entre os poderes Executivo e Legislativo com a criação de um único órgão (a Comuna), a fim de evitar o que essa separação implica no Estado burguês, ou seja, a representação de interesses de classes e frações de classe dominantes (NAVES, 2000).

b) As medidas direcionadas ao aparelho repressivo do Estado: a substituição do exército por “milícias populares” (MARTORANO, 2001) e a conversão da polícia em um instrumento da Comuna, atingiram, segundo Márcio Naves, um dos obstáculos mais difíceis de ser enfrentado em um processo de transformação social. Por isso, a “[...] não separação entre o povo e a força armada é uma condição para que o processo de transição possa ocorrer e uma das **formas que toma o processo de extinção do Estado** que a transição para o comunismo implica” (NAVES, 2000, p. 91; grifos do autor).

Uma vez destruídos os elementos que constituem o Estado burguês, o proletariado pode efetivamente ocupar o aparelho estatal e transformar as relações sociais na direção da eliminação do próprio Estado. Assim, a ditadura do proletariado, enquanto a forma política assumida pelo Estado no período de transição, deve caracterizar-se pelas medidas tomadas pela Comuna de Paris (fim das formas de

representação burguesa, das instituições repressivas, da burocracia), possibilitando a **socialização do poder político**. O Estado, na Comuna de Paris, já não é um Estado de acordo com um modelo institucionalizado, porque ele próprio é orientado para organizar a sua autotransformação e o seu desaparecimento (NAVES, 2000).

Por isso Marx afirma em a guerra civil na França que a Comuna de Paris “[...] era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2011a, p. 59).

Desse modo, no período de transição socialista a destruição do Estado burguês e a socialização do poder político devem ser acompanhadas pela socialização dos meios de produção, para que seja possível transformar a base econômica da sociedade e constituir novas relações sociais de produção não mais baseadas no modo de produção capitalista.



Refleta

Para o cientista político Armando Boito Jr. (2008, p. 135): “a socialização do poder político é condição para a socialização dos meios de produção”.

Como poderíamos caracterizar, de acordo com essa perspectiva, as experiências desenvolvidas no âmbito do capitalismo que se propõem construir novas relações de produção não baseadas na organização capitalista do trabalho (por exemplo, as experiências da economia solidária, as fábricas recuperadas baseadas na autogestão e as cooperativas)? Quais são as potencialidades e os limites dessas experiências, que buscam construir uma nova organização do processo de trabalho, para intervir no capitalismo contemporâneo e no Estado burguês? O socialismo pode ser construído nos interstícios do capitalismo?



Pesquise mais

Entre os estudiosos marxistas as razões do fracasso da experiência socialista soviética foi e ainda é debatida, uma vez que as explicações dadas por eles não são comuns ou consensuais. Para conhecer mais sobre esse debate sugerimos a leitura de dois artigos:

Pesquise mais:

NETTO, José Paulo. Socialismo real e socialização do poder político. **Críticamarxista**, v.1, n.1, 1994, p. 65-66. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate4Artigo1.7.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

TONET, Ivo. Socialismo: obstáculos a uma discussão. **Aurora**, ano 3, n. 5, 2009, p. 14-23. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/TONET.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

A socialização dos meios de produção

No livro *O manifesto comunista*, Marx e Engels destacaram algumas medidas necessárias para a superação da sociedade capitalista, após a conquista do poder político pelo proletariado, tais como: “a *abolição da propriedade privada*” e a centralização de “*todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado*”, ou seja, a sua estatização (MARX; ENGELS, 1996, p. 32; 44). Nesse sentido, a abolição da propriedade privada, segundo a análise presente na obra de Marx, é considerada uma condição necessária, embora não suficiente, para a consolidação do comunismo (BOTTOMORE, 2012).

É importante compreender, aqui, uma passagem esclarecedora de Marx e Engels a respeito do significado da abolição da propriedade privada: “O comunismo não priva homem algum do poder de se apropriar de produtos da sociedade. Tudo o que ele faz é privá-lo do poder de subjugar o trabalho de outros através da apropriação” (MARX; ENGELS, 1996, p. 37). Essa privação procura eliminar a contradição entre o caráter social da produção realizada pela classe trabalhadora e a forma privada de apropriação pelo capitalista dos produtos produzidos socialmente (HARNECKER, 1979a). Trata-se, então, de abolir a propriedade burguesa (e não os bens de uso pessoal) e o modo de apropriação que se baseia na exploração e na subjugação dos trabalhadores (BENSAÍD, 2013).

A **socialização dos meios de produção** significa, então, a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, isto é, em propriedade coletiva. Dentre as formas de socializar os meios de produção, a nacionalização (ou estatização) consiste na transferência das propriedades privadas para o controle

do Estado, que administra a maior parte das empresas, planeja a produção e distribui os produtos (BOTTOMORE, 2012).

Na transição para o comunismo, isto é, durante o socialismo, as relações de produção caracterizam-se ainda como capitalistas por um longo período. Isso ocorre porque embora a classe operária, após a tomada do poder político, passe a ter um controle sobre “as condições externas do processo de produção” (NAVES, 2000, p. 87) ao estatizar os meios de produção e introduzir o planejamento econômico, tais medidas são insuficientes para modificar a organização capitalista do processo de trabalho. As análises desenvolvidas por Marx em *O capital* permitem compreender que:

[...] a simples transferência da propriedade para o Estado não transforma, *ipso facto*, a natureza das relações de produção. Tal transferência se opera inteiramente dentro do direito, é uma condição necessária mas não suficiente para que o modo de produção capitalista seja suprimido. Para que isso venha a ocorrer é preciso que as relações de produção capitalistas – que não se confundem com as relações de propriedade – sejam efetivamente transformadas, o que implica um esforço para se “desmontar” o processo de trabalho capitalista. (NAVES, 2000, p. 86)



Exemplificando

Nos anos de 1970, ocorreu um importante debate entre os intelectuais sobre a natureza do socialismo existente na antiga União Soviética (a chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) e dividia-se entre aqueles que defendiam o caráter socialista da sociedade soviética e os que não lhe atribuíam essa caracterização (BOITO JR., 2008). Para exemplificar, os intelectuais eurocomunistas e trotskistas baseavam-se na estatização dos meios de produção e na planificação da economia realizadas na antiga União Soviética como sinal da sua ruptura com o capitalismo e da sua caracterização como socialista; em contrapartida, para o economista Charles Bettelheim, o capitalismo havia sido restaurado já durante o período stalinista, com a existência de uma burocracia de Estado monopolizando o controle dos meios de produção.

A organização capitalista, conforme vimos na Unidade 2, tem como finalidade a valorização e acumulação de capital, baseando-se, para isso, no desenvolvimento de um novo tipo de força produtiva – o sistema de máquinas ou maquinismo –, que possibilitou a plena constituição do modo de produção especificamente capitalista e a *subsunção real do trabalho ao capital*. Cabe, então, que o socialismo desenvolva **novas forças produtivas**, isto é, novas tecnologias em substituição à base técnica do modo de produção capitalista; as quais devem proporcionar aos trabalhadores **a apropriação das “condições materiais de produção”** e do controle sobre o processo de trabalho, extinguindo, assim, o processo de valorização (NAVES, 2000).

A luta contra a organização capitalista do processo de trabalho deve direcionar-se, então, contra dois aspectos fundamentais: i) a divisão entre o trabalho manual e intelectual; ii) a divisão entre tarefas de direção e execução (NAVES, 2000). Aspectos que dificultam o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Por isso, o socialismo deve ser o período no qual são destruídas as relações de produção capitalistas e proporcionar a “[...] reapropriação das condições objetivas e subjetivas da produção por parte dos trabalhadores” (NAVES, 2000, p. 87). Afinal:



A sociedade comunista deverá implicar a destruição das formas de exploração do trabalho e da forma-Estado burguesa: se o processo de valorização prosseguir, o Estado mantiver-se como um aparelho separado e acima das massas, voltado para a sua dominação, e as relações mercantis continuarem a reproduzir-se, não será possível a ultrapassagem do capitalismo. (NAVES, 2000, p. 100)

À luz da discussão realizada ao longo desta seção é possível diferenciar as características do processo de transição socialista e da sociedade comunista, cuja consolidação corresponde à superação da sociedade de classes. O comunismo é, segundo a concepção marxista, uma sociedade sem classes sociais, organizada politicamente sem uma instância política como o Estado (composto pelos seus aparelhos repressivos e administrativos), como também caracterizada pela emancipação do trabalho e, desse modo, por uma nova organização do trabalho e novas relações sociais de produção que não reproduzem a exploração e o domínio de classe.

Sem medo de errar

No segundo bloco do programa educativo sobre “A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI”, no qual você estaria supostamente participando como um dos convidados, a apresentadora lhe colocou várias perguntas após a sua exposição inicial sobre o significado do conceito de revolução para o marxismo. Por exemplo: o que é o comunismo? Qual é a diferença entre socialismo e comunismo? Para Karl Marx, como ocorreria a transição da sociedade capitalista para o comunismo? Em qual experiência histórica Marx se inspirou para explicar essa transição? O que significa a “ditadura do proletariado” e por que o uso desse termo?

Para responder a essas questões, você pode iniciar a sua exposição explicando que a Comuna de Paris tornou-se, para Marx, o principal exemplo histórico de tomada do poder pelo proletariado e de constituição de um governo da classe operária. Embora antes dessa experiência revolucionária, Marx e Engels tivessem escrito, especialmente no livro *O manifesto comunista*, ideias importantes para a compreensão da revolução proletária e das medidas necessárias para a constituição de uma sociedade comunista, o exemplo da Comuna de Paris lhes possibilitou uma descoberta fundamental: a necessidade de destruir o Estado burguês, uma vez que ele tenha sido conquistado pela ação política revolucionária do proletariado. Essa destruição deveria ocorrer por meio da apropriação por parte da classe operária das funções do Estado e de medidas voltadas a estabelecer uma democracia de massas e, desse modo, um controle do Estado pelas massas. Na sua exposição, você pode citar, como exemplo, os critérios da eleição, responsabilidade e revogabilidade que recaíam sobre todos os cargos nos órgãos do Estado. Medida que buscava impedir a burocracia estatal, a separação entre as massas e o poder político, a ausência de fiscalização e de controle sobre as ações dos agentes políticos e funcionários, como também a continuidade destes nos seus cargos quando não estivessem mais representando os interesses dos trabalhadores.

A supressão do Estado burguês deveria ocorrer desde o início do processo de transição, nesse caso, logo após a conquista do poder político. Marx utilizou a expressão “ditadura do proletariado” para se referir a um período transitório e provisório, no qual os trabalhadores

necessitariam exercer o seu domínio de classe assim que tomassem o poder. O uso dessa expressão procura demonstrar que a luta de classes não termina com a tomada do aparelho estatal, mas sim tem continuidade, exigindo provisoriamente a dominação da classe operária até que esta e todas as demais classes sejam eliminadas.

Neste momento, você poderia explicar aos ouvintes do programa que entre o capitalismo e o comunismo há um período de transição, denominado socialismo. Este se caracteriza pela reorganização da sociedade nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais, o que envolve, portanto, a adoção de um conjunto de medidas com a finalidade de eliminar as classes sociais, o Estado e o modo de produção capitalista. Entre essas medidas destacam-se a socialização do poder político, a socialização dos meios de produção, a criação de novas forças produtivas e de novas relações sociais de produção que coloquem fim à divisão entre o trabalho manual e intelectual e à separação entre as tarefas de direção e execução.

Uma boa maneira de concluir a exposição poderia ser argumentando que o comunismo, conforme entendido por Marx, corresponde a uma sociedade sem classes, caracterizada pela emancipação do trabalho (e, desse modo, pelo fim das relações de exploração e dominação baseadas no antagonismo de classe), bem como pela ausência do aparato repressivo e administrativo de Estado. E, para finalizar, você poderia ainda argumentar que, apesar das conquistas obtidas na ex-União Soviética, após a vitória da Revolução Russa, a sociedade soviética nunca se caracterizou como comunista e mesmo a natureza do socialismo nela desenvolvido foi tema de debate já a partir da década de 1970.

Faça valer a pena

1. Karl Marx e Friedrich Engels defendem no livro *O manifesto comunista* a necessidade do proletariado conquistar o poder político durante o processo revolucionário levado a cabo por essa classe contra a dominação e exploração exercida pela burguesia. Porém, com base na experiência revolucionária da Comuna de Paris, eles fizeram uma retificação no prefácio à edição alemã de 1872 desse livro.

O que os autores Marx e Engels expressaram nessa retificação? Assinale a alternativa correta.

a) O processo revolucionário não termina com a tomada do Estado, mas sim deve ter continuidade por meio do uso da estrutura estatal tal como está constituída.

b) A classe operária deve, após a conquista do poder político, utilizar a máquina do Estado burguês para possibilitar a transição socialista.

c) A classe operária não pode após a conquista do poder político apoderar-se do aparato estatal burguês, mas deve destruí-lo.

d) O processo revolucionário desencadeado pelo proletariado deve, após a conquista do poder político, destruir o Estado burguês e manter apenas em funcionamento a sua estrutura.

e) A máquina do Estado burguês deve, logo após tomada pelo proletariado, passar a funcionar em função da concretização do comunismo.

2. Friedrich Engels, no texto "*Introdução à guerra civil na França*, de Karl Marx (1891)" argumenta:

"E eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado" (ENGELS, Friedrich. *Introdução à Guerra civil na França* de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 197).

Considerando a compreensão marxista sobre a ditadura do proletariado, analise as afirmações a seguir:

I. A ditadura do proletariado é o período de transição em direção à supressão de todas as classes e caracteriza-se pelo seu caráter provisório.

II. A ditadura do proletariado corresponde ao domínio de classe exercido pelo proletariado sobre as demais classes durante o comunismo.

III. A ditadura do proletariado corresponde ao período no qual a classe operária, após a conquista do poder político, exerce o seu domínio de classe sobre as demais com a finalidade de assegurar o fim da sociedade de classes.

Agora, assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

a) III, apenas.

b) I, apenas.

c) II, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

3. O estudioso marxista Márcio Naves argumenta que: “[...] a simples transferência da propriedade para o Estado não transforma, *ipso facto*, a natureza das relações de produção. Tal transferência se opera inteiramente dentro do direito, é uma condição necessária mas não suficiente para que o modo de produção capitalista seja suprimido. Para que isso venha a ocorrer é preciso que as relações de produção capitalista – que não se confundem com as relações de propriedade – sejam efetivamente transformadas, o que implica um esforço para se ‘desmontar’ o processo de trabalho capitalista” (NAVES, 2000. p. 86).

Tendo em vista as medidas que devem ser adotadas durante o processo de transição socialista em direção à consolidação da sociedade comunista, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações:

() O fim das relações de produção capitalista é assegurado por meio da estatização dos meios de produção, uma vez que essa medida elimina a apropriação privada capitalista.

() O socialismo deve assegurar a apropriação das condições materiais de produção aos trabalhadores por meio do desenvolvimento de novas forças produtivas.

() A organização do processo de trabalho no comunismo caracteriza-se pela divisão do trabalho manual e intelectual e pela separação entre direção e execução, que são características inerentes do trabalho humano.

Neste momento, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V-V-V.
- b) F-V-F.
- c) V-F-F.
- d) F-V-V.
- e) V-V-F.

Seção 4.3

Superação da sociedade de classes: fim das contradições sociais?

Diálogo aberto

Nesta terceira e última seção, vamos seguir acompanhando a sua participação em um dos episódios da série educativa sobre “A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI”. Nas duas seções anteriores, conseguimos compreender a concepção marxista sobre a revolução e a transição para o comunismo. A discussão da obra de Marx, *A Guerra Civil na França*, esclareceu a experiência revolucionária representada pela Comuna de Paris (1871) e como esse autor percebeu nela elementos próprios da transição de uma sociedade de classes para a sociedade comunista.

Para encerrar a sua participação no programa mencionado, você se encontra aqui no último bloco, que é direcionado para as perguntas do público presente. Uma participante lhe pergunta: ‘se a sociedade capitalista é caracterizada por contradições sociais isso significa que uma vez que ela seja superada teríamos também o fim de todas essas contradições?’ Em outras palavras, o fim da sociedade de classes significaria o fim de todas as contradições sociais? Com a implantação do comunismo todas as formas de discriminação e opressão cometidas, por exemplo, contra as mulheres e os negros, seriam eliminadas?

Você, enquanto, sociólogo e convidado do programa de televisão, como responderia a essas questões? Quais seriam os seus argumentos? Como organizaria a exposição de sua resposta?

Para a resolução desta situação-problema você deve mobilizar os conteúdos abordados ao longo desta seção sobre as características da sociedade sem classes, relacionadas à contradição capital-trabalho e a outras contradições sociais.

Fim da contradição capital-trabalho

Na seção anterior, tratamos das características do processo de transição socialista, caracterizado pela implementação da socialização do poder político e dos meios de produção, entre outras medidas consideradas necessárias para a dissolução das classes sociais e do modo de produção capitalista, conformando, assim, o comunismo. Nesta seção, que encerra a quarta unidade, daremos continuidade à análise da superação da sociedade de classes, discutindo, precisamente, a relação dessa temática com o fim da contradição capital-trabalho e com as demais contradições sociais, como também apresentando algumas críticas direcionadas ao pensamento marxista, em particular, às noções de contradição e conflito de classes.

Você deve se lembrar que o conceito de contradição tem uma importância fundamental no âmbito do pensamento marxista, porque dentre as contradições existentes no modo de produção capitalista identificadas por Marx, ele assinalou aquela que seria a principal, que afetaria de modo decisivo a vida dos indivíduos: “a contradição entre o trabalho e o capital” e, nesse sentido, entre o “proletariado e a burguesia” (KONDER, 1999, p. 44). Essa contradição, decorrente do controle e da apropriação capitalista dos meios de produção e do produto produzido pelos trabalhadores, se manifesta nas diferentes posições ocupadas na estrutura produtiva pelos proprietários dos meios de produção e pelos produtores diretos, como expressa um antagonismo estrutural presente no capitalismo. Desse antagonismo surge uma tensão permanente, já que cada uma das classes (proprietários e produtores diretos) tem e defende interesses de classe antagônicos, irreconciliáveis, que as levam a entrar em conflito. Enquanto em determinados contextos históricos esse conflito de classes pode permanecer velado, em outras pode manifestar-se abertamente ou, no seu limite, desencadear uma revolução.

Com base no materialismo histórico e dialético, Marx demonstrou, não só o caráter contraditório da sociedade burguesa, mas também transitório (NAVES, 2000). Não nos esqueçamos que a problemática marxista consistia justamente em entender como as sociedades se organizam e como se transformam (GALVÃO, 2003). Por isso, tomando como objeto de estudo o modo de produção capitalista,

esse autor procurou entender cientificamente o seu funcionamento e as possibilidades de uma transformação social que promovesse o fim daquela contradição principal e uma emancipação do trabalho.

Pois bem, na seção anterior discutimos a importância da adoção, logo após a conquista da revolução proletária, de um conjunto de medidas necessárias para pôr fim à contradição capital-trabalho e, por conseguinte, às classes sociais. Dentre essas medidas encontram-se: a socialização dos meios de produção; a criação de novas forças produtivas que substituam a base técnica própria do capitalismo; a apropriação por parte da classe operária das condições materiais de produção; o fim da divisão entre trabalho manual e intelectual e entre direção e execução; como também a extinção do processo de valorização que é a finalidade da produção capitalista. Isso significa, segundo a concepção marxista, que os trabalhadores devem, durante a transição socialista, lutar pela transformação (“revolucionarização”) das relações de produção capitalista, que não são automaticamente modificadas com a tomada do Estado e nem com a simples estatização dos meios de produção.

Veja, para a adoção desse conjunto de medidas é necessário que, ao mesmo tempo, os trabalhadores promovam uma socialização do poder político e assumam o seu controle, como também impeçam o surgimento de uma burocracia estatal.



Assimile

De acordo com a explicação de Luciano Martorano:

Caso o proletário seja incapaz de dirigir a economia e o Estado, o poder proletário é impensável. Ao contrário, assumindo a direção da produção e a capacidade de criar e fazer funcionar os meios de produção, ele desenvolve o seu poder de classe, que é ampliado com a política de desestatização; a absorção das tarefas estatais, incluindo a sua formulação e a sua execução, potencializa a sua luta para revolucionarizar as relações de produção. [...] O Estado só pode desaparecer quando o produtor direto controlar inteiramente a produção e a distribuição e, ao mesmo tempo, dirigir e realizar todas as atividades político-administrativas, prescindindo da burocracia. (MARTORANO, 2001, p. 184)



No comunismo, a contradição capital-trabalho, característica das relações de produção capitalista, é eliminada por meio dessas transformações que proporcionam o surgimento das “relações de produção associadas”, ou seja, relações “[...] fundadas no trabalho livre e na cooperação entre os indivíduos, libertos das formas de exploração da força de trabalho” (NAVES, 2000, p. 96). Com isso, há uma emancipação do trabalho na medida em que ele deixa de ser apenas um meio para a criação e valorização do capital, ao se “[...] transforma[r] em um meio para colocar em prática a imaginação, a capacidade criativa e a iniciativa de todos os homens” (HARNECKER, 1979b, p. 18; tradução livre). O trabalho torna-se, assim, à maneira pela qual “os indivíduos conseguem se desenvolver pessoalmente e somar-se ao enriquecimento material e social do conjunto da sociedade” (HARNECKER, 1979b, p. 18-19, tradução livre). Isso significa que o trabalho deixa de ser, como no capitalismo, uma atividade alienada, na qual o trabalhador não se reconhece no seu produto e com o seu processo produtivo.

O comunismo, uma vez constituído com a revolucionarização das relações de produção e a dissolução das classes sociais, do Estado e do direito (NAVES, 2000), já não comporta a contradição entre capital-trabalho fundamental para o modo de produção capitalista. O processo de trabalho não se fundamenta mais nas relações de exploração que, por meio do trabalho excedente realizado pelo trabalhador, extraía dele mais-valia, ou seja, um valor superior ao que lhe era pago sob a forma de salário.

Dito isso, poderíamos caracterizar o comunismo como uma sociedade sem contradições? Vejamos a seguir.

Fim das contradições sociais?

É possível dizer que a superação da sociedade de classes representaria o fim das contradições sociais? A eliminação da contradição entre capital-trabalho se estenderia a outras contradições decorrentes das relações de opressão, ou seja, possibilitaria o fim do racismo, do machismo, da homofobia, entre outras formas de discriminação e segregação social? Estas são algumas das questões que têm uma grande importância e podem ser colocadas quando se pensa a conformação de uma sociedade comunista.

Para responder a essas questões cabe, primeiramente, desfazer uma compreensão errônea a respeito do comunismo como uma sociedade harmônica ou um “paraíso terrestre” (LEFEBVRE, 1987, p. 86), sem a presença de contradições sociais ou mesmo conflitos. Uma das particularidades da sociedade comunista consiste na supressão das classes sociais e, desse modo, das relações de exploração e dominação baseadas no antagonismo estrutural entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários. Disso resulta uma conclusão crucial: não existe no comunismo conflitos de classes.

Porém, a inexistência desse conflito e da divisão social em classes antagônicas não pode ser concebida como sinônimo de harmonia em uma sociedade comunista. Se assim o fosse, o comunismo representaria uma utopia e contestaria o próprio pensamento dialético de Marx. Como bem esclarece José Paulo Netto:

Para Marx, o comunismo não seria uma espécie de reino dos céus na terra, mas o rico espaço em que a promessa da felicidade pessoal seria possível com o florescimento da personalidade de todos e cada um dos homens, à base da livre associação de livres produtores. (NETTO, 1987, p. 44; grifos do autor).

O comunismo não está imune a outras formas de contradições sociais e tampouco aos conflitos que essas contradições podem desencadear, mas eles também já não estarão sobredeterminados pelo conflito de classes conforme ocorre no capitalismo, pois neste “[...] os diferentes tipos de conflito social (isto é, de gênero, de etnia, de religião etc.) são sobredeterminados por um conflito principal, que possui uma origem estrutural: o conflito de classes” (GALVÃO, 2003, p. 19). É certo que no capitalismo alguns conflitos são provocados por contradições sociais (como a opressão à liberdade de orientação e expressão sexual) que não apresentam uma relação direta com a contradição de classe. No entanto, a articulação entre elas manifesta-se, por exemplo, quando temas importantes que podem interferir na dominação e na estrutura de classes aparecem na cena política, exigindo um posicionamento político ou um comportamento eleitoral daqueles que são afetados por aquelas contradições sociais (PINHEIRO, 2007).



A exploração - que está vinculada à contradição capital-trabalho e é considerada um conceito fundamental do marxismo -, seria suficiente para explicar a opressão sofrida por diferentes grupos sociais na sociedade?

Diante dessa compreensão, você pode estar se indagando: caberia esperar a superação da sociedade de classes e a implantação do comunismo para enfrentar a opressão racial, sexual e de gênero exercida no capitalismo?

Essa pergunta esteve presente, por exemplo, nos debates do movimento feminista no século XX. Para muitas ativistas preocupadas com a emancipação das mulheres e com o fim das formas de discriminação e violência de gênero não cabia esperar a resolução das contradições de classe para então solucionar as problemáticas relacionadas às mulheres. Enquanto para outras militantes e intelectuais cabia articular as questões de classe e de gênero.

Dentro dessa perspectiva de articulação, nos anos de 1970, feministas criticaram o tratamento uniforme e homogêneo dado pelo marxismo à classe operária, já que esta sempre era pensada como se fosse constituída unicamente por homens e como se a variável gênero não tivesse influência sobre a composição social, os comportamentos e práticas dessa classe (HIRATA; KERGOAT, 1994). Ao romperem o silêncio a respeito desse tratamento, intelectuais reinterpretaram o conceito de classe demonstrando a superposição existente entre as "relações sociais de classe e de sexo". Isso significa, conforme explicam Helena Hirata e Danièle Kergoat, que essas duas relações sociais – de classe e de sexo (gênero) – consideradas estruturantes e fundamentais da sociedade estavam imbricadas. Com o título *A classe operária tem dois sexos*, dado por essas autoras a um dos seus artigos, elas defendiam que:



Dizer que a classe operária tem dois sexos significa em suma que as relações de classe são sexuadas. Por isso é necessário conceitualizar a noção de classe operária sexuada com a sua proposição recíproca: as relações de sexo são atravessadas por pontos de vista de classe; elas são classistas. (HIRATA; KERGOAT, 1993, p. 95-96)

Figura 4.4 | Mulher trabalhando em uma fábrica de cartucho (1915-1916)



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1077159>>. Acesso em: 28 ago. 2017.



Exemplificando

A crítica direcionada ao marxismo e, precisamente, à sua análise de classes foi feita não só por parte das feministas como por outros grupos, segundo os quais, a análise de classes era incapaz de explicar o machismo, o racismo, entre outras formas de opressão. Porém, para o estudioso Ralph Miliband, ainda que esses grupos assumam, acima de tudo, a sua identidade étnica, racial, de gênero como a mais importante, a classe segue tendo uma importância crucial para o entendimento da opressão que sofrem, pois “[...] a localização na estrutura social é crucial para se determinar as maneiras pelas quais as pessoas vivenciam a discriminação, a exploração e a opressão” (MILIBAND, 1999, p. 497). Na sequência, o autor demonstra como a classe influencia e afeta profundamente cada uma dessas formas de domínio:

[...] As mulheres burguesas, e os negros burgueses, vivenciam efetivamente a discriminação e podem ser oprimidos e explorados de maneiras variadas. Mas eles vivenciam a discriminação, a opressão e a exploração diferentemente das mulheres proletária ou dos negros proletários; e uma negra proletária vivencia-a como negra, como mulher e como proletária. (MILIBAND, 1999, p. 497-498)



Já nas décadas mais recentes, estudos marxistas têm enfatizado cada vez mais a importância da imbricação ou interseccionalidade entre classe, gênero e raça/etnia, problematizando não só as relações de exploração e de opressão existentes na sociedade entre homens e mulheres, mas também entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, com a perspectiva de oferecer pistas para o combate contra essas contradições sociais. A interseccionalidade, segundo Helena Hirata, “[...] é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 69).



Pesquise mais

Para conhecer a discussão sobre a relação entre raça, classe e gênero apresentada por algumas autoras marxistas, ver os artigos de Jules Falquet e Danièle Kergoat, que utilizam, respectivamente, os termos “imbricação” e “consustancialidade” para se referir a essa relação.

Pesquise mais:

FALQUET, Jules. Repensar as relações de classe, sexo e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, vol. 13, n.1-2, 2008, p. 121-142. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3290/2702>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consustancialidade das relações de gênero. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 86, 2010, p. 93-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Críticas à concepção marxista de contradição de classe

Particularmente, a partir do século XX o marxismo foi e tem sido alvo de inúmeras críticas. Não é raro que vez ou outra seja anunciada a invalidade das suas teses ou a sua morte definitiva enquanto teoria social. De um lado, os desvios do socialismo soviético a partir do governo de Stalin, a ausência histórica de uma autêntica experiência socialista, a queda do muro de Berlim e, de outro lado, a expansão da lógica mercantil e o fortalecimento do capitalismo, em particular, a partir da implantação e consolidação do neoliberalismo, contribuíram, no seu conjunto, para fortalecer as críticas ao pensamento marxista.

Ao mesmo tempo, no entanto, transcorre um movimento contrário, cada vez mais intenso, de recuperação das ideias de Marx, sobretudo quando a sua capacidade explicativa das contradições do capitalismo torna-se ainda mais evidente face às crises econômicas atuais. Um movimento que tem buscado interpretar as contribuições teóricas marxistas à luz das transformações ocorridas no decorrer das últimas décadas nos processos de produção, nas formas de gestão e organização do trabalho, nas tecnologias cada vez mais avançadas, entre outras, que Marx, à sua época, não poderia prever; embora ele já indicasse a tendência do capital, na sua necessidade contínua de reestruturar-se, a introduzir formas cada vez mais sofisticadas de exploração.

Entre as críticas direcionadas nas últimas décadas ao marxismo encontram-se as que contestaram a contradição de classe e, desse modo, a contradição entre capital-trabalho e a centralidade do conflito de classe no capitalismo contemporâneo. Este teria passado nas últimas décadas por inúmeras mudanças que indicariam uma mudança na própria essência da sociedade, ou seja, ao contrário da existência de uma "sociedade industrial", baseada no trabalho fabril, tal como se observou durante parte significativa do século XX, estaríamos frente a uma "crise da sociedade do trabalho" (OFFE, 1989) e a uma "sociedade pós-industrial", baseada na informação. As inovações tecnológicas, a difusão dos trabalhos informacionais, a diminuição dos postos de trabalho industriais, o crescimento do setor de serviços, entre outras transformações, fundamentaram o diagnóstico sobre a crise do trabalho como categoria central e a nova caracterização da sociedade.

Nessa perspectiva, o autor Claus Offe (1989, p. 14), em um texto que se tornou uma referência para as discussões sobre esta temática, afirmou que o trabalho estaria perdendo "[...] o seu papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores". As ciências sociais teriam como tarefa, diante desse novo cenário, elaborar novos conceitos sociológicos sobre a estrutura e o conflito, que fossem apropriados para descrever a sociedade contemporânea que já não poderia ser mais caracterizada como uma "sociedade do trabalho". Nas suas palavras:



Se a consciência social não deve mais ser construída como consciência de classe; [...] se o sistema político deixou de se preocupar, em primeiro lugar, com a garantia das relações de produção e a administração dos conflitos distributivos, e finalmente, se os problemas centrais colocados por essa sociedade não podem mais ser resolvidos em termos das categorias de escassez e produção, então existe claramente a necessidade de um sistema conceitual que possa ajudar a mapear estas regiões da realidade social não determinadas completamente pela esfera do trabalho e da produção. (OFFE, 1989, p. 15)

As transformações destacadas anteriormente seriam acompanhadas por uma alteração fundamental na concepção dos críticos do marxismo: o conflito de classe, até então considerado central para a compreensão da sociedade capitalista e para uma perspectiva de transformação social, teria perdido a sua centralidade, dando lugar a novas formas de conflitos. Nestes, a contradição capital-trabalho não seria mais o eixo articulador. Na formulação do italiano Alberto Melucci (1989, p. 58; grifos do autor) a sociedade contemporânea, isto é, “as sociedades complexas não têm mais uma base ‘econômica’, elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. [...] Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais [...]”.

Para o sociólogo francês Alain Touraine, cujos trabalhos influenciaram especialmente as pesquisas sobre movimentos sociais, na “sociedade pós-industrial” “[...] os conflitos de classe não representam[riam] mais os instrumentos de mudanças históricas” (TOURAINÉ, 1989, p. 15). Nessa sociedade não só os conflitos teriam como orientação a transformação dos modelos culturais dominantes, como a classe operária considerada como o “privilegiado ator histórico” das lutas sociais deixaria de desempenhar esse papel, já que: “[...] o conflito não está [estaria] mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está [estaria] em toda parte” (TOURAINÉ, 1989, p. 13).

Tais críticas colocaram em questão aspectos fundamentais do marxismo. Vejamos, então, o contraponto a elas desde a perspectiva da análise marxista.

Algumas respostas do marxismo

O primeiro contraponto às análises apresentadas se refere ao surgimento da “sociedade pós-industrial”, na qual o conflito de classe não teria mais validade por estar associado à chamada “sociedade industrial”. A defesa da ideia de uma sociedade de novo tipo, que é acompanhada por uma crítica à contradição capital-trabalho, indicaria uma mudança na natureza do capitalismo. Porém, segundo o argumento de Armando Jr. (2003, p. 328), ao contrário dessa ideia:

[...] vivemos numa sociedade capitalista, não numa sociedade “pós-industrial” ou “de serviços”. Ou ainda, o caráter agrícola, industrial ou terciário da ocupação e da atividade econômica não é suficiente para definir a sua natureza social. O capitalismo já foi agrícola, antes de ser industrial [...]. Hoje, pode tornar-se, nos países centrais, um capitalismo que emprega mais no setor terciário, sem que, por isso, mude sua natureza social. No capitalismo, o objetivo da produção é a acumulação de capital com base na exploração do trabalho alheio, seja na indústria, seja nos serviços.

Nesse sentido, embora tenham ocorrido inúmeras inovações tecnológicas e gerenciais, com diferentes impactos sobre a sociedade, a contradição capital-trabalho permanece válida para compreender a sociedade capitalista contemporânea e os conflitos nela desencadeados. Isso não significa que os estudos inspirados na teoria marxista desconsideram o surgimento de conflitos e lutas sociais, sobretudo nas últimas décadas, que contestam contradições sociais relacionadas ao racismo, ao machismo, ao xenofobismo, entre outras. O reconhecimento dessas formas de conflito é acompanhado por uma análise que destaca a importância das classes. Em um texto no qual discute as contribuições do marxismo para os movimentos sociais, a cientista política Andréia Galvão argumenta:



As diferenças raciais, étnicas e ocupacionais podem tornar a ação coletiva mais difícil, introduzindo divisões, confrontações, provocando recuos e fracassos. Mas a percepção, muito embora difusa, da natureza de classe da sociedade capitalista, que funda e atravessa os antagonismos sociais, superpondo-se às demais diferenças, é o elemento que permite às classes dominadas se articular e construir uma ação comum para além das identidades específicas (GALVÃO, 2011, p. 123).

Em relação à crítica ao papel da classe operária como o principal agente das lutas sociais e da transformação social que colocaria fim ao capitalismo, o que se observa nessa abordagem é uma compreensão restrita da classe trabalhadora, que se baseia na posição por ela ocupada no processo produtivo industrial e no trabalho manual, mas as reflexões sobre essa crítica não são consensuais. Como expressa Bensaïd (2010, p. 102):



O proletariado é ainda um sujeito? Se nós aceitamos a categoria de sujeito, sim. Ou seria a partir do proletariado que se poderiam combinar diferentes formas de contestação ao sistema capitalista, respeitando a autonomia dos diferentes movimentos? Por exemplo, nada garante que a opressão das mulheres vai acabar com o fim da propriedade privada. Isso justifica a autonomia do movimento das mulheres por um tempo indeterminado e para além da superação do capitalismo. Hoje, aqui e agora, a luta das mulheres está estreitamente ligada à luta do movimento operário [...]. e, portanto, trata-se de alguma coisa que é organicamente articulada.

De todo modo, para o marxismo não somente permanece válida como também central a contradição de classe para a explicação da sociedade capitalista, em contraposição às visões que apontariam o esgotamento da luta anticapitalista como perspectiva de uma transformação social.



Por meio da discussão realizada nesta seção entre marxistas e seus críticos, perceba a importância de um elemento fundamental para o processo de construção não só da teoria marxista, mas das ciências sociais em geral: o debate teórico. Conforme vimos nesta seção, o exercício desse debate crítico envolve, num primeiro momento, uma crítica às teses e teorias sociais existentes, que é seguida, posteriormente, pela formulação de respostas que refutem tais críticas, dando origem, em um terceiro momento, a contrarrespostas, ou seja, a críticas que busquem rebater essas refutações. Esse processo não necessariamente se esgota nesses três momentos, mas é por meio dele que o debate teórico possibilita a formulação de novas teses, ideias e hipóteses, assim como contribui para a consolidação e consistência de uma determinada teoria.

Para finalizar, com as discussões realizadas nesta seção e ao longo desse livro, procuramos fundamentar e respaldar o seu processo de aprendizagem durante a realização da disciplina *Sociologia das Contradições Sociais*. Embora essas discussões se encerrem com o término deste livro, o nosso ensejo é que você possa “ir além de Marx”, pois, conforme incentiva Bensaïd: “[...] se devemos ir além de Marx? Eu penso que sempre devemos ir além. Não se deve retornar a Marx para permanecer onde ele parou, mas tomá-lo como um ponto de partida para ir mais longe” (BENSAÏD, 2010, p.93-94).

Sem medo de errar

Chegamos ao final do programa educativo sobre “A atualidade da Revolução e do Comunismo no século XXI”, no qual você estaria supostamente participando como um dos convidados. Esse último bloco foi direcionado à participação do público presente, e uma das participantes, após ter escutado a sua intervenção no programa, lhe colocou várias indagações. Ela gostaria de saber se uma vez que a sociedade capitalista fosse superada por outro modo de produção, se ocorreria, ao mesmo tempo, a eliminação de todas as suas contradições sociais. Isto é: seria possível dizer que o fim da sociedade de classes significa também o fim de todas as contradições sociais? Todas as formas de discriminação e opressão cometidas, por exemplo, contra a população feminina e negra, seriam eliminadas?

Para responder a essas questões você pode explicitar que o fim da sociedade de classes, tal como compreendido pela concepção marxista, eliminaria a contradição fundamental do modo de produção capitalista, qual seja: a contradição de classes. O antagonismo estrutural existente entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos seria uma característica crucial das relações de produção capitalista, na medida em que a apropriação privada dos meios de produção e do produto social tenderia a se concentrar, cada vez mais, na classe capitalista em contraposição à exploração exercida sobre a classe trabalhadora. Esse antagonismo levaria essas duas classes a entrarem em confronto, em defesa dos seus interesses antagônicos.

A sociedade comunista, como resultado da vitória da revolução proletária e da transição socialista, corresponderia, nesse sentido, à superação da sociedade de classes e da contradição entre capital-trabalho. Os trabalhadores não estariam mais subordinados a um processo de trabalho orientado para a criação e valorização de capital, mas sim realizariam o seu trabalho de modo que lhes permitisse o desenvolvimento das suas potencialidades criativas.

Após essa explicação você pode chamar a atenção da participante e do público para um aspecto muito importante: no comunismo não existiria, portanto, o conflito de classes! Isso significaria o fim de todas as contradições sociais? Não, embora a ausência do conflito de classes, que interfere em outras contradições sociais, possa contribuir para a dissolução destas últimas. Para explicar melhor essa ideia, você poderia destacar que a sociedade comunista não se caracteriza como uma sociedade harmônica. Formas de discriminação ou opressão baseadas no machismo, no xenofobismo, na homofobia, no racismo não seriam, necessariamente, eliminadas automaticamente com o fim das classes sociais. Por isso a importância das críticas e debates realizados por ativistas e intelectuais sobre a necessidade de se articular os temas classe, gênero, raça/etnia, no sentido de produzir mudanças nos padrões de comportamento, nas formas de dominação e opressão desde já, ainda que o capitalismo impeça, a seu favor, a plena efetivação dessas mudanças.

Faça valer a pena

1. Após a conquista da revolução proletária inicia-se o período de transição socialista, no qual deve ser adotado um conjunto de medidas necessário para a consolidação do comunismo.

Tendo em vista as características da sociedade comunista, pensadas na sociologia marxista, analise as afirmações:

I. A sociedade comunista caracteriza-se pela eliminação de todas as contradições sociais existentes no modo de produção capitalista.

II. O comunismo caracteriza-se pela constituição de novas relações sociais de produção que não se fundamentam na extração de mais-valia.

III. O trabalho, no comunismo, perde o caráter alienado que lhe era característico no capitalismo.

Agora, assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

2. A sociedade comunista é conformada após a dissolução das classes sociais, do Estado e da revolucionarização das relações de produção.

Considerando a discussão marxista especificamente sobre o fim da contradição capital-trabalho, analise as afirmações a seguir:

I. No comunismo, a contradição capital-trabalho é eliminada juntamente com demais formas de opressão características do capitalismo.

II. Com o fim da contradição capital-trabalho a sociedade comunista elimina o antagonismo existente sob o capitalismo entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos.

III. A contradição capital-trabalho é eliminada provisoriamente frente à necessidade da sociedade comunista gerar um acúmulo de capital.

Agora, assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

3. Ao analisar o processo de transição socialista e a conformação do comunismo, o autor Márcio Naves (2000, p. 96) argumenta: “Uma vez percorrida essa etapa [socialista], a sociedade comunista poderá se constituir, fundada em relações de produção associadas [...]”

Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações referentes às relações de produção que, de acordo com a teoria marxista, seriam características da sociedade comunista:

() As relações de produção baseiam-se no trabalho livre e na cooperação entre os indivíduos.

() As relações de produção de natureza comunista orientam o processo de trabalho para a produção e acumulação de capital.

() As novas relações de produção de natureza comunista constituem-se somente após a revolucionarização das relações de produção capitalista

() As novas relações de produção vigentes no comunismo colocam fim à contradição entre o trabalho e o capital característica do modo de produção capitalista.

Neste momento, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

a) V-V-V-V.

b) V-V-F-V.

c) V-F-V-V.

d) F-V-F-V.

e) F-F-V-V.

Referências

- BENSAÏD, Daniel. **Marx: manual de instruções**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. 192 p.
- BENSAÏD, Daniel. Teoria do valor, trabalho e classes sociais (Entrevista concedida a Henrique Amorim e Leandro Galastri). **Crítica marxista**, Campinas, n. 30, p. 89-102, 2010.
- BENSUSSAN; Gérard; LABICA, Georges. **Dictionnaire critique dumarxisme**. França: PUF/Quadrige, 1998. 1240 p.
- BIRH, Alain. **La novlanguenéolibérale**. Paris: Cahiers libres/Editicons Page deux, 2007. 236 p.
- BOITO JR., Armando. A crise do sindicalismo. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.) **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 319 -333.
- _____. Armando. Emancipação e revolução: crítica à leitura lukácsiana do jovem Marx. **Crítica marxista**. São Paulo, n. 36, p. 43-53, 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo291merged_document_272.pdf>. Acesso: 14 fev. 2017.
- _____. Armando. O papel histórico do socialismo no século XX. In: GALVÃO, Andréia. **Marxismo, capitalismo, socialismo**. São Paulo/Campinas: Xamã/IFCH-UNICAMP, 2008, p. 125-143.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. 696 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 193 – 219.
- DEL ROIO, Marcos. Marx e a Comuna de Paris. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n.118, p. 25-31, mar. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12509/6698>>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra civil na França de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 187 -197.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações de classe, sexo e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, vol. 13, n. 1-2, 2008, p. 121-142. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3290/2702>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO Jr. Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 55 -148.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica marxista**. São Paulo: Editora da Unesp, n. 32, p. 107 – 126, 2011.
- _____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003. 384 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280199>>. Acesso em: 15 set. 2017.

- HARNECKER, Marta. **Capitalismo y socialismo**. Chile: Akal Editor, 1979a. 21 p.
- _____. **Socialismo y comunismo**. Chile: Akal Editor, 1979b. 24p.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Estudos feministas**, Florianópolis, n.1, ano 2, p. 93-100, 1994.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003. 330p.
- IANNI, Octavio. **Karl Marx**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1980. 216 p.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações de gênero. **Novos Estudos**, São Paulo, n.86, 2010, p. 93-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso: 15 ago. 2017.
- KONDER, Leandro. **Marx**: vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 154 p.
- LEFEBVRE, Henri. Socialismo e comunismo. In: NETTO, José Paulo. **O que todo cidadão precisa saber sobre comunismo**. São Paulo: Global, 1987. p. 86-87.
- LÊNIN, Wladimir Ilitch. **O estado e a revolução**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. 178 p.
- MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982. 125 p.
- MARTORANO, Luciano Cavini. **Burocracia e socialismo**. 2001. 193 f. Dissertação – (Mestrado) Curso de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a. 268 p.
- _____. Segunda mensagem do Conselho Geral sobre a guerra franco-Prussiana. In: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011b. p. 27 – 33.
- MARX, Karl. Carta de Marx a J. Weydemeyer. In: IANNI, Octavio. **Karl Marx**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1980. p. 99.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977. 351 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição alemã de 1872. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 12-14.
- _____. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 67 p.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n.17, p.49-66, 1989.
- MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 471- 502.
- MURPHY, Kevin. A história da Revolução Russa de fevereiro de 1917. **Outubro**, São Paulo, n. 28, 2017, p.135-149. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/04/08_Murphy_2017.pdf>. Acesso: 20 jul. 2017.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx**: ciência e revolução. São Paulo/Campinas: Editora Moderna/Editora da Unicamp, 2000. 144 p.

NETTO, José Paulo. **O que é o marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. 85 p.

_____. **O que todo cidadão precisa saber sobre comunismo**. São Paulo: Global, 1987. 95 p.

_____. Socialismo real e socialização do poder político. **Crítica marxista**. v.1, n.1, 1994, p.65-66. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate4Artigo1.7.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, USP, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989.

PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, p. 130 – 142, 2007.

RAGO FILHO, Antonio. Apresentação. In: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 9 – 20.

SAES, Décio. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998. 187 p.

TOLEDO, Caio Navarro. **A Comuna de Paris**: uma fulguração na história. 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=10&id_noticia=149780>. Acesso em: 28 jul. 2017.

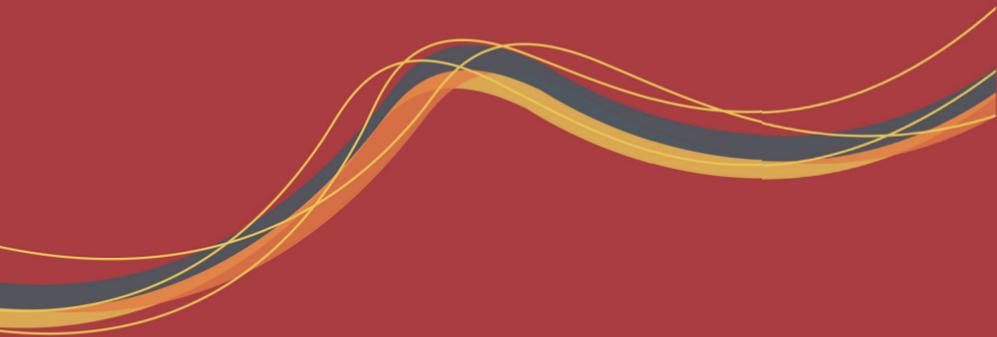
TONET, Ivo. Socialismo: obstáculos a uma discussão. **Aurora**, ano III, n.5, 2009, p. 14-23. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/TONET.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n.17, p.5-18, 1989.

_____. **A sociedade post-industrial**. Lisboa: Moraes Editores, 1970. p. 251.

TRUDELL, Megan. **As mulheres de 1917** – Especial Revolução Russa. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/14/as-mulheres-de-1917-especial-revolucao-russa/>>. Acesso: 9 ago. 2017.

WEFFORT, Francisco. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Editora Ática, 2001. p. 225 – 277.



ISBN 978-85-522-0281-3



9 788552 202813 >